



A TORRE KUBITSCHKEK

TRAJETÓRIA DE UM PROJETO EM 30 ANOS DE BRASIL

THAÏS VELLOSO COUGO PIMENTEL

PRÊMIO DIOGO DE VASCONCELOS 1990

THAÏS VELLOSO COUGO PIMENTEL

A TORRE KUBITSCHKEK

Trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil

XII PRÊMIO DIOGO DE VASCONCELOS

ENSAIO

1993

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado da Cultura

XII Prêmio Diogo de Vasconcelos - Ensaio - 1990

CAPA

Equipe de Áudio-Visual da UFMG

FOTOS

Márcia Charnizon

REVISÃO e ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

Elisa Heilbuth Verçoza

Pimentel, Thaís Velloso Cougo.

P644 A Torre Kubitscheck; trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil/Thaís Velloso Cougo Pimentel.

Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

181p.

Bibliografia: p.171-188

XII prêmio Diogo de Vasconcelos - 1990.

1. Sociologia urbana - Belo Horizonte - MG.
2. Arquitetura moderna - Belo Horizonte - MG.
3. Conjunto JK - Belo Horizonte. I. Título.

CDD. 307.76981

Ficha catalográfica preparada pela Diretoria de Processamento Técnico da Superintendência de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Estado da Cultura.

"Our times are revealed in our buildings".

(Hugh Ferriss)

"A história é o campo de batalha onde os homens tentam penosamente fazer coincidir o mundo novo com as imagens exaltantes que os incitaram a modificar o mundo antigo".

(Jean Starobinski)

PREFÁCIO

Percorrendo o livro de Thaís Pimentel, o leitor compreenderá que ela veio nos propor um singular objeto de reflexão. Trata-se de algo que todos os que nasceram ou viveram em Belo Horizonte conhecem de perto ou de longe: quantas vezes cada um de nós passou por essa encruzilhada que é a Praça Raul Soares (o centro geográfico do projeto da capital)? Quantos de nós erguemos os olhos para esse objeto estranho, enorme, para alguns belo de longe, para quase todos horrível de perto, ou simplesmente presentimos o seu peso (nessa viscosidade da vida cotidiana que nos faz perceber um bom número de estranhezas da vida social)?

Os que estiveram em Belo Horizonte entre os anos 70 e 85 se lembrarão ainda daquele tapume enorme que cercava as ruínas daquilo que deveria ter sido um lindo shopping center, face à Polícia Federal e abaixo de uma seção da Secretaria de Segurança Pública, que por sua vez deveria ter sido um Museu de Arte Moderna... Os que cresceram na cidade se darão conta de que eles sempre viram essa comunidade com algum tipo de preconceito (de repulsa ou de desejo). Como na lembrança daquela poetisa que, ao vir de Pará de Minas para Belo Horizonte, teve como recomendação expressa de seu pai que não entrasse "em carro de moço, nem no Conjunto JK". Os mais antigos talvez se lembrarão de como o estigma foi sendo gradativamente elaborado nas casas das boas famílias mineiras, ao longo da construção, para ser confirmado mais tarde quando o prédio foi habitado. Tais elementos pitorescos podem ser identificados numa lista numerosa. Thaís debruçou-se sobre aquele que é, na minha opinião, o mais rico objeto de estudo histórico-sociológico de Belo Horizonte.

O movimento desencadeado pelo projeto e sua execução constitui uma sucessão de paradoxos. Concebido para se tornar um símbolo da capacidade construtiva da técnica e da inventividade da arquitetura moderna, da harmonia das relações sociais e do desenvolvimento de Minas Gerais, o Conjunto JK tornou-se aquilo que é, sem dúvida, o maior fracasso arquitetônico do centro urbano de Belo Horizonte e um dos maiores - senão o maior, dada a gravidade de suas conseqüências sociais - de toda a obra de Oscar Niemeyer. Aquela que deveria ter sido a "Torre Eiffel de Belo Horizonte" (em comum com a Torre Eiffel talvez apenas o fato de atrair suicidas), "jóia arquitetônica", tornou-se símbolo de gigantismo desproporcionado, e, o que é mais grave, exemplo de marginalização social, com toda uma comunidade estigmatizada pela população da cidade.

Mas, como foi exatamente que aquela que deveria ser a grande obra arquitetônica do Governador Juscelino Kubitschek (Prefeito que construíra a Pampulha) tornou-se essa quase ruína, esse drama sociológico imperialmente instalado em pleno centro da Capital?

O fenômeno é complexo. Ele intriga e fascina o historiador com sensibilidade antropológica. Pois aqui a história se liga de maneira direta - e curiosamente contraditória - com a idéia fundadora. Do ponto de vista teórico, alguns elementos são extremamente fecundos. Desde logo a autora explora a profunda ambigüidade da arquitetura modernista com relação ao poder e à cultura do seu tempo.

Numa outra perspectiva, descobre-se que o estigma precedeu à realidade social: a crise moral que mais tarde irá se abater sobre a comunidade havia começado antes que razões concretas fossem reunidas. Existem indícios de que a idéia de que o

condomínio seria habitado por prostitutas apareceu antes que o prédio fosse habitado, e para isso a "idéia arquitetônica" teve papel crucial: uma série de problemas teve origem numa concepção excessivamente experimental das possibilidades sociais da arquitetura. A fachada de vidro com que o arquiteto supunha abrir o homem moderno ao mundo torna-se um constrangimento: o olhar social invade a privacidade e constrói um "panóptico invertido". O problema é tão rico que uma **demarche** analítica puramente materialista se revela insuficiente e apela à noção de imaginário.

O resultado social foi nada menos que dramático. No início dos anos 70, logo que o Conjunto JK começou a ser habitado, a população de Belo Horizonte já o havia colocado no índice dos lugares malditos. Em parte real, freqüentemente hipotética, a violência se instalou no seu interior, enquanto a polícia sitiava sua base física. Delitos sexuais foram cometidos no interior enorme e vazio dos corredores; atos de vandalismo perpetravam quebras das fachadas de vidro. Os elevadores rabiscados, as paredes sujas, uma chuva de lixo que cai das janelas sobre as esplanadas... Da violência da sociedade contra ela mesma sob uma ditadura, aquela da sociedade contra a coletividade JK e da coletividade contra ela mesma, resulta um processo global de autonegação. Aquele que deveria ter sido um símbolo do sucesso econômico de Minas tornou-se um símbolo do fracasso social, econômico e político do corpo de atores - a história - que o gerou e que o habitou.

O livro de Thaïs levará o leitor a ver com um olhar novo este que é ainda hoje o maior edifício de Belo Horizonte. Ele o levará talvez a sair do seu reduto de exterioridade e fazer um passeio pelas esplanadas, erguendo, debaixo do infinito das janelas, os olhos para esse mundo tão explícito e ao mesmo tempo tão incógnito; suscitará a curiosidade de percorrer a imensa e atemorizante extensão dos corredores desertos.

Lendo o livro de Thaïs, pensei que o Conjunto JK pode ser tomado como uma ilustração da história da sociedade brasileira dos últimos 40 anos, durante os quais o desenvolvimentismo adquiriu traços de uma ideologia de Estado. Essa ideologia, sabe-se, nasceu da conjunção estreita de três forças: o poder estatal, o poder econômico e o poder da técnica e dos técnicos. O **CJK** constitui uma analogia do Brasil desenvolvimentista na convicção de sua utopia e no desfecho de sua história social. Monumento de força e de poder aplicados de um lado; de incompetência, corrupção e intolerância social, de outro. Símbolo de aventura econômica, de **show-off** político e de arrogância técnica. Por coroamento, tal como na história do País, a tragédia de sua implantação social.

Thaïs Pimentel pesquisou e pensou um microcosmo de tal forma paradigmática, que nos permite entender um pouco melhor o drama da sociedade brasileira no seu grande último ciclo histórico.

Belo Horizonte, maio de 1992.

Renato Caporali

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 - ARQUITETURA, PODER E MODERNIDADE	23
Arquitetura: dimensões do simbólico	23
Belo Horizonte e a face conservadora do moderno	33
Le Corbusier e Niemeyer: experiências da vanguarda	40
2 - O PROJETO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA: ATORES E IMAGENS	57
Tragédia e glória no imaginário nacional	57
Construindo a hegemonia burguesa ou o vôo do Zepellin	65
Pampulha, CJK e Brasília: elementos para a iconografia de uma época	74
3 - PERCALÇOS DE UM PROJETO: A OBRA EM CONSTRUÇÃO	85
Uma Torre Eiffel nos Trópicos	85
Enfrentando as críticas: o projeto em pauta	97
Custo, dimensão e tempo: minúcias do fracasso	112
4 - MORANDO NA TORRE VIGIADA	116
Conforto x desconforto: o avesso do imaginário	116
A casa e a rua: dicotomias do olhar	136
O Panóptico invertido	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	181

APRESENTAÇÃO

Belo Horizonte está situada em local de topografia belíssima. Cercada por uma cadeia de montanhas insinuantes, que de alguns ângulos proporciona uma vista quase total da cidade, sua região central se estende por uma área de baixa altitude para onde, no início da vida urbana, confluía a maior parte dos rios ou riachos da região.

O centro da cidade, se comparado às suas cercanias, é relativamente plano e protegido pelas montanhas. Visto de longe, ou do alto, o centro apresenta hoje uma paisagem de concreto semelhante à de qualquer urbe que se quer metrópole. Chamam a atenção a existência de uma única área verde - o Parque Municipal - e algumas belas praças, normalmente espaços desperdiçados em meio à confusão do trânsito urbano. São muitos os edifícios no centro da cidade: antigos (o primeiro é da década de 30) ou novos, grandes ou pequenos, conhecidos muitos deles por nomes próprios, alguns sendo motivo de orgulho, outros renegados por suas histórias.

Destaca-se na paisagem de concreto do centro um conjunto habitacional de grandes proporções, que nossos olhos encontram sempre que se põem a observar a arquitetura da cidade. Localizado na Praça Raul Soares, o **CJK** (Conjunto Juscelino Kubitschek) possui dois edifícios com 26 e 36 andares respectivamente, situados em dois quarteirões separados pela rua Guajajaras, com área total de 1,6 mil metros quadrados. Os edifícios têm ao todo 1.067 apartamentos de 11 tipos diferentes e reúnem hoje uma população de quase 6 mil pessoas. Com 100 metros de largura, o mais baixo, e algo em torno da metade o mais alto, construídos em concreto e vidro, esses dois prédios se mostram, ao exterior, de uma forma multicolor, já que suas paredes translúcidas deixam entrever cortinas de cores as mais variadas.

Praticamente todo morador da cidade, se perguntado, saberá emitir alguma opinião sobre esses dois imensos edifícios. Enquanto uns exclamariam aversão, repugnância, medo e até mesmo horror, outros poderiam expressar curiosidade, atração, deslumbramento. Não há certamente nenhum morador de Belo Horizonte que não conheça o **CJK**. Também os turistas o conhecem, pois ele estampa boa parte dos postais da cidade. Um relógio com termômetro digital em néon vermelho, instalado no alto do 36º andar do Bloco B, marca o tempo noturno da cidade indicando as horas aos seus moradores. Se andamos pelo centro - de carro ou a pé - e não temos relógio, basta procurar um bom ângulo para saber se é preciso ou não acelerar o nosso ritmo.

O **JK** - assim, pela intimidade da abreviatura, a maioria dos belo-horizontinos costuma chamá-lo - é elemento que integra a paisagem urbana desde o início dos anos 50, quando começou a ser construído. Mesmo antes de a construção ser levantada, ele já ocupava as páginas dos jornais como símbolo do progresso e do futuro da capital de Minas. Belo Horizonte tinha, nessa época, 50 e poucos anos de idade.

Não apenas como retrato do progresso desejado, o **CJK** ocupava as páginas dos jornais. Desde o começo da década de 50, foram muitas as vezes em que ele foi notícia. De diversas formas e por diferentes motivos, os moradores da cidade sempre ouviram falar dele. Os mais velhos, jovens na época de seu lançamento, tiveram a oportunidade de debatê-lo, quando a sua idéia foi plantada nos jornais, avalizada inclusive pelo próprio governador Juscelino Kubitschek.¹ Os mais jovens e curiosos, porque alguma vez se dedicaram à observação e à reflexão sobre o que há de monumental naquela obra plantada no coração da cidade.

¹ - A popularidade de Juscelino entre os cidadãos de Minas sempre foi muito forte. Nascido e criado nesse Estado ele construiu, a partir da prefeitura de Belo Horizonte, para a qual foi nomeado em 1940, uma sólida e próspera carreira política. Sua gestão na prefeitura foi muito bem aceita pelos moradores da cidade, que até hoje atribuem a JK a sua modernização, garantindo inclusive a sua eleição para governador do Estado em 1950.

Os amigos de Kubitschek ou os seus inimigos, correligionários ou adversários políticos têm no **CJK** um motivo para o elogio ou para a crítica. Mas não só os políticos, ou os que gostam de política, elogiam ou criticam aquele monumento. Todos nós que moramos em Belo Horizonte assim o fazemos. Ou pela aversão que ele inspira a alguns, ou porque, ao contrário, provoca curiosidade e mesmo atração. O importante é que o **CJK**, com sua estatura monumental, impõe uma opinião. Impossível passar despercebido.

Para quem se interessa por política o **CJK** é tema candente. Se o interesse é a arquitetura, melhor: o **CJK** é dos mais ricos exemplares da arquitetura moderna brasileira. Mas se é a antropologia o assunto que fascina o observador, o **CJK** apresenta-se como uma colméia humana efervescente, a atrair nossa atenção. Se nenhum desses assuntos é de interesse do leitor, talvez ele seja sensível a temas de submundo, como o crime, a corrupção, a violência. Assassinatos, suicídios, estupros ou ameaças já se desenrolaram no interior dos dois blocos, com moradores ou não. Os suicidas, por exemplo, nem sempre eram moradores do prédio. Em muitos casos, pessoas de outros cantos da cidade se lançaram do 36º andar do Bloco B, na certeza de que acabariam de forma eficiente com a própria vida (afinal a altura do edifício não deixava nenhuma dúvida quanto ao objetivo proposto).

Se ainda assim a curiosidade do leitor não foi despertada, pensemos num "apart-hotel" de luxo, com 1.067 apartamentos, com população presumível de 4 mil pessoas e que abrigasse também repartições públicas, um hotel, teatro, cinema, museu, lojas, padaria, confeitaria, restaurante, lavanderia, salão-de-beleza, barbearia, piscinas e "play-ground", além de uma estação rodoviária. Tudo isso, porém, na Belo Horizonte de 1951, uma cidade de 54 anos, com pouco mais de 350.000 habitantes.

Todos esses itens constavam do projeto para o **CJK** de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. Seus idealizadores - o empresário Joaquim Rolla e o governador Kubitschek - foram homens representativos daqueles anos em que neste país se buscava fazer o melhor, o maior, o mais importante. Um clima altamente favorável a realizações audaciosas fez nascer o projeto do **CJK**. Afinal, naqueles anos, sonhar, querer e fazer tinham força própria neste país.

Mas o **CJK** não ficou pronto na década de 50, como fora previsto. Sua construção se arrastou por anos e anos... Nesse meio tempo, o Brasil mudou, e muito. Os homens, suas expectativas e suas possibilidades também. As mudanças foram tantas e tão profundas que afetaram inclusive seus sonhos. O **CJK** não passou incólume por tais mudanças. Longe disso, ele espelha exemplarmente boa parte das transformações sofridas por este país dos anos 50 aos 80. As crescentes dificuldades econômicas, entremeadas por momentos de euforia, quando "milagres" pareciam estar acontecendo, e o processo acelerado de expansão urbana e de especulação imobiliária dela decorrente estão impressas na história do **CJK**. Também é possível acompanhar através desta as alterações do jogo político, as arbitrariedades da ditadura militar, assim como as mudanças no comportamento e no imaginário social.

Visto de longe ou de perto o **CJK** dá a impressão da miniatura de uma sociedade. Seu cotidiano encerra os mesmos problemas de uma cidade ou de um país: dificuldades financeiras, deterioração, criminalidade e corrupção, além de sonhos, desejos e medos. Um microcosmos, enfim, onde as pessoas vivem, trabalham e experimentam suas emoções.

Noutros tempos o **CJK** traduzia a ilusão do progresso. Hoje, a impressão maior que ele causa é de desconfiança. Ou porque se teme a sua imponentia, ou pela memória da sua cons-

trução, ou porque se imagina negativamente o que se passa no seu interior. Além disso, suspeita-se, de forma apreensiva ou apenas curiosa, de um conjunto habitacional que reúne tanta gente, e gente tão diferente. A sua localização numa área da cidade que é um misto de zona comercial e boêmia só vem agravar o sentimento de desconfiança.

Se não somos moradores do **CJK** e nos aventuramos pelo seu interior, experimentamos de perto este sentimento. Seus corredores imensos e quase sempre vazios nos inspiram medo. Sentimos insegurança quando esperamos o elevador no "hall" de um andar muito alto, principalmente se há vidros quebrados no local (o que acontece freqüentemente). A escada de serviço em caracol de um dos edifícios acentua, de forma assustadora, a nossa insignificância frente a uma estrutura tão imensa. A distância do solo, a partir do 5º ou 6º andar, provoca um frio no estômago; uma porta aberta abruptamente, quando se anda pelos corredores também.

A situação piora quando, à noite, imaginamos um **black-out!** Nesse caso, não há sequer a luz do sol para iluminar, através das paredes de vidro, os **halls** dos elevadores. No Bloco A, mesmo durante o dia, a falta de luz é assustadora, visto que seus longos corredores dispõem apenas de iluminação artificial.

Quando estive no **CJK** pela primeira vez, pensando em estudá-lo, me pus a observá-lo, parada, sob as janelas do Bloco A. Alguém lançou do alto um copo de vidro que se espatifou a meio metro de mim. O medo que senti então não foi suficiente para afastar o fascínio que aquele prédio-monumento, insinuante e belo, ainda hoje me provoca. Os estilhaços do copo pareciam confirmar o que, desde criança, eu ouvira falar sobre aquele lugar. Mais que a suposta hostilidade expressa naquele fato, a evidente complexidade de tema tão singular amedrontava meu espírito de pesquisadora. Foi com esta estimulante sensação de fascínio e medo que me lancei à tarefa. Concluí-la não elimina a emoção vital que deu origem a esta tese.

A história desse conjunto habitacional, sua inserção no processo que transformou o "tempo das ilusões" em tempo da desconfiança, os sentimentos que se movem em torno desses prédios, na cidade que os abriga e nas pessoas que os habitam: é o que se discute neste trabalho. O **CJK**, obra singular da arquitetura moderna brasileira, pode ser tomado como um caleidoscópio, capaz de apresentar imagens diferentes a cada movimento. Forma específica de manifestação artística, expressão das relações de poder de um determinado momento histórico, sonho de alguns, pesadelo de outros, "casa" para um número considerável de pessoas, esses dois prédios, no centro de Belo Horizonte, ostentam, hoje, a dura realidade do seu gigantismo e dos problemas dele advindos.

A dissertação está ordenada de forma a possibilitar uma aproximação gradativa do **CJK**, como se verá nos capítulos subseqüentes. O primeiro deles se inicia buscando compreender as motivações burguesas que justificam intervenções, muitas vezes radicais, no espaço europeu do século XIX. A construção de um cenário capaz de refletir aspirações e necessidades da nova classe é tida por nós como condição fundamental para o exercício de uma nova dominação.

Construir e reconstruir à sua imagem e semelhança. Essa é a atividade essencial de qualquer homem público preocupado em gravar seu nome na memória coletiva. Neste sentido, no século XX, as vanguardas arquitetônicas se valeram de projetos políticos específicos para exercitar a sua utopia. Alterando espaços já existentes, criando novos ou simplesmente construindo monumentos, alguns artistas modernos, como Le Corbusier e Niemeyer, irão se valer de projetos burgueses de auto-afirmação para experimentarem suas idéias.

No caso específico de Niemeyer, entendemos que sua trajetória deve ser pensada num contexto preciso: o do processo de modernização empreendido pela burguesia brasileira, no poder desde os anos 30, amparada pela vanguarda política de então (o PCB), totalmente convencida da necessidade de modernizar o país para transformá-lo. Niemeyer, militante do PCB, foi o arquiteto que projetou o **CJK**.

O segundo capítulo se dedica ao exame do cenário político e ideológico que moldou a sociedade brasileira nos anos 50. Momento específico da acumulação de capital no Brasil, essa década engendrou projetos políticos próprios de uma elite empenhada na conquista de sua hegemonia. Para tanto, valeu-se de uma construção ou "fabricação" ideológica que, com o recurso do novo, do moderno, se impôs sobre outras formas de pensar o país e seu futuro. Quer-se entender aqui como o projeto burguês de dominação criou, no imaginário social, a idéia de que o progresso capitalista era nosso destino certo.

O terceiro capítulo trata da construção em si do **CJK**. O projeto e a intenção que o motivaram, a crítica a ele formulada, a obra e seus percalços. Tudo isso projetado contra o pano de fundo da presença do Estado, fator decisivo para explicar a configuração que o empreendimento acabou adquirindo.

Evidentemente, o impacto do projeto e da obra só poderá ser aquilatado se se levar em conta a Belo Horizonte da década de 50. Mais do que isso, há de se considerar as profundas transformações sofridas pela cidade e pelo conjunto da sociedade brasileira nos vinte anos durante os quais se arrastou a construção do **CJK**, transformações estas impressas na face mesma dos edifícios aqui discutidos.

O quarto e último capítulo examina o viver no **CJK**, desde a motivação inicial da compra de um apartamento até a experiência da discriminação sentida por seus moradores. Este é o capítulo dos "olhares", de dentro e de fora dos prédios, em sua reveladora diversidade, da constatação da dolorosa cesura entre o projeto e seu resultado e da difícil relação entre cidade e **CJK**.

Finalmente, a título de conclusão, alinhamos algumas idéias gerais apresentadas neste trabalho. Nossa intenção, todavia, foi apenas a de ressaltar as inesgotáveis possibilidades que o tema oferece para a continuidade da reflexão.

1 - ARQUITETURA, PODER E MODERNIDADE

Arquitetura: dimensões do simbólico

As pirâmides do Egito, a acrópole de Atenas, o Palatino Romano, os mercados, templos e termas, que se apresentam a qualquer olhar atento neste final do século XX, atestam a presença e a força de civilizações antigas. Verdadeira herança do passado, esses "monumentos" têm o "poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas"². Através deles é possível perceber valores, hábitos e crenças de civilizações que perpetuaram a sua lembrança na pedra e no mármore. "Arquivos de pedra", como os chama Le Goff, esses monumentos têm um caráter de publicidade insistente ao apostarem na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea.

De forma distinta, as sociedades medievais construíram os seus "arquivos". Os tempos são outros. As crenças e valores também. Os símbolos da cultura medieval estão expressos principalmente nas igrejas, capelas e catedrais, nos muros e torres, que compõem o cenário das cidades, e nos castelos que as rodeiam. Os materiais são mais pobres. A religiosidade impregna as construções. O poder se mostra nos altares.

Mas os "arquivos de pedra" são também ruínas quando olhados sob outro ângulo. É Benjamin, nas "Teses sobre a Filosofia da História", quem aponta essa outra possibilidade³. Quando o anjo

2 - LE GOFF, 1984. v. 1, p. 95-106.

3 - BENJAMIN, 1985.

da história, com o rosto voltado para o passado, vê escombros sobre escombros, o que se ressalta é a destruição. A memória, desta forma, deve alimentar-se também das ruínas, já que elas apontam numa outra direção. Olhar "arquivos de pedra" é também perceber as ruínas que eles encobrem. Porque, se monumentos podem ser tomados como símbolos de vitórias, ruínas significam derrotas.

Entendemos como Benjamin que, no presente, só perde o sentido aquilo que não é percebido como visado pelo passado⁴. Nessa perspectiva a memória se expande e os "arquivos de pedra" passam a ser vistos enquanto expressão de uma vontade que se sobrepôs às outras. Seu caráter de publicidade deixa de lado, propositalmente, as ruínas sobre as quais eles se erigiram, contribuindo para a construção de uma memória que se apóia numa dada visão do mundo.

A construção de novos arquivos pressupõe a destruição de outros. Ruínas sobre ruínas. Quando olhamos para os arquivos da Antigüidade ou da Idade Média, facilmente nos damos conta de que eles documentam apenas em parte as formas de vida das sociedades antigas e medievais. É preciso olhar através deles para perceber as ruínas daqueles tempos, estas sim constitutivas da sua totalidade: das diferenças, hierarquias e da opressão reinantes.

Mas são os "arquivos" e as "ruínas" da modernidade que nos saltam aos olhos em qualquer parte do mundo contemporâneo. Eles estão aí, por todos os lados, atestando as mudanças que afetaram a natureza, o tempo e o homem. Ou melhor, as mudanças nas relações do homem com o tempo e com a natureza. Essas mudanças impregnam desde o traçado das cidades e o ritmo da vida no seu interior, até as relações sociais que se estabelecem a partir de uma proximidade nova entre as elites e o povo.

4 - CHAUI, 1979, p. XVIII.

Desde o início da era moderna, o homem exercita a imposição do novo. Sobre o que existia e o que não existia. As cidades coloniais que se constroem no Novo Mundo, por exemplo, carregam na sua origem a marca de uma civilização diferente, poderosa, e que se impõe sobre a devastação de outras culturas.

Num ritmo nunca antes vivido pela humanidade, essas cidades serão alvos, dois a três séculos mais tarde, de transformações radicais, como é o caso de Buenos Aires⁵, ou de abandono por uma opção mais moderna, como é o caso da construção da nova capital de Minas Gerais, em fins do século XIX, objeto de nosso exame particular ao longo da presente dissertação. Experiências como a construção de novas cidades, que têm em seu bojo a negação de um estilo de vida anterior, já foram exaustivamente estudadas. Tal é o caso, por exemplo, da construção de São Petesburgo, na Rússia do século XVIII, objeto de um belo ensaio de BERMAN (1988).

Para esse autor, "Petesburgo é a cidade mais abstrata e intencional do mundo. A intenção principal por detrás dela era impelir a Rússia, material e simbolicamente, para dentro do mundo moderno"⁶. Seus cenários deslumbrantes, todavia, ocultavam uma Rússia "atrasada" onde o povo, submetido aos desmandos de uma aristocracia despótica, era mero espectador, à distância, das mudanças que encantavam a todos, mas que efetivamente eram vividas por poucos.

Esse cenário da modernidade, que encanta mas exclui o povo, iria servir-lhe, no final do século XIX e início do XX, como

5 - Buenos Aires experimentou nos anos 20 e 30 deste século um amplo processo de modernização. "En 1931, la ciudad se vive a una velocidad sin precedentes y estos desplazamientos rápidos no arrojan consecuencias solamente funcionales. La experiencia de la velocidad y la experiencia de la luz modular un nuevo elenco de imágenes y percepciones: quien tenía algo más de veinte años en 1925 podía recordar la ciudad de la vuelta de siglo y comprobar las diferencias". SARLO, 1988. p. 16.

6 - BERMAN, 1988. p. 217.

palco para manifestações contra o Czar e tudo o que ele simbolizava. A apropriação das ruas da cidade pelo povo era fato novo, não vislumbrado quando do seu planejamento. Uma cidade pensada para segregar, acaba oferecendo espaços propícios para a reunião e a marcha popular.

Mas é o século XIX que se apresenta como um dos momentos mais fecundos de experiências no campo da arquitetura e do urbanismo. Ao longo deste século, segundo HABERMAS, (1987:118):

"a revolução industrial e a decorrente modernização social acelerada colocaram a Arquitetura e o planejamento urbano diante de uma nova situação: a demanda qualitativamente nova de criação arquitetônica; os novos materiais e novas técnicas de construção; e finalmente, a sujeição da construção aos novos imperativos funcionais e sobretudo econômicos".

Respaldados por novos descobrimentos no campo da ciência e da técnica e iluminados por uma nova ótica social, os homens se lançarão a construções magníficas e a reformas radicais no perfil das cidades que ainda conservavam ares do passado. Exemplos disso são o Palácio de Cristal de Londres, a abertura dos bulevares de Paris, comandada por Haussmann em meados daquele século, e a remodelação de Viena com as construções da Ringstrasse⁷.

Cada uma a seu modo, essas construções são ousadas e expressam uma nova visão de mundo. Não mais a pedra e o

7 - Ver principalmente WEBER, 1988; SCHORSKE, 1988.

mármore; agora o cristal e o ferro. Não mais as vielas estreitas que atrasam o ritmo dos passos; agora os bulevares, as grandes avenidas, as grandes praças, os grandes edifícios.

Essas intervenções são, a seu tempo, reflexos de uma nova visão de mundo, símbolos de liderança e "instrumentos de uma burguesia dinâmica e de um Estado ativo, decididos a modernizar rapidamente, a desenvolver forças produtivas e relações sociais, a acelerar o escoamento de mercadorias, dinheiro e seres humanos..."⁸.

Por que a ênfase nestes "arquivos de pedra"? Afinal há outras formas de os homens perpetuarem a sua imagem. As letras, a obra de arte, as memórias sempre cumpriram esse papel, produzindo documentos para o ofício do historiador.

O destaque à arquitetura se deve ao fato de que ela, como representação da civilização, significa a simbolização do poder. E, ainda, ao fato de que esse poder, expresso num "arquivo de pedra", esconde ruínas que, longe de o simbolizarem, significam na verdade, alternativas a ele que foram vencidas em algum processo anterior de luta.

É, no entanto, a arquitetura, enquanto simbolização do poder, que nos interessa fundamentalmente. "Architecture never lies" afirmou Ferris⁹. De fato, se a entendermos como "record of civilization", não há dúvida de que a arquitetura sempre é verdadeira, mas apenas enquanto seu estilo for adequado à dimensão histórica do poder.

8 - BERMAN, 1988, p. 218.

9 - SUBIRATS, 1988, p. 102.

Falamos das ruínas e de como podem ser reveladoras de uma outra dimensão da história. Isso não nos impede, todavia, de pensar a arquitetura enquanto símbolo de uma civilização que se converte em uma dada memória histórica.

Experiências revolucionárias no campo da arquitetura e do urbanismo no século XIX europeu influíram decisivamente sobre o modo de vida das populações urbanas, refletindo os seus novos desejos e aspirações, e ordenando o seu convívio social.

A reforma do traçado da cidade de Paris, empreendida por Haussmann durante o Reinado de Napoleão III, significou um forte impacto para os seus moradores e administradores, impondo-se como modelo a ser seguido em outras partes do mundo. Os novos bulevares parisienses, enquanto instrumentos de uma burguesia dinâmica e de um Estado ativo, irão inspirar não somente a reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, comandada pelo Prefeito Pereira Passos no início da era republicana no Brasil¹⁰, mas até mesmo o traçado da nova capital mineira - Belo Horizonte - construída pela "nova" elite republicana, para substituir a promíscua e insalubre Ouro Preto, considerada inviável como capital de um Estado que se desenvolvia num ritmo acelerado.¹¹

A arquitetura e as novas idéias sobre o urbanismo fecundaram no século XIX e expressavam, sobretudo, o poder triunfante da burguesia. É esta quem comanda na Europa a reconstrução de Paris e a remodelação de Viena, apresentando-se como a força imaginadora e executora de um premente movimento de modernização. O liberalismo do século XIX, assim como qualquer outra ideologia, criou o registro iconográfico.

10 - A cidade do Rio de Janeiro assistiu, no período de 1902 a 1906, à demolição em larga escala de edifícios, ruas e bairros definidos como "degradados" e "insalubres", localizados na área central em volta dos grandes monumentos, com a finalidade de os valorizar mais, aumentando a sua imponência. Essa valorização "cultural" legitimava a hipervalorização imobiliária deste espaço urbano, extremamente exiguo porque central. Sobre o tema da reforma urbana do Rio de Janeiro, confira: LOPES, 1988, PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lillian, 1985, e SEVCENKO, 1985.

11 - "Desde os tempos coloniais compreenderam os mineiros, em sua maioria, que aquela venerável e tradicional cidade, nascida ao acaso, em região alpestre, inadequada para o desenvolvimento de uma grande metrópole à altura de um povo cômico de seus destinos altanados no conceito da nacionalidade, teria de perder, algum dia, os seus foros de Capital, cedendo lugar a outra, que realizasse o belo sonho, a justa aspiração progressista da gente montanheza". BARRETO, 1953.

Assim, os edifícios monumentais da Ringstrasse em Viena, os bulevares de Paris, o Palácio de Cristal em Londres, a remodelação da parte central do Rio de Janeiro e a fundação da nova capital mineira são representações simbólicas de uma nova forma de pensar. Expressam, no dizer de Schorske, "as alterações de gosto que acompanhavam as alterações do poder político".¹²

A solidez dessas construções, acrescida do seu sentido essencial - o de representar um novo estilo de vida, mesmo que se recorra a estilos antigos para composição de fachadas, como é o caso dos grandes edifícios da Ringstrasse - permite pensar os homens e sua relação com o poder num determinado momento da sua história. Novos espaços, projetados e construídos à imagem dos que, naquele momento, detêm o poder, são criados não só para permitir o seu exercício, mas também para reafirmá-lo. Surgem sobre espaços vazios, em alguns casos, mas surgem principalmente como substituição a outras construções - símbolos de outra época, já esgotada. Nesse sentido:

*"A cidade que a burguesia medieval e do renascimento havia levantado com tanto entusiasmo, a burguesia triunfante do século passado via sucumbir vertiginosamente, vítima necessária da nova organização imposta à sociedade pelos novos sistemas de produção e consumo."*¹³

A era que a Paris de Haussmann ou da Ringstrasse inauguraram está fundada num novo poder. São as burguesias nacionais européias, empenhadas num movimento crescente de auto-

12 - SCHORSKE, 1988 p. 58.

13 - RAMOM, 1974. p. 33.

afirmação, que se lançam a experiências de criação as mais diversas.

Não se pode perder de vista a relação que existe entre as intervenções burguesas no espaço urbano do século XIX e o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista naquele momento.

As economias européias viviam um momento específico da acumulação, ao qual correspondia um tipo de Estado, que se dedica à ordenação e à regulação dos espaços da relação capital/trabalho. Isto significa que o Estado irá atuar no espaço urbano de forma a prepará-lo para a expansão das relações capitalistas de produção, efetuando gastos públicos que contemplem a necessidade de afirmação burguesa. Esses gastos, em larga medida, têm por objetivo o controle das populações pobres dos grandes centros urbanos. Antes das grandes reformas na Paris do século XIX, por exemplo, o trabalhador era confundido com o pobre e este com o criminoso, na sombria teia urbana característica daquele momento da acumulação capitalista, como observa BRESCIANI (1982). Tal situação interessava cada vez menos à nova lógica da capital, baseada na racionalização do espaço e na crescente subdivisão dos trabalhadores em categorias especializadas.

A eficiência do organismo urbano - com moradias decentes, adequadas ao poder aquisitivo do trabalhador - impunha-se, pois, como condição para uma maior produtividade da força de trabalho. As reformas urbanas desse século verificaram, na versão burguesa, as idéias dos teóricos e utopistas como Fourier, Proudhon, Owen ou Kropotkin, "que haviam repensado as relações sociais segundo temas singulares e de forte apelo ético, como aqueles capazes de sanar os desequilíbrios no uso da cidade".¹⁴

14 - CHIAVARI, 1985. p. 572.

Desta forma, o fausto que pode ser observado nas construções desse tempo está diretamente relacionado à necessidade das burguesias nacionais de demonstrar sua força política e econômica. A grandiosidade dos bulevares de Paris ou dos edifícios da Ringstrasse atestam o esbanjamento daquela nova classe social que não necessitava poupar para construir o novo equipamento urbano que suas cidades requeriam. Assim, a Arquitetura, a Literatura, a Filosofia, a Economia, a Música e demais áreas da atividade humana produzida nos tempos modernos tomam parte da essência do movimento burguês, no sentido da conquista da sua hegemonia.

A universalização dos princípios e desejos burgueses se realiza tanto nas modernas obras arquitetônicas como nas intervenções urbanísticas de novo tipo que buscam marcar as diferenças sociais no espaço físico das cidades. Também as novas ciências, como a Sociologia ou a Antropologia, que se desenvolvem neste século, constroem o arcabouço teórico necessário à explicitação de uma forma burguesa de compreender e explicar a sociedade. Algumas décadas mais tarde, a descoberta da Psicanálise virá ao encontro da crescente necessidade de aplacar as angústias geradas nas entranhas deste nosso tempo, o tempo da hegemonia burguesa¹⁵.

Até então, vimos falando de experiências diversas no campo da arquitetura. O que há de comum entre elas é o fato de que espelham um novo modo de vida burguês e se impõem como solução para problemas que vão desde a necessidade de refletir o poder econômico ascendente da burguesia, até a urgência de preparar o espaço urbano de maneira apropriada, para conter a emergência das massas populares, porque:

15 - Sobre a evolução das ciências humanas ou sociais em meados do século XIX ver: HOBBSBAWN, 1977, p. 270-285, sobre a descoberta da Psicanálise SCHORSKE, 1988, p. 179-199, e sobre a nova sensibilidade culta deste século BRESCIANI, 1985, p. 35-68.

"Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas, por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos."¹⁶

Deste modo, as reformas urbanas a que aludimos são, na sua essência, politicamente motivadas. As cidades que a "era burguesa" erige são amplas, belas, mas, acima de tudo, segregadoras. Nelas está explícita a presença da arquitetura como força ordenadora da realidade social e individual. Ao mesmo tempo, ao visualizar a realidade da cultura e da dominação, a arquitetura mostra-a como representação espacial e põe-na em evidência como valor simbólico.

16 - HOBBSAWN, 1977. p. 224.

Belo Horizonte e a face conservadora do moderno

Também no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, a ordem burguesa cuidou de erigir cidades, ou reformá-las, para que elas espelhassem os novos tempos e suas idéias. O poder republicano, eivado das concepções de ordem e progresso, apreendidas do ideário positivista, se lançou numa experiência urbanística sem precedentes, num país marcado por uma cultura predominantemente rural, onde os principais centros urbanos haviam surgido como fruto da exploração colonial.

Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais, inaugurada apenas quatro anos após a decisão de sua construção, é resultado das transformações ocorridas no cenário político brasileiro, quando a nação ingressava na era republicana, na tentativa de superar o atraso de seu desempenho na corrida capitalista. Esse "atraso", em larga medida, atribuído a quase um século de regime monárquico, tinha como condição da sua superação a mudança do regime político¹⁷.

A nova realidade originada do federalismo inscrito na Constituição Republicana de 1891 demandou das elites mineiras a reflexão sobre seu passado e sobre o papel a ser desempenhado no futuro. A antiga capital de Minas já não mais servia aos interesses das novas elites, empenhadas em estender o seu mando e representar seu anseio pelo progresso.

Belo Horizonte, ao contrário, pela sua concepção arquitetônica, sua missão política e função intelectual tornou-se, desde o início, um abrigo para os que quisessem mergulhar no sonho da razão. Foi sob a proteção da autoridade da ciência que o positivista

17 - Sobre o tema da República no Brasil ver principalmente: CARVALHO, 1987.

Aarão Reis traçou o seu projeto, exigindo atendimento às condições de higiene e a tudo aquilo que comprovasse que, pela razão científica, se chegaria ao aperfeiçoamento social¹⁸.

Ouro Preto era o passado que precisava ser transposto... Mas Ouro Preto simbolizava, tal como o Rio de Janeiro, uma ordem anterior, colonial, na qual os mineiros haviam tido papel de destaque, não só no universo da produção, mas também no território das idéias. Como então abandonar Ouro Preto, uma vez que ele traduzia o fausto passado das Minas Gerais?

A determinação de se construir uma cidade moderna para ser a sede da administração da ex-província, tida como conservadora, teve que levar em conta esses dois parâmetros. Ouro Preto representava o passado; Belo Horizonte deveria representar o futuro. Mas que futuro? Não aquele que renega o passado, mas o que se alimenta dele.

Belo Horizonte deve ser tomada como a síntese dessas preocupações: de um lado, a cidade planejada, ordenada, racional e moderna. Cidade que assimila as mais novas concepções urbanísticas, e que deverá ser capaz de ordenar uma outra dominação. De outro lado, enquanto nova capital do Estado, ela terá que se constituir em um palco para a velha tradição mineira. Um novo palco, ao gosto das novas elites, para a velha tradição, tão cara às elites como um todo¹⁹.

E assim surgiu Belo Horizonte. A cidade que pretendeu ser, ao mesmo tempo, um atestado da modernidade dos mineiros

18 - Essas idéias estão discutidas em: BOMENY, 1987. p. 198.

19 - A presença, lado a lado, da modernidade e da tradição na história de Belo Horizonte é pensada, tradicionalmente, pela maior parte de seus estudiosos, como uma contradição. Percebe-se, no entanto, nos trabalhos mais atuais, alguns ainda em andamento, uma tendência à recusa dessa idéia de contradição e o entendimento desses elementos como componentes que se encaixam na constituição do imaginário coletivo sobre a cidade. Este é o caso, por exemplo, da dissertação de mestrado da Prof^a Regina Helena Alves da Silva, do Depto. de História da FAFICH-UFMG, cujo tema é a construção da imagem da cidade de Belo Horizonte a partir do discurso de seus cronistas.

que procuravam se adequar aos novos ventos republicanos, e a guardiã das tradições tão importantes da história desse povo. Como adequar as duas perspectivas? Simples. A cidade, moderna na sua forma, deveria acolher no seu conteúdo, uma população cônica do valor da tradição mineira. Moradores de Ouro Preto seriam transferidos para Belo Horizonte, garantindo a perpetuação dos valores já vivenciados na antiga capital.

Desta forma, plantou-se Belo Horizonte no coração das Minas Gerais. E desde o início construíram-se, lado a lado, dois discursos sobre essa cidade: o discurso do moderno e o da tradição. O primeiro, aquele que privilegiava tanto a decisão pela construção da nova capital, associando-a à postura progressista de uma parcela das elites do Estado, como o próprio produto dessa decisão, ou seja, a cidade em si. Seu formato, seu arrojo, sua preocupação em indicar os lugares a serem ocupados por cada classe de cidadão, tudo isso atestava a sua modernidade. O segundo, o discurso da tradição, aquele que privilegiava o "caráter" do povo que iria dar vida à cidade e que saberia, mesmo em ambiente estranho, preservar suas raízes, seus valores, suas crenças.

Constituindo-se em verdadeiros pilares da existência de Belo Horizonte, esses discursos ora se manifestam separadamente, ora se entrelaçam. Por vezes, eles sugerem contradição: como é possível uma cidade planejada, moderna, ser tão provinciana? Estranha-se, por exemplo, o fato de que uma moderna igreja, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o novo bairro da Pampulha e construída em 1941 pelo prefeito Juscelino Kubitschek, tenha levado anos até ser reconhecida pelo representante oficial da Igreja Católica, em Belo Horizonte, como templo para a prática religiosa²⁰.

Há ainda um outro exemplo, célebre, normalmente tomado como argumento dos que apontam o sentido de contradição: o

20 - Ver a respeito. CAMPOS, 1983. p. 69-90.

fato de que, em uma exposição de pintura modernista, realizada em Belo Horizonte em 1944, que reunia trabalhos dos artistas mais expressivos da época, algumas telas tenham sido retalhadas a navalha por um público indignado²¹.

Mas, se exemplos como esses são tomados para indicar a contradição entre uma feição moderna e outra tradicional de uma cidade essencialmente burguesa, como Belo Horizonte, a nós parece ser esse um falso problema. Não acreditamos na existência dessa contradição. Tomemos um trecho de um discurso do Governador Bias Fortes, este sim revelador da essência do que julgamos ser o mais importante. Dizia o governador em 1957:

"Belo Horizonte não é simplesmente, nos dias de hoje, um patrimônio da cultura mineira. Aqui se edificou uma cidade que espelha ao vivo, na ousadia de suas perspectivas, a impaciência do Brasil para assinalar com alguma coisa de novo a sua presença no mundo.

Com efeito, a cidade não cresce somente em extensão, nem nos limitamos ao milagre de edificar, no pequeno espaço de 60 anos, uma das maiores metrópoles do país. O que temos feito até agora traz a marca de um ímpeto criador, cujas repercussões projetaram o nome de Minas nos círculos mais altos da cultura contemporânea, já tereis compreendido que me refiro à sensacional experiência da

21 - RIBEIRO, 1987 p. 62.

Pampulha, para onde desde logo se voltou a atenção de arquitetos e urbanistas de renome universal.

Não se suponha, porém, que essa inquietação renovadora da moderna Capital tenha tocado raízes de nossa formação espiritual. Permanecemos fiéis às virtudes que plasmaram o caráter das velhas gerações. A imponência dos arranha-céus que se erguem no centro de Belo Horizonte está envolvida de uma mesma atmosfera moral que impregnou a vida das cidades fundadas pelos primeiros povoadores. O espírito de modernidade da nova metrópole não entrou em conflito com as forças permanentes das nossas tradições... Graças a Deus não mudamos...²²

Pelo visto, o governador não vê contradição, mas síntese entre a tradição e a modernidade.

Exploremos essa peça retórica, que nos parece exemplar. O que é a modernidade para Bias Fortes? A forma pela qual a cidade se expressa assinalando a sua diferença com relação ao antigo. O novo, este sim, será a raiz da modernidade: temos perspectivas ousadas, somos uma metrópole com apenas 60 anos. Nosso ímpeto criador repercute à distância. Temos a Pampulha e imponentes arranha-céus. Mas esses são todos os elementos formais, constituintes da nossa aparência.

Já a nossa essência é conservadora, apegada às mais antigas tradições. Conservamos a mesma atmosfera das nossas

²² - Discurso proferido pelo Gov. Bias Fortes por ocasião do 60º aniversário da cidade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, vol. IV, 1957. p. 31.

idades coloniais e contaminamos com ela os novos símbolos de modernidade. A dicotomia se desfaz. Modernidade e tradição se fundem para conformar a personalidade do mineiro e também a da sua capital²³.

O moderno, nesse caso, é apenas uma nova forma para uma nova dominação. O moderno, na verdade, refaz e aprofunda a dominação. Lê-se no discurso de Bias Fortes: somos modernos, mas não mudamos. Somos modernos, mas dominamos tanto quanto as velhas elites. A idéia de conservar os "valores morais" expressa, no fundo, a manutenção da ordem estabelecida: hoje burguesa, urbana, industrial; ontem, senhorial e agrária. Sempre dominação de classe. O moderno é novo? Sim, mas novo nem sempre quer dizer transformador de fato.

Em especial, é preciso aqui entender o moderno como elemento segregador. Belo Horizonte é a imposição de uma "urbis" planejada claramente para delimitar os espaços de classes sociais²⁴. Não que Ouro Preto ou as demais cidades coloniais não fossem segregadoras. Claro que sim, mas o "plano da cidade" era fortuito, aleatório. Nelas não nos deparamos com a intervenção do Estado para "marcar os lugares" como se verá depois na Paris de Hausmann, na Viena de Sitte e Wagner, no Rio de Janeiro de Pereira Passos ou na Belo Horizonte de Aarão Reis.

Belo Horizonte é moderna e, por isso, conservadora. É moderna, para conservar a dominação nas novas condições

23 - Essa não é, no entanto, a percepção de uma parte importante da literatura produzida sobre a questão. Assim, por exemplo, para Amoroso Lima, o mineiro "não é moderno, mas, ao contrário, eterno". Para ele, o que conforma a personalidade mineira é o apego à terra natal, os laços com o lugar e com o passado. Esse é também o eixo do propalado concerto de "mineiridade", definido, por exemplo, em Sylvio Vasconcellos. Confira: LIMA, 1983; VASCONCELLOS, 1968.

24 - LEMOS, 1988.

históricas²⁵. É moderna, porque o novo tempo burguês supõe e exige a modernidade, como forma ideal de organização do espaço urbano onde se trava a relação capital x trabalho. Nessa perspectiva, não há oposição entre moderno e tradicional e nem ruptura entre o novo e o velho²⁶. O discurso sobre Belo Horizonte é elemento importante no discurso ideológico da mineiridade onde "a tradição e a modernidade não se constroem enquanto opostos, antes como complementaridade."²⁷. Desta forma, a fala de Bias Fortes é reveladora porque, momento raro na oratória burguesa, ela desvenda a face oculta, mostrando diretamente a funcionalidade discursiva entre o moderno e o tradicional.

A cidade de Belo Horizonte espelha assim, de maneira exemplar, a forma como os grupos sociais dominantes comandaram reformas urbanas e administrativas necessárias à confirmação de sua hegemonia. Essa é uma questão que se liga intimamente à própria história da arquitetura e, mais particularmente, ao movimento território da modernidade.

25 - Sobre as transformações históricas que se processavam no Brasil à época da construção de Belo Horizonte, ver principalmente COSTA, 1985 e CARVALHO, 1987.

26 - "O velho e o novo continuam a lutar, com mais vitórias do velho, às vezes travestido de moderno" IGLÉSIAS, 1987.

27 - CASTRO, 1989. p. 7.

Le Corbusier e Niemeyer: experiências da vanguarda

O planejamento urbano, ou seja, o processo de urbanização comandado por uma dada racionalidade, que prevê teoricamente a construção ou a reconstrução de uma cidade, é dos espaços mais concretos de afirmação do poder. Isto, como vimos, para diferentes momentos da história da humanidade, desde as pirâmides do Egito até, por exemplo, em caso extremo, as construções da era nazista, motivadas principalmente pelo desejo de eternidade²⁸.

Vejamos a arquitetura do século XX e o que tem ela em comum com experiências anteriores. Examinemos as soluções ou inovações da arquitetura deste século, seus princípios, seus dogmas e sua linguagem, na tentativa de perceber até que ponto, a um novo tempo, corresponde uma nova arquitetura.

Primeiramente, há que se pensar um pouco sobre o que distingue este nosso século de outros que o antecederam. Se tivéssemos que resumir toda a experiência humana de 1900 até os dias de hoje em uma única palavra, esta seria, sem dúvida, velocidade. Até o ritmo do próprio tempo parece ter-se acelerado, na medida em que a atividade humana se diversificou, tomando-se mais e mais complexa. A presença dominante da técnica inaugura a idéia do ganhar tempo, do fazer, através da ciência e do trabalho, a obra do próprio tempo. A industrialização, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa exigem e supõem uma técnica nova capaz de construir um mundo e de destruir o mundo anterior.

28 - Cf. LENHARO, 1986 p. 48 e 49.

"As novas velocidades se corporificam no automóvel e no avião. O rádio envolve a terra com suas ondas inumeráveis, incansavelmente detectadas e portadoras de todos os pensamentos e palavras de ordem; o acontecimento rolando sobre si mesmo, forma uma bola de neve²⁹".

Neste século, um novo estado de coisas irá suscitar um outro estado de espírito. A arquitetura irá acompanhar todas estas transformações inspiradas, principalmente, na técnica de produção de veículos. Da preocupação inicial da "casa-instrumento" (uma casa prática para um usuário em trânsito, que não quer perder tempo) a arquitetura se desloca para uma preocupação com a questão do urbanismo. Pensar a arquitetura moderna é pensar as soluções que ela propõe para a moradia individual e coletiva, para o "caos" urbano herdado, na sua concepção, do século XIX, e pensar também a idéia da destruição.

"A velocidade da técnica em expansão, tomando rapidamente obsoleto todo tipo de produto, mostra que a atividade econômica não repousa mais somente na produção, implica no planejamento e na produção da destruição³⁰".

A reflexão sobre a arquitetura moderna deste nosso século impõe necessariamente a reflexão sobre o percurso das vanguardas históricas e da utopia que elas encerram. A arquitetura moderna, diz HABERMAS (1987:118):

29 - LE CORBUSIER, 1984. p. 47.

30 - SANTOS, 1989. p. 130.

"...foi o primeiro e único estilo, desde os dias do classicismo, capaz de se impor de fato, e até de impregnar o cotidiano. Só ela brotou do espírito das vanguardas, equiparando-se à pintura, à música e à literatura vanguardista de nosso século. Ela continua a tradição do racionalismo ocidental, e foi suficientemente forte para criar modelos, isto é, se tornar clássica e fundar uma tradição que desde o início ultrapassava fronteiras nacionais".

Mas, qual foi o percurso das vanguardas no século XX? De movimentos de resistência e crítica ou manifestações artísticas que davam vazão ao sonho ou à utopia, elas se converteram, a partir da 2ª Guerra Mundial, em princípio de identificação cultural, em fator legitimador e ideológico. Desta maneira as vanguardas ganharam um novo sentido, ritual e conservador, que deve ser entendido como testemunho do seu esgotamento, e mesmo, do seu fracasso³¹. Nos dias de hoje, à beira do século XXI, quando experiências históricas das vanguardas podem ser avaliadas, levando-se em conta os efeitos que causaram, não há como desconhecer os seus aspectos negativos. Eles residem, no que concordamos com SUBIRATS, no seu papel integrador da arte e da vida humana com as exigências da reprodução tecnológica e os imperativos do consumo mercantil; na sua função cultural como agente de colonização e racionalização das culturas; e, finalmente, no seu papel cúmplice e, portanto, legitimador, sob o espetáculo de formas simbólicas renovadas, das velhas estruturas de dominação.

31 - "O fracasso das vanguardas é o fracasso de sua utopia social e cultural, erigida na Europa entre as duas guerras e desenvolvidas, mais tarde, numa escala mais ampla e profunda, no Novo Mundo". SUBIRATS, 1968. p. 81.

É possível identificar, na obra de um Gropius, de um Mies von der Rohe, de um Oud, de um Frank Lloyd Wright ou de um Le Corbusier, os signos do maquinismo, da abstração, do cálculo cartesiano da composição, do domínio tecnológico e da racionalidade que tão bem caracterizam o discurso vanguardista. Os volumes puros dessa arquitetura traduzem uma nova sensibilidade e, através dela, um sentimento histórico e social de signo emancipador. Diferentemente de experiências anteriores, a arquitetura moderna não se contenta em refletir o presente, ou mesmo o passado renovado, como é o caso da arquitetura do século XIX. Ela antecipa o futuro. Anti-histórica, antinaturalista e antipsicologista por excelência, a arquitetura moderna propõe uma racionalidade supra-individual, abstrata e universal, que pode ser constatada em qualquer exemplo tomado.

Chandigarh, a nova capital da província de Punjab, na Índia, planejada por Le Corbusier no início dos anos 50, é um exemplo clássico, considerado como "a melhor e mais documentada aventura urbana da história recente"³² e, por isso mesmo, apropriado para a nossa reflexão. Cabe ao historiador, ao lidar com temas como a construção de uma cidade, a análise dos antecedentes e do contexto que tornaram possível uma demonstração tão discutida da habilidade e da arte humanas.

Nosso exemplo é clássico porque examina uma obra de criatividade ímpar, concebida segundo os preceitos vanguardistas da nova arquitetura trabalhados por um de seus expoentes, num contexto bastante diferente daquele que originou tais concepções.

Chandigarh, uma cidade do futuro, foi construída na Índia, país pobre, atrasado, de cultura absolutamente diversa da cultura europeia, mas que, naquele momento, vivia a euforia de uma independência recém conquistada e a conseqüente busca de sua

32 - MOOS, 1975. p. 117.

identidade nacional. Ao se livrar do mando britânico, a nova liderança hindu toma o progresso e a emancipação nacional como metas, e a construção de Chandigarh ganha o propósito não só de celebrar, mas também de persuadir, impondo-se como o monumento da consciência nacional.

É exatamente o sentido desse monumento que, desde a sua construção, tem suscitado polêmica entre os estudiosos da Arquitetura e da História. Para alguns, Chandigarh significa a planificação progressista "socialista", coroada por um sobressalente logro arquitetônico. Para outros, é símbolo de arrogância da ideologia planificadora ocidental, inflingida ao Terceiro Mundo. O exemplo de Chandigarh ilustra bem o que vimos falando anteriormente: que a planificação de uma cidade esta relacionada aos meios com os quais uma sociedade luta para copiar e estabelecer suas crenças básicas, sua ideologia. E mais. O plano de Le Corbusier para Chandigarh foi, entre outros, o preferido pela nova elite hindu porque, à semelhança do que ela buscava, esse plano tinha, na tecnologia, a premissa de uma nova e universal harmonia social. Era a imagem do progresso que a elite dirigente hindu desejava.

Examinemos, ainda que rapidamente, as idéias do criador de Chandigarh. Considerado o arquiteto do século pela crítica especializada, Le Corbusier influenciou decisivamente sobre toda a concepção da nova arquitetura do século XX.

A evolução das idéias e da obra de Le Corbusier apóia-se em quatro momentos-chave. O primeiro, quando junto com o pintor Amédée Ozenfant, define o purismo em 1917, baseado na crença idealista no "espírito da idade da máquina" e na sua harmonia com o homem. O segundo, onde se pode perceber uma atenuação da rigidez maquinal, geométrica, funcional e artificial típica da fase anterior e a presença de características novas, mais

descontraídas e flexíveis. Nota-se nesta fase "um anseio de monumentalidade, uma maior liberdade formal e um interesse por incorporar à prática arquitetônica formas naturais e materiais tradicionais".

O terceiro momento da obra de Le Corbusier coincide com o pós-guerra. Nele, percebe-se a busca de uma relação equilibrada entre o homem e a natureza. Não mais a celebração da máquina contida no purismo, mas a opção pela dimensão cósmica que pode ser percebida com toda a sua força no projeto de Chandigarh. Finalmente, um quarto momento quando é possível perceber na obra de Le Corbusier uma liberdade mais completa de invenção de formas.

Do final dos anos 10 aos 50, o estilo de Le Corbusier sofreu modificações. Sua filosofia básica, todavia, permaneceu a mesma: uma crença incorruptível na salvação universal por meio da tecnologia moderna.³³

Projetos extremamente arrojados foram concebidos por ele para servirem aos propósitos de diferentes governos e administrações com a maior eficácia. Suas concepções de vanguarda sempre encontraram resistência, e só se realizaram quando havia plena convergência entre sua ideologia e a daqueles que lhe contratavam o serviço, como no caso do plano de Chandigarh. Não se deve ao acaso a escolha do plano de Le Corbusier para a nova capital da província de Punjab. Ele se mostrou o homem apropriado, no momento apropriado para, através da sua fantasia urbana e sua arquitetura, enfatizar as idéias e os valores que a elite dirigente desejava celebrar.

Le Corbusier sempre ofereceu o seu trabalho como o de um técnico capaz de solucionar um problema por ele considerado

33 - PONTUAL, 1987. p. 64-67

técnico: o da crise urbana, na sociedade moderna. Sua insistência sobre a natureza apolítica de sua estratégia não impediu, todavia, que sua obra tenha sido sempre julgada do ponto de vista político. Considerado "bolchevique" nos anos 20 e 30, foi qualificado, mais recentemente, de cúmplice do capitalismo avançado.

Nossa intenção, porém, não é a de tomar partido de uma ou de outra posição da crítica. Para nós o importante é o fato de que as concepções vanguardistas de Le Corbusier só puderam ser experimentadas na medida em que suas idéias arquitetônicas encontraram espaço político apropriado. Nesse sentido, é curioso o chamamento a uma autoridade política forte, observado em muitos dos seus escritos³⁴. Para Le Corbusier, a sociedade necessitava de um governo forte para realizar a arquitetura da felicidade coletiva. No seu entender, o Estado deveria ser como um "pai de família" para a sociedade, pois sabia o que era melhor para todos.

Se tomarmos o conjunto da obra de Le Corbusier, o mais fácil é constatar a sua genialidade. Arquiteto original e artista completo, sua habilidade não se mostrava apenas no trabalho do arquiteto, mas também através da pintura, da escultura e do design. Tarefa muito mais difícil, porém, é fazer a crítica de sua postura enquanto arquiteto. Pensar o papel do arquiteto na sociedade, através de Le Corbusier, é pensar fundamentalmente a questão da vanguarda no nosso século. Os signos vanguardistas que citamos anteriormente - o maquinismo, a abstração, a racionalidade, entre outros - estão presentes em toda a sua obra, que se mostrou, desde o início, comprometida com as novas formas de produção e reprodução tecnológicas. A arquitetura de Le Corbusier, como todo o movimento de vanguarda deste século, está carregada de uma nova sensibilidade, que traduz um sentimento histórico e social de signo emancipador. Nela se percebe claramente uma perspectiva esperançosa da cidade e da civilização.

34 - MOOS, 1975. p. 157.

Todavia, quando voltamos a atenção para o uso ou a apropriação dos espaços concebidos por ele, seja para unidades residenciais, seja para cidades, o que se constata é uma dificuldade considerável dos moradores em se adaptarem às condições impostas pela sua arquitetura. A utopia que ela encerra mostra-se, na prática, inviável. É o caso, por exemplo, dos apartamentos da Unidade de Habitação de Marselha, criticados por serem estreitos e muito longos, e suas cozinhas muito pequenas³⁵.

O arquiteto constrói para que as pessoas vivam o presente, não o futuro. E os homens vivem o seu presente baseados em hábitos e costumes adquiridos em experiências anteriores. Muito mais importante que o futuro, no cotidiano da vida humana o que pesa é o passado. Ele é que fornece as referências fundamentais para os desejos e as aspirações dos indivíduos, às vezes, até de forma negativa, quando representa o que não queremos para o agora. Viver segundo padrões do futuro é muito mais difícil. As adaptações necessárias costumam ser culturalmente violentas: os homens não compreendem o sentido ou a natureza de hábitos tão estranhos e desconhecidos. Viver em Chandigarh foi certamente uma experiência custosa para os seus primeiros moradores³⁶. Assim como foi difícil a adaptação de milhares de brasileiros em Brasília nos anos 60, até se acostumarem a uma cidade bastante diferente de tudo o que lhes era familiar.

Evidentemente, não é por acaso a comparação que fazemos aqui. As semelhanças entre Chandigarh e Brasília saltam aos olhos, apesar das diferenças de estilo entre uma e outra. Mas suas histórias são muito parecidas. Índia e Brasil: dois países do Terceiro

35 - CÂNDIA, 1987 p. B-3

36 - Afirma SZABO (1987: A-29) que a motoniveladora gaulesa passou por cima do povo, cultura e história e entrou em choque com os futuros habitantes de Chandigarh. E que os indianos, ao receberem seus apartamentos, introduziram neles transformações radicais, trazendo-os mais próximos da sua realidade.

Mundo, o que por si só assegura algumas aproximações. Além disso, acrescenta-se o fato de que ambos viviam, na década de 50, um momento particular de sua existência: nos dois países, a essa época, as elites estavam empenhadas na sua afirmação, ao mesmo tempo que cuidavam do crescimento de seu país, para torná-lo um membro adulto na família das potências capitalistas.

Le Corbusier e Niemeyer, outro forte indicativo de semelhança. O mestre e seu discípulo. Niemeyer, o grande arquiteto modernista brasileiro, se orientou, desde o início de sua formação profissional, pelos ensinamentos do mestre franco-suíço. Trabalharam juntos em algumas oportunidades - no projeto para a sede do Ministério da Cultura, no Rio, encomendado por Gustavo Capanema a Le Corbusier nos anos 30, quando Niemeyer era ainda um estudante e estagiário, e no projeto para a sede das Nações Unidas em Nova York, no final dos anos 40. A influência de Le Corbusier sobre Niemeyer é fato incontestável, como ele próprio admite:

*"Começamos a tomar contato com a obra de Le Corbusier nos bancos da Escola Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Aí a estudamos, manuseando seus álbuns, procurando sentir suas intenções, tentando descobrir em cada traço, em cada curva, o objetivo arquitetural. Mesmo depois de formados há vários anos - sua obra permaneceu como uma espécie de guia, de tira-dúvidas, que consultávamos com freqüência."*³⁷.

E a admiração do mestre pelo discípulo também nunca foi menor. Conta Italo Campofiorito, como cicerone de Le Corbusier numa viagem a Brasília em 1962, que o mestre, ao descer a rampa do Congresso Nacional, abriu os braços e bradou:

37 - NIEMEYER, 1987. p. 18.

"Bravo, Oscar! Bravo!!" E que ao observar o Monumento aos Pracinhas, teria comentado: "que sorte vocês têm no Brasil: um jovem projetar prédio como esse".³⁸

É justamente essa exclamação de Le Corbusier que ora nos interessa. É preciso refletir sobre ela porque, em sua essência, aí está o fundamento do que buscamos entender: o papel das vanguardas artísticas como construtoras de uma utopia. E, mais especialmente, o sentido e a repercussão de uma obra de arte de vanguarda - um conjunto arquitetônico - num país de condições sociais e materiais, como o Brasil.

Niemeyer e suas obras no Brasil oferecem-nos essa oportunidade de reflexão. Não apenas porque esse arquiteto ocupa um lugar relevante no cenário da arquitetura moderna mundial, mas principalmente porque o veremos, na maioria da sua obra, postulando os princípios que regem essa arquitetura. Acresce-se a isso suas experiências arquitetônicas sempre alinhadas a projetos políticos bastante claros. Brasília é o grande exemplo, sem dúvida, mas dela cuidaremos no segundo capítulo desse trabalho, quando discutiremos a ideologia desenvolvimentista que a tornou possível.

Mais importante aqui é pensar como a obra de Niemeyer no Brasil sempre esteve ligada ao poder. Mas essa não é uma característica que destaque Niemeyer na constelação dos arquitetos modernistas. A liberdade de criação sempre foi uma bandeira defendida por eles. E entenda-se como liberdade de criação a possibilidade de experimentar novas idéias, independentemente do sentido político de sua aplicação. Essa é, aliás, uma das características

38 - APUD CAVALCANTI, 1987. p. 46.

mais presentes em todas as vanguardas. O seu fazer artístico é descolado de uma dada historicidade e a sua intervenção pensada enquanto um ato técnico, não político.

O objeto de investigação fundamental do nosso trabalho é um conjunto arquitetônico projetado por Niemeyer, para Belo Horizonte, nos anos 50. Uma construção arrojada, que segue alguns dos preceitos modernistas defendidos por Le Corbusier e que se faz construir numa cidade média (mais ou menos 400 mil habitantes à época) com traços culturais ainda de certa forma indefinidos, uma vez que se tratava de uma cidade bastante jovem, inaugurada, como vimos, em 1897.

Pelo menos quatro dos "Cinco Pontos de uma Nova Arquitetura" publicado por Le Corbusier, em 1926, estão presentes no projeto de Niemeyer para o **CJK**. São eles: os pilotis, a planta livre, a janela horizontal e a fachada livre.

O projeto de "Conjunto JK" será examinado no terceiro capítulo deste trabalho, juntamente com a história da sua construção. Por enquanto, importa-nos pensar o papel do arquiteto ao projetar uma obra moderna e, por que não dizer, de vanguarda. Niemeyer é o autor do projeto que, avalizado por um governo populista (o do então governador de Minas, Juscelino Kubitschek), provoca, até hoje, nos moradores da cidade, uma profunda rejeição, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma obra admirável a qualquer olhar técnico que a observe.

A presença de Niemeyer é, nesse ponto, o que mais nos interessa porque, através dela, talvez possamos chegar a uma síntese do que vimos percorrendo. Já mencionamos Brasília e sua semelhança com Chandigarh. Não uma semelhança estética, que esta não há, mas principalmente do significado da obra. A semelhança existe quando tomamos Chandigarh e Brasília como ícones

de uma época e de uma ideologia. E é exatamente como ícone que a obra de Niemeyer nos chama a atenção. Suas realizações em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e em outras partes do mundo nos impressionam principalmente pelo que pretendem representar.

Não somos arquitetos e não nos propomos a analisar a obra de Niemeyer de um ponto de vista técnico. Achamos, sim, que ela deve ser vista, no caso do Brasil, como a iconografia de um momento em que as elites deste país comandavam um processo de modernização ampla, necessário para que se afirmassem política e socialmente. Essa modernização era desejada mesmo por amplas camadas da população, na medida em que, pelo menos ao nível da aparência, poderia significar o seu "progresso".

Não é por acaso que a imagem de Niemeyer esteve sempre ligada, no Brasil, à imagem de Juscelino Kubitschek. Amigos desde os anos 30, o arquiteto e o político comungavam idéias, apesar de suas crenças políticas distintas. O primeiro socialista como ele próprio sempre se afirmou, ligado desde 1945 ao Partido Comunista Brasileiro.³⁹ O segundo, político de carreira, iniciada por um interventor em Minas nomeado pela ditadura Vargas, era figura expoente do PSD, partido conservador, ligado aos interesses do latifúndio e do que havia de mais tradicional na vida política do país.

São muitas as diferenças entre eles, mas a convergência entre as idéias do político e as do arquiteto se faz sentir quando observamos suas trajetórias e a associação permanente de suas idéias em torno de um projeto de modernização, imposto a toda a sociedade brasileira por suas elites.

39 - NIEMEYER, 1988. p. A-25.

Examinaremos, detidamente, no capítulo seguinte, a estreita relação entre o processo de modernização vivido pelo país nos anos 50 e a prática autoritária das elites e governantes que o dirigiam. No contexto dessa relação é que deve ser entendida, entre muitas outras, a crítica de Marshall Berman a Niemeyer e à Brasília quando em sua recente visita ao país, afirmou que "a ideologia do autoritarismo se expressa muito bem na sua arquitetura, tão compatível com o stalinismo quanto com uma ditadura da América Latina"⁴⁰.

É certo que o ensaísta americano conhece pouco da história política do Brasil. Se a conhecesse bem não cometeria o engano de ligar a figura de Niemeyer à ditadura brasileira.⁴¹ Todos sabemos muito bem que o arquiteto foi um crítico de primeira hora do golpe militar de 1964, e que a sua postura levou-o ao exílio depois de responder a diversas convocações dos militares para prestar depoimentos.

É bastante provável ainda que Berman desconheça a filosofia política que orientou, não só a prática política de Niemeyer, mas também a sua prática profissional. Sobre isso, é necessário que pensemos algumas questões como, por exemplo, a posição do PCB, no cenário político do país, no período que vai do fim do Estado Novo até o golpe militar de 1964.

Já se tomou comum caracterizar como "colaboracionista" a política que o PCB vem realizando ao longo de sua história. Na década de 50, esse partido, um dos signatários do pacto populista, colocou-se ao lado da burguesia nacional no encaminhamento das

40 - "BERMAN visita Brasília", 1987 p. A-25.

41 - Berman, apesar de cometer um engano no caso de Niemeyer, levanta um problema mais complexo: por que o modernismo seduziu os populistas brasileiros, os hindus e até mesmo os stalinistas? A questão é sem dúvida instigante mas parece-nos matéria para uma outra dissertação.

soluções políticas que visavam facilitar a concentração de esforços para viabilizar o desenvolvimento nacional. Mais do que isso, é importante ressaltar o fato de que, na análise do PCB, a burguesia nacional "progressista" deveria comandar o processo da revolução burguesa no País. A modernização interessava a todos (inclusive à classe operária, segundo o PCB) e, para alcançá-la, os comunistas viam na burguesia nacional a sua maior aliada.

A conjunção desse tipo de análise política com a postura vanguardista no campo da Arquitetura, que sempre marcou Niemeyer, deu origem a características muito peculiares na sua atuação. Na verdade ele não é, nem quer ser, um homem do seu tempo. Ao contrário, ele se quer arquiteto do futuro, planejando e construindo para além do momento em que vive. Mas que futuro é esse que Niemeyer vislumbra? Algo imaginado sobre uma sólida - e lógica - análise do presente? Não. Seu futuro prescinde do presente. Ele imagina projetos ideais, supostamente fora da história e atemporais:

"...vocês verão que não me preocupou a opinião dos que me convidaram para elaborá-los, nem a dos técnicos locais, nem a aceitação ou não do que propunha. Preocupou-me somente manter meus pontos de vista pessoais e elaborar obra diferente, que me agradasse, justificando minha passagem pelo País".⁴²

Niemeyer fala, aqui, especificamente de um trabalho em Israel, mas o que ele diz vale para toda a sua obra.

O presente para ele, a realidade concreta, na qual sua arquitetura se erguia, conta pouco, ou nada. Aliás, ele não o enten-

42 - NIEMEYER, 1968. p. 32.

de muito bem. A política, por exemplo, o confunde. Ele tem nobres propósitos e crê na causa socialista, mas acredita, em 1967, no momento político brasileiro, que um "clima diferente, um vento de esperanças parece correr por todo o País". Falava, então da posse de Costa e Silva.⁴³ Estávamos no liminar do período mais negro da história política brasileira, dos anos terríveis da repressão e da tortura, mas Niemeyer, um militante sincero da oposição, comunista convicto, ele mesmo vitimado pela ditadura militar (antes e depois desse episódio), sente "um vento de esperanças" com a posse do general líder da então chamada "linha dura". Definitivamente o presente não é matéria de Niemeyer. E seu futuro, projetado com tamanha autonomia, é mais a expressão de um desejo do que um projeto de construção do amanhã real.

Mas não foi Berman o único a bombardear com sua crítica a obra de Niemeyer. Na verdade, desde quando começou a projetar, ainda nos anos 30, o arquiteto foi alvo da crítica, que muitas vezes não compreendia a sua obra, ou simplesmente não a aceitava. Nos últimos anos, porém, é possível perceber uma maior reflexão sobre a sua obra, principalmente por ela estar intimamente relacionada ao processo de modernização vivido pelo país nos últimos 40 anos, embora proporcionalmente, crescessem mais os seus problemas, a despeito do receituário modernista.

Recentemente em entrevista, à revista VEJA, o arquiteto Joaquim Guedes⁴⁴, chamado a comentar o projeto de reurbanização do centro de São Paulo, encomendado pelo prefeito Jânio Quadros a Niemeyer, foi categórico: "como ninguém critica a obra de Niemeyer, sua arquitetura está se tomando modelo único, oficial e autori-

43 - NIEMEYER, 1968 p. 102.

44 - Joaquim Guedes é paulista, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e foi recentemente apontado pela revista The Japan Architecture como um dos melhores arquitetos do mundo. Sua entrevista à Veja, "Chega de oficialismo", foi publicada no nº 918 de 9 de Abril de 1986.

tário." Ou ainda: "ninguém avalia com seriedade a qualidade dos trabalhos de Niemeyer, pois existe o medo de se estar mexendo num monstro sagrado." O maior problema, diz Guedes, é que Niemeyer se tornou o arquiteto oficial do país, e nesse sentido, até a arquitetura soviética teria sido mais rica que a brasileira nos últimos 30 anos. Chama ainda a atenção para a característica escultória da obra de Niemeyer, que desconsidera a função e a utilidade para privilegiar a forma, quase sempre monumental.

A crítica de Guedes acabou suscitando um longo debate na imprensa. Niemeyer foi tachado de formalista, pouco funcional, autoritário e monopolizador da arquitetura no Brasil. Todos os seus críticos, porém, admitiam a beleza de sua obra. A igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, com suas curvas sinuosas e sua simplicidade é admirada pelos mais severos críticos de Niemeyer.

Mas, para além das críticas ou dos elogios à obra de Niemeyer, importa-nos o fato de que ele sempre projetou para o poder. Sua obra no Brasil está organicamente relacionada à figura do mecenas Kubitschek. A bela obra de Niemeyer cumpriu, desde o início, a função simbólica de representação do ideal do progresso, impondo-se como marco importante de uma visão do mundo que questionava a tradição, renegava hábitos culturais arraigados, enfim, atropelava o passado para construir o futuro. No processo de modernização imposto à sociedade brasileira, desde o final dos anos 20, a arquitetura tem ocupado o papel de destaque.

Nem sempre, porém, o signo emancipador da arquitetura moderna - que pensava o progresso para toda a sociedade na forma de uma utopia - tomou melhor a vida nas grandes cidades. Experiências como Brasília e o "Conjunto JK" em Belo Horizonte estão, desde o início, sofrendo sucessivas alterações, para se adaptarem melhor às necessidades dos que ali vivem.

O **CJK**, enquanto elemento de um cenário urbano praticamente ignorado pelo seu projetista, criou constrangimentos inclusive àqueles que vivem ao seu redor e que foram forçados a conviver com uma estrutura de visibilidade aterradora. A disposição dos edifícios, os quais não têm nenhuma relação com as edificações vizinhas e com suas paredes de vidro, dissolvendo o exterior e o interior, confirmam o paradoxo apontado por SENNETT⁴⁵ do isolamento em meio à visibilidade.

Assim como o Brunswick Center, em Londres, e o La Défense, em Paris, as áreas externas do **CJK** resultam numa área pública morta. Os homens que, no seu cotidiano, são obrigados a conviver com o produto da vanguarda arquitetônica do século XX, sentem intimamente - mesmo de forma inconsciente - a lógica autoritária dessa vanguarda, que derruba uma ordem para estabelecer outra de validade global.

Procuramos até aqui pensar a arquitetura enquanto símbolo de poder. Mais especialmente, trabalhamos alguns exemplos que indicam especificidades da intervenção burguesa no campo da arquitetura e do urbanismo, na tentativa de perceber semelhanças entre alguns processos que, embora localizados no universo do capitalismo periférico, darão às burguesias locais a oportunidade de se afirmarem simbolicamente, inclusive perante o mundo civilizado (como é o caso de Chandigarh e Brasília). E, examinando a atuação de determinadas vanguardas históricas desse nosso século, vimos como elas serviram aos interesses burgueses na imposição do progresso e da modernização.

Veremos em seguida como e com que profundidade essas questões se colocam, em um dado momento da história do Brasil.

45 - SENNETT, 1988. p. 27.

2 - O PROJETO NACIONAL - DESENVOLVIMENTISTA: ATORES E IMAGENS

Tragédia e glória no imaginário nacional

A análise da arquitetura enquanto espaço de poder orienta também nossa reflexão sobre a ideologia desenvolvimentista no Brasil dos anos 50. Uma e outra reflexão iluminam o objeto do nosso estudo: um conjunto habitacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para Belo Horizonte, cuja construção teve início em 1951, por decisão do então Governador do Estado de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek.

Pensar a ideologia desenvolvimentista no Brasil implica em proceder a um exame cuidadoso do conteúdo simbólico da expressão "década de 50" e da ideologia "fabricada" naqueles anos. Tal procedimento parece-nos importante, principalmente quando atentamos para o destaque de mídia eletrônica dado a esse tema nos anos mais recentes. A TV, a produção teatral, a literatura e a música popular brasileira têm se utilizado fartamente das imagens do Brasil dos anos 50. São agora os já famosos "anos dourados". Tal opção, no nosso entender, não é gratuita. Ela é fruto, sem dúvida, do momento de crise que atravessamos nesse final da década de 80, da falta de esperança que assola a todos nesse país e, principalmente, da necessidade de referência a um momento histórico onde o otimismo era tom predominante.

A impressão de que o passado era melhor se generaliza quando as pessoas se sentem no fundo do poço. Mesmo aqueles que não conhecem de perto os anos 50 têm saudades daquele tempo, confirmando o axioma freudiano do "abandono sublime a uma idéia abstrata". Mas quais as razões do otimismo daqueles

anos? De uma forma ou de outra, o que se pretende passar é a idéia de que todo o país se empenhava numa luta contra o atraso e de que o pessimismo não tinha lugar naquela época. O motivo principal que teria levado o país ao "sucesso" seria a união de todos na crença do progresso e do desenvolvimento.

Em um momento como o atual, de crise econômica, política, de valores, etc. no qual o governo federal chega a veicular uma propaganda cujo slogan é "tem que dar certo", nada mais apropriado do que o recurso de se reportar a um outro momento histórico no qual o país "deu certo", principalmente porque o povo acreditou. Mas sabemos hoje, muito bem, que o país "deu certo" para uma minoria. O processo de modernização forçada, a que foi submetida toda a sociedade brasileira, veio ao encontro dos interesses de frações burguesas, no sentido da sua afirmação e do aprofundamento da exploração capitalista, para se alcançar o então denominado pleno desenvolvimento². Nesse sentido, embora não reste dúvida de que o Brasil de fato cresceu naqueles anos, fica a pergunta: o país sim, mas e o povo? Em que medida as diferentes camadas da população brasileira se beneficiaram dessa era de otimismo e bom humor?

Considerando o pessimismo reinante hoje em dia, nada mais natural do que ter saudades daqueles anos, tão alegres. Mas nosso ofício nos obriga a refletir sobre a imagem que ficou dos "anos dourados" e constatar que, nessa montagem, muitos elemen-

1 - O governo Sarney, por ocasião do esmorecimento do "Plano Cruzado", imposto à Nação em 1986, veiculou uma campanha publicitária com este slogan, que tinha o objetivo de incutir otimismo e esperança a uma população inteiramente desacreditada da sua política econômica.

2 - Analisando as contradições do "desenvolvimentismo" nos anos JK em "A Crise do Milagre" afirma SINGER (1977:52) que "os assalariados eram os principais prejudicados (ao lado dos locadores, pois havia congelamento de aluguéis). Mesmo quando conseguiam recuperar seu nível de salário real, imediatamente enfrentavam nova onda de carestia. De tanto precisar correr para não sair do lugar, o proletariado não tinha fôlego para reivindicar sua participação no aumento da produtividade. Assim, mesmo quando os salários nominais cresciam mais que o aumento do custo de vida, o aumento do salário real era sempre muito inferior ao da produtividade".

tos são propositalmente subtraídos ou esquecidos. O que não "deu certo", o que não obteve sucesso ou não triunfou, não corresponde à "montagem rósea" sobre aqueles anos, pois compromete a sua imagem. Este é o caso do **CJK**: um símbolo apagado da memória, por que fracassado.

Quando pensamos a década de 50 no Brasil, é inevitável associá-la a algumas imagens já celebradas. Dentre elas, talvez porque assim aprendemos desde cedo na escola, destacam-se as figuras de dois presidentes - Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek - cujos mandatos de 1950 a 54 e de 1956 a 60 foram responsáveis por mudanças significativas na nossa realidade sócio-econômica.

Esse dois governos sugeriam, cada um a seu modo, uma relativa estabilidade a toda a sociedade, uma vez que tinham sido ambos legitimamente constituídos. No intervalo entre um e outro, todavia, a sociedade brasileira sentiu de perto o impacto da tragédia, quando Vargas, com um tiro no coração, interrompeu seu segundo mandato presidencial.

A tragédia do suicídio é uma das imagens indissociáveis dos anos 50 no Brasil. Não apenas porque ela interrompe o mandato de um presidente que tinha voltado ao poder "nos braços do povo", mas também porque deixa perceber o clima de instabilidade, perigoso para uma nação que ainda ensaiava a volta ao estado de direito³. Os curtos governos que se sucedem até a próxima eleição não foram capazes de estabilizar a sua imagem. No intervalo entre agosto de 1954 e janeiro de 1956, datas do suicídio de Vargas e posse de Kubitschek, três presidentes substitutos - o vice de Vargas, Café Filho, o presidente da Câmara Federal, Carlos Luz e o presidente do Senado, Nereu Ramos sucederam-se, demonstrando a fragilidade dos acordos políticos vigentes.

3 - Como se sabe, Vargas - eleito presidente em 1950 - foi o segundo governo eleito pelo voto popular depois de um período de 15 anos (1930-45) em que não se realizaram eleições diretas para presidente.

Na falta de uma liderança capaz de representar o consenso entre os múltiplos interesses da Nação, esses se explicitavam revelando as fissuras existentes no interior das classes dominantes. O consenso só foi novamente obtido depois da posse de J.K. e, depois que ele, num gesto "heróico", concedeu anistia aos revoltosos de Aragarças e Jacareacanga, que haviam tentado a desestabilização do seu governo. Conseguindo imenso prestígio e razoável estabilidade política, Kubitschek criou a imagem do homem que agitou e despertou o país, deixando o governo de forma apoteótica, ao "oferecer aos brasileiros diversos signos do progresso, dentre eles a nova capital, construída no curto espaço de três anos de seu mandato. Brasília é outra imagem forte: o fecho de glória daqueles anos.

A tragédia e a glória: duas imagens fortes e antagônicas. De comum entre elas, porém, havia o sentimento de comoção nacional - a "união nacional" em torno de uma causa - e a impressão de que a morte de Vargas se impusera como condição para o renascer da Nação, consagrado na obra de Juscelino. Não são apenas as imagens do suicídio de Vargas e da inauguração de Brasília que nos remetem ao contraponto entre tragédia e glória naqueles anos. O povo brasileiro conheceu esses sentimentos com profundidade, nos anos 50, também em relação a um fenômeno que desde então empolgava multidões: o futebol.

A década de 50 se inicia com uma experiência amarga para os brasileiros - a derrota para o Uruguai, no Maracanã, em 16 de julho de 1950. O espetáculo vivenciado pelos duzentos mil torcedores no maior estádio de futebol do mundo, construído especialmente para sediar o campeonato mundial, terminou num perfeito

anticlímax⁴. O gol de Ghiggia sobre Barbosa deixou atônita a multidão que acompanhava o jogo no estádio e, mais ainda, o restante da população, hipnotizada pela transmissão radiofônica. Era a inesperada derrota da melhor equipe de futebol do mundo, em seu próprio estádio, frente à tecnicamente inexpressiva seleção do Uruguai.

O trauma causado por essa derrota, vivida enquanto tragédia pelo povo brasileiro e nunca superada, fez, todavia, com que a experiência contrária da vitória do time brasileiro na Copa de 58, na Suécia, fosse vivida como experiência das mais gloriosas por toda a Nação. No intervalo de 8 anos, entre a derrota e vitória ou a tragédia e a glória, o país se redimia interna e externamente. Se na 2ª metade da década, o país caminhava a passos largos para o desenvolvimento, o título de campeão mundial de futebol serviu-lhe como uma luva na construção das imagens de auto-confiança e prosperidade, tão necessárias à manutenção ideológica dessa trajetória.

Mas a década de 50 se traduz em muito mais do que as figuras de dois presidentes ou de dois campeonatos mundiais de futebol. A ela se associa também, imediatamente, uma palavra mágica: modernização. É como se, ao longo dessa década, a sociedade brasileira tivesse tomado o trem para o futuro e uma potente locomotiva a arrancasse do atraso para trilhar o caminho do progresso.

Não só a economia brasileira se expandia e se modernizava naqueles anos. Esse era também o movimento de toda a

4 - "A idéia da Copa de 50 seria um epifenômeno remetendo ao essencial constituído pela idéia da derrelição, do estado de abandono e desamparo do homem que se vê lançado no mundo gratuitamente, exposto a uma morte absurda. A ubiquidade da morte, por sinal, é sensível em todas as reflexões que se fazem sobre 50, na medida em que sintetiza os componentes de emoção trados do episódio: a inevitabilidade da derrota final, entendida como a morte da mãe-pátria, a cruel adversidade que, como onda enorme, esvaziou a esperança de uma nação." PERDIGÃO, 1986, p. 23

sociedade, que se animava com o Plano de Metas do governo e a instalação da indústria automobilística nacional. A cultura de massa explodia no Brasil: a Rádio Nacional inventava ídolos todo dia, a TV Tupi projetava suas primeiras imagens eletrônicas e "O Cruzeiro" vendia 700 mil exemplares por semana.

"Na eletrola, a bossa nova; no rádio, os boletins da Nacional. Entre os intelectuais, o cinema novo; nas filas de cinema as chanchadas da Atlântida. Nos bares de Copacabana, as músicas de fossa; nas festinhas juvenis, o rock'in roll⁵.

Nos jornais - e as publicações jornalísticas se multiplicaram nesses anos - a coluna social, os poemas concretos, os grandes crimes (quem da época não se lembra do assassinato de Aída Curi?) e as notícias de que o país era o melhor: no boxe, com Eder Jofre; no tênis, com Maria Ester Bueno; na pesca submarina, com Bruno Hermany; no basquete, com a equipe de Kanela; e no futebol, para nossa glória, com a seleção capitaneada por Bellini.

O país se projetava para o exterior e se via reconhecido. A arquitetura brasileira internacionalizava-se com os projetos de Niemeyer, Lúcio Costa e Afonso Reidy. O Rio de Janeiro via seu perfil modificar-se com o início da construção do Aterro do Flamengo e com a multiplicação dos prédios em Copacabana. Acrescentava-se a todo esse fervilhar de idéias e conquistas a figura de "um presidente bossa-nova, que aprendia violão com Dilermando Reis, tirava os sapatos em qualquer recepção oficial e tinha um par de filhas que

5 - CAMARGO, 1986, p. 26.

debutavam em Versailles⁶. Fica fácil constatar a animação e o otimismo então reinantes.

Nesse contexto, cresciam as cidades e a classe média urbana. O país de tradição agrária ganhava nova feição e buscava resolver problemas infra-estruturais, como energia e transporte, para acelerar a industrialização. A batalha do petróleo fora vencida e se consubstanciara na criação da Petrobrás em 1953. Foram criados ainda a Eletrobrás, a USIMINAS, os grupos de trabalho e grupos executivos que, sob a orientação de JK, tratavam de viabilizar o Programa de Metas. A instalação de um novo parque no país tomava possível a fabricação de carros, geladeiras, televisores, etc., produtos estes demandados pela nova classe média urbana. Com tudo isso o povo brasileiro se anima e, na medida em que sente a aproximação do progresso, novas idéias surgem e se adequam à expectativa popular. Essas idéias serão de tal forma lapidadas pelos governantes e pelas elites do país que, à primeira vista, quando olhamos para a década de 50, somos levados a pensar que, naquele momento, democraticamente, povo e governo caminhavam juntos, impregnados pelo sentimento de nacionalismo, rumo ao movimento.

Estas são as imagens daquela época, que permaneceram por muitos anos. Sua permanência se deve ao fato de terem sido produzidas num momento de grande efervescência, cujo carro-chefe foi a bandeira do nacionalismo.

Lideranças políticas, movimentos culturais e artísticos, instituições científicas de produção teórica marcaram decisivamente a década de 50, contribuindo para a cristalização dessas imagens. Homens de projeção política e social inquestionável, como os presi-

6 - *Ibidem*, p. 27.

dentes Vargas e Kubitschek, dirigiram o país numa perspectiva modernizadora, comandando internamente o processo de expansão do sistema capitalista, e mudando sua feição. Organizações como "TBC" (Teatro Brasileiro de Comédia), a "Cia. Vera Cruz" e o "Teatro de Arena" influíram sobre o panorama cultural da época, criando um teatro e um cinema capazes de refletir as aspirações burguesas e populares. Se na produção teatral do "TBC" o que se via era a encenação luxuosa de textos clássicos do teatro internacional, numa tentativa de colocar a platéia burguesa nacional em condições de igualdade com o público europeu, no "Teatro de Arena" a perspectiva era bem outra. Nele o que interessava era a produção de textos e peças que, de alguma forma, refletissem a realidade brasileira com todas as suas contradições. Sua encenação, pobre, visava à maior aproximação do público e à construção da arte popular⁷.

A "Cia Vera Cruz", por sua vez, tentou a produção de um cinema que espelhasse a realidade e a cultura nacionais, mas que fosse aprimorado, de forma vendável no exterior. Apesar de fracassada, ainda em meados da década, a "Vera Cruz" deixou uma herança significativa: o padrão técnico, assimilado pelas produtoras industrializadas que surgiram em seguida, e o cinema publicitário que nasceu no país, a partir do equipamento importado pela Companhia, operado por técnicos ingleses trazidos por ela e que aqui permaneceram⁸.

Movimentos culturais como a Bossa Nova e o Cinema Novo, surgidos no final da década, reuniram os elementos da "brasilidade" de uma forma inovadora e traduzível externamente. Mesmo hoje, o Brasil é conhecido, no exterior, pela produção artística desses movimentos. Além disso, muito da música e do cinema produzidos no país nos anos 60, 70 e 80 tiveram influência de seus pressupostos ou de estilo⁹.

7 - Maiores informações sobre a produção cultural dessa época estão em: PEIXOTO, 1983; HOLLANDA, 1984.

8 - ARAÚJO, 1987, p. 33-37; GALVÃO, 1981.

9 - HOLLANDA, 1987.

Construindo a hegemonia burguesa ou o vôo do Zepellin

No território das idéias que então fervilhavam no país, tanto nas hostes da esquerda quanto nas da direita, algumas instituições tiveram papel decisivo. É de 1949, por exemplo, a criação da ESG - Escola Superior de Guerra - que se dedicou, ao longo da década seguinte, à elaboração da Doutrina de Segurança Nacional que, infaustamente, o país veio a conhecer no pós-64. Ainda no âmbito das Forças Armadas, foram de extrema importância os Clubes Militares, no interior dos quais se desenvolveu amplo debate sobre a participação do capital estrangeiro na exploração dos recursos minerais brasileiros, especialmente o petróleo, e sobre a política que o Brasil deveria adotar na guerra fria. As posições nacionalistas e anticomunistas se acirravam, aprofundando as divergências entre a oficialidade e gerando uma indisciplina indesejável¹⁰.

No governo de Kubitschek, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), financiado pelo Governo Federal, tomou-se "a meca da pesquisa e do ensino dos problemas brasileiros, tais como eram conceituadas pela posição liberal do nacionalismo desenvolvimentista".¹¹ Criado em 14 de julho de 1955, durante o governo transitório de Café Filho, o ISEB vê crescer a sua importância no cenário nacional nos anos de 1955 a 60, quando foi chamado a dar a sustentação teórica necessária ao projeto de governo de Kubitschek e aos interesses que ele representava. Sua tarefa foi a:

10 - SKIDMORE, 1976, p. 212.

11 - SKIDMORE, 1976, p. 211.

*"de forjar uma precisa e determinada ideologia que, dizia-se unanimemente, era exigida pela Nação, a fim de "tomar consciência" de seu subdesenvolvimento e lutar pela superação desse estágio, mediante um esforço desenvolvimentista."*¹²

Se, no início da gestão Kubitschek, outros projetos se apresentavam, com o desenvolvimento dos trabalhos do ISEB e sua formulação ideológica, em pouco tempo estavam dadas as condições para a conquista da hegemonia político-cultural do projeto burguês. Quando nada porque, ao acreditar e fazer acreditar na indestrutível aliança de classes, só se podia entender a ideologia nacional-desenvolvimentista como hegemônica.

O ISEB se destaca entre as demais instituições da época¹³, por ter sido capaz de representar os "anseios da nação", cuidando de fazer a ponte entre os interesses do Estado, do Governo e do Povo. Tinha-se em vista uma perspectiva teórica visando à colaboração de todos os segmentos sociais na construção de um projeto nacional. As demandas e reivindicações dos mais diversos grupos serão reelaboradas por essa instituição, no sentido de se adequarem a um projeto nacional que efetivamente transformasse a realidade sócio-econômica do país.

Intelectuais nacionalistas de formações as mais variadas foram atraídos pela fé entusiástica de Kubitschek no futuro do Brasil e pela sua intenção de tentar acelerar o processo de mudanças econômicas. Reunidos no ISEB, lançaram livros e publicações e ofereceram cursos, nos quais racionalizavam o problema da indus-

12 - TOLEDO, 1982, p. 18.

13 - Cabe mencionar, ainda que de passagem, a importância decisiva da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para a constituição do pensamento econômico nacionalista das décadas de 50 e 60, em todo o Continente. Cientistas sociais de diversos países, inclusive do Brasil, reunidos em torno da figura admirável de Raul Prebisch, dissecaram a natureza daquilo que futuramente viria a ser conceituado como "capitalismo periférico". O trabalho da CEPAL influenciou marcadamente a produção teórica brasileira, na vertente à esquerda, sobre Economia e Sociologia, ao longo daquelas décadas.

trialização e explicavam as causas e efeitos do subdesenvolvimento brasileiro. O ISEB manifestava uma confiança contagiante no futuro do Brasil como grande potência e sua produção teórica assim o demonstra.

Mas, se tomarmos hoje o pensamento isebiano, amparados por trabalhos recentes, que se dedicaram a desmontar os discursos e as falas dos diferentes agentes sociais que atuaram no país, nesse momento histórico¹⁴, veremos que ele, como uma força motriz, impulsionou o movimento de reordenação do amplo sistema de dominação a que a burguesia brasileira vinha se dedicando desde a década de 20.

A ideologia nacional desenvolvimentista "fabricada" no ISEB tentou orientar a estratégia da expansão econômica capitalista no Brasil e se tomou hegemônica nos anos do governo Kubitschek. Como observa FRANCO (1982:14), o pensamento isebiano está firmemente amarrado num sistema cujas "inconsistências teóricas" próprias o sustenta em sua eficácia prática, confluindo no processo de afirmação do capitalismo. Essas "inconsistências teóricas" se explicitam quando, tomando a construção desse pensamento, nos deparamos com a recelebração do conceito de alienação, esvaziado de qualquer determinação de classe, ou de quando percebermos uma compreensão maniquísta da relação Nacionalismo x Imperialismo.

De acordo com o pensamento isebiano, a tarefa "nacional", naquele momento, era a liquidação da luta de classe e a constituição de um corpo social unificado pelo esforço de alcançar o progresso. Essa tarefa só poderia ser empreendida sob o comando do intelectual, uma vez que ele:

14 - Estes trabalhos são principalmente: TOLEDO, 1982; FRANCO, 1985.

"é a consciência da realidade, dispondo de uma atividade racional que organiza a história, dá corpo à Nação, funda o poder. É ele, em suma, o chamado para pôr as condições daquilo que é e deve ser: sua figura aparece hipostasiada com o transcendental, enquanto aquele que dá forma ao mundo, de outro modo inexistente. É ele, ainda, que pela mediação do Estado desperta a razão que prevê o futuro, encurta o tempo e preconiza o planejamento, justificando teoricamente todo esse quadro"¹⁵.

Desta forma, esclarece-se a concepção de nacionalismo e o objetivo de sua elaboração teórica naqueles anos do governo JK. A idéia de nacionalismo, enquanto a única forma possível de redenção do país e de sua inserção no concerto das nações, serve como uma luva ao projeto de dominação burguesa que se exercitava. A realização do projeto nacional, fundada na aliança de classes, ao nível político e ideológico, se confunde com o projeto de autonomização do país periférico, unicamente possível de ser obtida, segundo os teóricos do ISEB, com o avanço do capitalismo nacional. "Quanto mais o capital se firmar dentro do país tanto melhores condições terá este de entrar, com autonomia, no concerto geral das nações."¹⁶

O que se afirmava era principalmente a necessidade de promoção do desenvolvimento sob o comando da parcela "progressista" da burguesia brasileira. Todavia, toda a construção teórica isebiana se escora no alicerce fundamental de que o desenvolvimento econômico, ao possibilitar a consciência nacionalista, traria consigo a redenção de todos os grupos sociais.

15 - FRANCO, 1985, p. 158.

16 - FRANCO, 1982, p. 14.

Nesse sentido, o discurso isebiano "usa exemplarmente os truques da universalização do particular e recorre à generalização e à abstração para fundamentar a perspectiva da classe dominante"¹⁷, que projeta o mito do progresso e do benefício geral, arquitetando sobre a ilusão essencial do capitalismo de que a riqueza, circulando, distribui-se¹⁸.

O ISEB, como se percebe, contribuiu para impor à Nação um projeto de dominação de classe. Que projeto era esse? Um projeto de industrialização que reservava papel especial ao Estado, ao encarregá-lo do setor de indústria de base. Um projeto com roupagem nacionalista, fruto da construção ideológica do desenvolvimentismo, e que se constituiu em imagem bastante útil à estratégia do empresariado, que dela se beneficiou duplamente:

"em primeiro lugar pela desfiguração da luta de classes, desdobramento inevitável de toda ótica nacionalista; em segundo lugar pela legitimação da implantação das indústrias de base, momento específico da estratégia que implicava em altos custos sociais"¹⁹.

Esse projeto vinha de longe, embora com roupagem nova, pois "tinha suas raízes no projeto de 28 quando a liderança empresarial o elaborou como alternativa de dominação para as classes dominantes ameaçadas pelo acirramento do conflito capital/trabalho e pelo "fantasma da revolução"²⁰

17 - FRANCO, 1985, p. 164.

18 - *Ibidem*, p. 205.

19 - TREVISAN, 1981, p.31.

20 - *Ibidem*.

Foi apenas na segunda metade dos anos 50, todavia, que a elite empresarial se mostrou capaz de elaborar um projeto político de dominação centrado na industrialização. É nesse momento que essa elite se instaura como sujeito político condutor de uma determinada ordenação da sociedade.

Tal ordenação, baseada no princípio da racionalidade e pensada inicialmente dentro do espaço fabril para garantir o aumento da produtividade, foi aos poucos extrapolada para toda a sociedade. É assim que, neste momento, no Brasil, não só a fábrica, mas a cidade, a casa, a rua e os meios de transporte passam a sofrer intervenções que pretendem superar uma visão do mundo considerada ultrapassada, na medida em que não mais condiz com o ritmo do desenvolvimento desejado. A "racionalidade" passa a orientar as políticas públicas e também a iniciativa privada, no sentido da construção do equipamento necessário para que o ritmo do progresso se acelere.

O espaço urbano, nesse contexto, passa a ser um dos itens mais privilegiados. Como a industrialização pressupõe mais e mais aglomerações urbanas, há que se preparar as cidades para o desenvolvimento. A expansão urbana exigiu um grande esforço da construção civil para alargar ruas, criar avenidas, reorganizar o centro das cidades, de forma a expulsar tudo o que nele ainda persistia de indesejável - cortiços, zonas de meretrício, etc - e construir moradias. Estas, para não fugir à regra, também foram pensadas de forma racional, como é o caso do nosso objeto de estudo, o "Conjunto JK": um projeto arquitetônico fundado na racionalidade e só possível de ser realizado através da intervenção pública.

Aqui, mais uma vez, constatamos como a arquitetura é capaz de expressar as idéias de uma época. Pensamos não nas

soluções arquitetônicas individuais, que o capitalismo em expansão e o processo de urbanização dele decorrente demandam, mas sobretudo na utilização pública dos recursos arquitetônicos modernos para a fabricação de uma imagem de governo.

Desde a ditadura do Estado Novo, observa-se, na atuação do Estado brasileiro, o desejo de consolidar a imagem de uma instituição modernizante. As transformações processadas na sociedade brasileira decorrem, em larga medida, da ingerência do Estado nos diversos planos da dinâmica social.

No plano urbano, por exemplo, a atuação do Estado se fez essencial para equipar as cidades com a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento capitalista. Isso implica em políticas públicas e urbanas capazes de preparar a expansão do mercado de trabalho e a diversificação das atividades, além da construção de "marcos" que atestem a intenção e a ação modernizadora de um Estado que se auto definia como moderno.

Esses marcos são muitos e plantados em pontos diversos do vasto território nacional. Concebidos e executados pelo poder público municipal, estadual e federal, alguns deles tiveram maior projeção, talvez pelo fato de estarem ligados a figuras expo-nenciais da arquitetura mundial. Tal é o caso da sede do Ministério da Cultura, mandado construir por Vargas, no Rio de Janeiro, em 1936. Corbusier foi o autor do projeto que teve, como estagiários, Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Afonso Reidy, entre outros. Afirma Lúcio Costa que "é difícil ao arquiteto de hoje perceber a signifi-cação dessa obra e aquilatar o que ela representou de paixão, de esforço, de sacrifício"²¹. Todavia, ela é menção obrigatória quando

21 - COSTA, 1987, p. 24.

se fala em arquitetura moderna no Brasil, constituindo-se mesmo em verdadeiro marco histórico e simbólico, segundo o mesmo arquiteto:

"Histórico, porque foi nele que se aplicou pela primeira vez, em escala monumental, a fachada totalmente envidraçada, a "pau de verre". E simbólico, porque, num país ainda social e tecnologicamente subdesenvolvido foi construído com fé no futuro, enquanto o mundo se empenhava em auto flagelação" ²².

Essa obra, tão decantada por arquitetos ou leigos, foi viabilizada pela ação de um Estado que se queria, acima de tudo, modernizador, mas que mantinha simultaneamente sua essência reacionária. A ditadura Vargas, ao mesmo tempo que mandava trazer de Paris Le Corbusier - arquiteto internacionalmente reconhecido - deportava para a Alemanha nazista a judia e militante comunista Olga Benário, mulher de Luiz Carlos Prestes, então grávida de 7 meses e presa pelo governo, quando da repressão aos comunistas pós-35.

É uma imagem forte e belíssima, aquela evocada pelo texto de Fernando Morais: em 1936 cruzam-se no oceano Atlântico o "Graf Zepellin", que trazia o arquiteto francês que vinha revolucionando a arquitetura mundial, e o navio "La Coruña", que levava a militante comunista, indesejável aos olhos do governo brasileiro, e cobiçada pela Gestapo²³.

²² - Ibidem, p. 27.

²³ - Esse episódio está narrado em MORAIS, 1985, p. 221. O autor informa apenas que o Zepellin foi visto por Olga, do navio. A informação de que Le Corbusier estava a bordo do Zepellin foi obtida por outra fonte: o depoimento de Lúcio Costa, já citado, para a Revista Módulo.

A construção da ordem capitalista no Brasil ensejou paradoxos tão dramáticos quanto esse: ao mesmo tempo em que revoluciona a imagem pública, erigindo uma obra arquitetônica arrojada e inusitada, é também capaz de agir politicamente da forma mais retrógrada, ao entregar a militante comunista ao sanguinário governo de Hitler.

Pampulha, CJK e Brasília: elementos para a iconografia de uma época

A presença do Estado, corporificada na sua forma de intervir e atuar na área econômica, política, cultural, e na regulação das relações sociais, é, sem dúvida, a característica mais marcante do período histórico que vem de 30 até os nossos dias. Essa presença está registrada de forma pontual no que poderíamos chamar de iconografia do poder. São prédios, obras e intervenções no espaço urbano que constituem esse legado iconográfico, conservado ou em ruínas, erigido pelo poder à sua própria imagem e semelhança.

Tomemos, por exemplo o caso da Pampulha, projetada por Niemeyer no início dos anos 40, sob encomenda do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek. Esse complexo turístico demandou gastos públicos consideráveis, pois além da urbanização da área e da melhoria do acesso a ela, o arrojo dos projetos de Niemeyer para as diversas construções - Cassino, Casa do Baile, Igreja e Iate Clube - impôs materiais de acabamento bastante caros, como o mármore de Carrara, que reveste todo o interior do Cassino, hoje Museu de Arte de Belo Horizonte.

A Pampulha - que examinaremos com mais atenção ao longo desse trabalho - é exemplo de como a esfera pública, concebida de forma autoritária, é capaz de decidir o que, como e quando construir, com base na necessidade de autoprojeção de governos, muito mais do que considerando as reais necessidades de um núcleo urbano e de sua população. Aqui é importante lembrar que Kubitschek foi prefeito nomeado de Belo Horizonte pelo interventor no Estado de Minas Gerais, Benedito Valadares. Mas a Pampulha é obra citada nas revistas especializadas dos diversos países desde os anos 40, quando a chamada nova arquitetura brasileira começava a ser vista como revelação.

Se nas décadas de 30 e 40 o Estado já desempenhava o papel de mecenas, possibilitando obras como a Sede do Ministério da Educação ou a Pampulha, será na década de 50, mais especialmente na sua segunda metade, que ele irá levar ao paroxismo essa sua face. Nunca antes o Estado havia exercido com tanta eficácia as suas possibilidades regulatórias e intervencionistas como nos anos da gestão Kubitschek no governo da República. Entre 1956 e 60.

"O Estado planejou e investiu na construção de uma infra-estrutura de transportes, energia elétrica, água, comunicações; através de iniciativas empresariais, estabeleceu as bases para a siderurgia, refino de petróleo, álcalis e mineração de ferro. Ao mesmo tempo, emprestou seu apoio creditício e regulatório para viabilizar o desenvolvimento de setores industriais novos, tanto nos sub-ramos de bens não-duráveis de consumo como nos de insumos intermediários e bens de capital. Apoiou também o desenvolvimento da agricultura, especialmente através do crédito, permitindo que se diferenciasse de forma mais marcada e acompanhasse o rápido progresso da urbanização. Ao mesmo tempo que favorecia esta última regulou a formação de um mercado de trabalho urbano capaz de responder à novas e crescentes necessidades da força de trabalho, especialmente nos centros industriais e metropolitanos em formação.²⁴

24 - DRAIBE, 1985, p. 248.

Sob o envoltório ideológico do desenvolvimentismo, o Estado presidiu um momento de constituição do capitalismo, assumindo um papel regulador e articulador de perfil avançadíssimo, na medida em que lhe coube moldar um presente que trazia já em si as características do "futuro": uma estrutura industrial-monopolista, técnica e organizacionalmente desenvolvida, e articulando-se à fase mais nova da divisão internacional do trabalho²⁵.

Dentre as funções do estado, apregoadas nessa época por seus dirigentes, é possível destacar aquela que o entende como o promotor da prosperidade e da ordem. Se tomarmos o discurso juscelinista, veremos que se utiliza de imagens retóricas tão importantes na constituição do imaginário social de então. São componentes desse discurso vários conceitos elaborados e reelaborados no interior do ISEB por aqueles teóricos que cuidavam de traduzir os interesses da Nação, contribuindo para o estabelecimento de uma série de identificações entre os brasileiros, por mais diversas que fossem as suas origens, condições sociais ou expectativas.

É dessa forma que se pode entender o papel dos intelectuais do ISEB: como aqueles que deram o acabamento ou o polimento àquelas idéias que, presente de forma diferenciada nos diversos grupos sociais, tinham origem comum no desejo de desenvolvimento.

Assim, a ideologia desenvolvimentista, cujo arcabouço teórico está explicitado no pensamento isebiano - o qual filtra desejos, receios, expectativas e crenças presentes tanto no universo popular como das elites - , deu o suporte necessário ao projeto de industrialização e ao projeto político a ele associado, postos em prática durante o governo Kubitschek.

25 - Ibidem, p. 255.

Na armação teórica do desenvolvimentismo, percebida tanto nos textos dos intelectuais do ISEB como nos discursos de Kubitschek, alguns conceitos se destacam. Tão importantes quanto prosperidade e ordem, já mencionados, são os de soberania e segurança nacional.

Prosperidade significa a superação do estado de atraso e o aumento da riqueza em benefício de toda a sociedade. **Ordem** - entendida como condição fundamental para se atingir a **prosperidade** - traduz-se na paz política e social. "Qualquer tipo de desordem que ultrapassar o nível dos pequenos grupos ou das relações meramente interindividuais é elemento perturbador do desenvolvimento, e como tal merece ação pronta e eficaz que a neutralize. A ordem é, pois, requisito para o desenvolvimento".²⁶ Estes conceitos se fundem na idéia de **soberania**, reduzida à dimensão econômica, e esvaziada de seu conteúdo político. No discurso de Kubitschek, afirma CARDOSO, soberania é igual à autonomia.

Sob o envoltório ideológico do desenvolvimentismo, o Estado presidiu um momento de constituição do capitalismo, assumindo um papel regulador e articulador de perfil avançadíssimo, na medida em que lhe coube moldar um presente que trazia já em si as características do "futuro": uma estrutura industrial-monopolista, técnica e organizacionalmente desenvolvida, e articulando-se à fase mais nova da divisão internacional do trabalho²⁵.

Dentre as funções do estado apregoadas a essa época por seus dirigentes, é possível destacar aquela que o entende como o promotor da prosperidade e da ordem. Se tomarmos o discurso juscelinista, veremos como ele se utiliza de imagens retóricas tão importantes na constituição do imaginário social de então. São componentes desse discurso vários conceitos elaborados e reelaborados no interior do ISEB por aqueles teóricos que cuidavam de

26 - CARDOSO, 1978, p. 157.

traduzir os interesses da Nação, contribuindo para o estabelecimento de uma série de identificações entre os brasileiros, por mais diversas que fossem as suas origens, condições sociais ou expectativas.

É dessa forma que se pode entender o papel dos intelectuais do ISEB: como aqueles que deram o acabamento ou o polimento àquelas idéias que, presentes de forma diferenciada nos diversos grupos sociais, tinham origem comum no desejo de desenvolvimento.

Quanto ao conceito de **segurança nacional**, ele terá dupla utilização no discurso juscelinista, principalmente quando se trata de justificar a necessidade da construção de Brasília. Se estamos hoje acostumados a associar a idéia de **segurança nacional** a suas conotações de defesa interna e luta anti-subversiva, tal como ficou moldada pelos governos militares pós-64, basta consultar os jornais da época do governo JK para percebermos a sua importância no processo de convencimento da Nação sobre a necessidade da nova capital.

A construção de Brasília, ocorrida no bojo de um processo de reordenação espacial do território nacional e de uma nova regionalização do país, foi orientada, como indica VEZENTINI (1987), pelos princípios do pensamento geopolítico brasileiro. A constatação, feita por esse autor, de que a obra mestra da arquitetura moderna brasileira tornara-se o espaço apropriado para o exercício do Estado autoritário pós-64, não deve ser entendida como surpreendente. Para esse autor, a construção de Brasília deve ser vista como parte do processo de **democratização**, com medidas autoritárias, empreendido no país a partir de 1946. Embora velado, o autoritarismo dessa decisão visava a impedir o crescimento dos movimentos populares, tornando mais difícil o seu acesso ao centro do poder. O Rio de Janeiro, ainda hoje considerado o centro urbano

mais politizado do Brasil, tornara-se mais e mais disfuncional para a ordem política excludente, inerente à lógica da acumulação capitalista em países periféricos como o Brasil.

Assim como Brasília, a Pampulha e o CJK são manifestações da arquitetura moderna brasileira, que traduzem exemplarmente a prática autoritária das elites deste país, possível de ser percebida mesmo num momento dito "democrático" da história da República. Esse autoritarismo, todavia, não se manifesta apenas através de projetos arquitetônicos.

Na realidade, ele se faz presente durante todo o governo Juscelino, quando a implementação do projeto de dominação do empresariado industrial exigiu uma reformulação no Estado, e este, mais do que nunca, passa a intervir na economia, regulamentar a relação trabalhista e proteger a atividade industrial. Se tomarmos qualquer decisão desse governo, veremos que ela está sempre orientada por uma forma autoritária de perceber as práticas sociais. Como, naquele momento, os interesses do Estado e das elites confluíam na mesma direção, tudo era feito no sentido de mostrar ao povo o que era melhor para ele. Nesse sentido agem os governantes, as elites políticas, os intelectuais e a esquerda.

Não se tem notícia, por exemplo, de um tipo de prática, hoje usual entre os setores mais progressistas da sociedade, de buscar ouvir os anseios e necessidades populares, suas reivindicações e a voz dos seus representantes. Durante a vigência do pacto populista, o povo sempre foi tido como aliado importante, mas frágil e incapaz e, portanto, nunca considerado um interlocutor direto. A sua própria cultura era questionada, já que continha elementos que dificultavam a emancipação "nacional". O povo "atrasado" era tido como entrave ao desenvolvimento, e para que ele se libertasse dessa condição, era preciso guiá-lo, indicar-lhe o caminho para a sua emancipação e, conseqüentemente, para a da nação brasileira.

Essa foi a prática de grande parte da esquerda e dos intelectuais deste país, ao longo dos anos 50 e início dos 60. Os CPCs, durante o governo João Goulart, aperfeiçoaram essa prática autoritária de "guiar" a consciência popular e preparar o terreno para a revolução²⁹.

É esse o contexto que orienta também a nossa análise sobre o **CJK**. Essa prática autoritária, presente nas decisões mais diferenciadas sobre o destino da sociedade brasileira e do próprio Brasil, na época do desenvolvimentismo, pode ser percebida na decisão de se construir um enorme conjunto habitacional, numa cidade de porte médio, num terreno de grande valor, que, por pertencer ao Estado, poderia servir a finalidades diversas. Mas esse terreno, à revelia dos cidadãos e moradores da cidade, foi destinado a uma incorporação que, pelo menos a curto prazo - já que a obra se arrastou por muitos e muitos anos - não beneficiou nem a cidade, nem seus moradores. Como Brasília, a decisão sobre o **CJK** foi produzida no seio do Estado, sem que se levasse em conta necessidades mais urgentes.

Interesses diversos confluíram na decisão por esse tipo de empreendimento, notadamente os do governo - que construía para ser reconhecido - os dos negócios da construção civil e do ramo imobiliário, e os dos técnicos, arquitetos, urbanistas, etc. que aproveitavam a oportunidade para experimentar projetos ousados. Mas o certo é que nem Brasília nem o **CJK** foram resultados de qualquer consulta mais ampla, entre os interessados, sobre a definição do tipo de obra e seu interesse social. Ao contrário, tanto o **CJK**, como Brasília, foram planejados e construídos à imagem e semelhança da fração burguesa dominante. Em Brasília, por exemplo, construiu-se buscando a harmonia social, tão cara ao projeto de dominação burguesa.

29 - Confira. CHAUÍ, 1983.

(Ali,) "os espaços são concebidos em termos de funções, evitando-se promiscuidades e outras racionalidades que difiram da lógica produtivista. Ou seja, organiza-se territorialmente a cidade à imagem de uma linha de montagem fabril, visando fundamentalmente sua "produtividade" ou "funcionalidade": a distribuição "racional" dos setores (...). Assim como o sistema fabril aliena e automatiza o trabalhador, o plano-piloto impõe ao morador um ajustamento automatizado aos rígidos esquemas preconcebidos. Não há margem para qualquer participação ativa ou iniciativa criadora por parte do morador. Prevalece uma ditadura do plano original e do planejamento urbano que se direciona no sentido de reafirmá-lo continuamente."³⁰

Brasília foi construída como símbolo do moderno, do desenvolvimento iniciado e que se queria expandir. Brasília indicava uma integração possível das diversas regiões do país e a garantia da sua segurança. Brasília era o planejamento competente e audaz, que queria colocar cada coisa no seu devido lugar. Ruas e avenidas, prédios, praças, automóveis e pedestres, governantes e governados têm o seu espaço delimitado no traçado da cidade, orientado por um ideal de modernidade e por uma nova racionalidade. Corroboram a assertiva do "Esprit nouveau" de que "uma época cria sua arquitetura que é a imagem clara de um sistema de pensar."³¹

30 - VEZENTINI, 1987, p. 154.

31 - LAYMERT, 1989, p. 124.

Brasília não é caso único, mas especial. Especial, porque se constitui na forma mais bem acabada de expressão do poder e da ideologia que o sustenta. No início dos anos 60, quando a hegemonia burguesa já é um dado concreto no país, esse monumento moderno expressa e simboliza a nova ascendência. A nova capital sela com fecho de ouro uma época de otimismo e esperança.

*"A construção orgulhosa e abstrata de Brasília se afirma sobre o nosso concreto e abstrato subdesenvolvimento, denunciando a urgência da sua superação. A arquitetura **plantada** no coração geográfico do país promete um ideal de grandeza, sugerindo que fora do moderno não haverá uma identidade para os brasileiros."³²*

O **CJK**, assim como Brasília, deve ser visto como uma expressão concreta do desenvolvimentismo. Considerando-se que ele é anterior ao projeto da nova capital, é possível mesmo pensá-lo como balão de ensaio. Numa escala infinitamente menor, o político Kubitschek e o arquiteto Niemeyer projetaram uma obra materializando idéias que ainda tomavam corpo na sociedade. Esse projeto reunia determinados itens que traduzem exemplarmente a ideologia desenvolvimentista. As idéias de prosperidade, ordem e segurança, por exemplo, estão sugeridas na sua concepção, constituindo-se mesmo em forte apelo publicitário, tanto política quanto mercadologicamente.

Oferecido a uma população habituada à horizontalidade das construções, a verticalidade do projeto de Niemeyer por si só já sugeria ascensão. Um prédio de 30 andares - projetado para uma

32 - VIANNA, 1985, p. 42.

cidade constituída de casas ou pequenos prédios de apartamento, e apresentado como o maior edifício da América Latina - se impôs como elemento de prosperidade e motivo de orgulho generalizado. Sua dimensão, sua forma moderna e seus espaços racionalmente concebidos espelham fielmente as idéias que fervilhavam no país nos anos 50. O concreto aparente, as paredes envidraçadas e a presença do equipamento coletivo no projeto de Niemeyer significavam algo radicalmente novo na forma de morar do brasileiro.

Os preceitos da arquitetura moderna e da racionalidade que o orientaram foram responsáveis pela criação de espaços ordenadores de um novo estilo de vida. O projeto, que reproduz a idéia da "máquina de morar" de Le Corbusier, na sua plenitude³³, sugeria comportamentos adequados aos futuros moradores do prédio. Assim como eram previstas cozinha e lavanderia coletivas, o espaço individual para essas atividades foi significativamente reduzido, ou mesmo eliminado, como é o caso da maior parte dos apartamentos, que não possuem sequer área de serviço.

Dessa maneira, a sugestão se torna imposição, uma vez que a concepção dos espaços está de acordo com aquilo que o arquiteto entende por "morar de forma moderna". Aos moradores restará a opção de tentarem se adequar aos espaços que lhes são impostos.

As características do projeto de Niemeyer, apesar da coletivização proposta, estão aparentadas, de maneira exemplar, com as aspirações burguesas reunidas na ideologia desenvolvimentista. Na realidade, o **CJK** tem a forma material do desenvolvimentismo e, tanto quanto Brasília, ele pode ser visto como símbolo e síntese dessa época. A ordenação do espaço, a utilização técnica

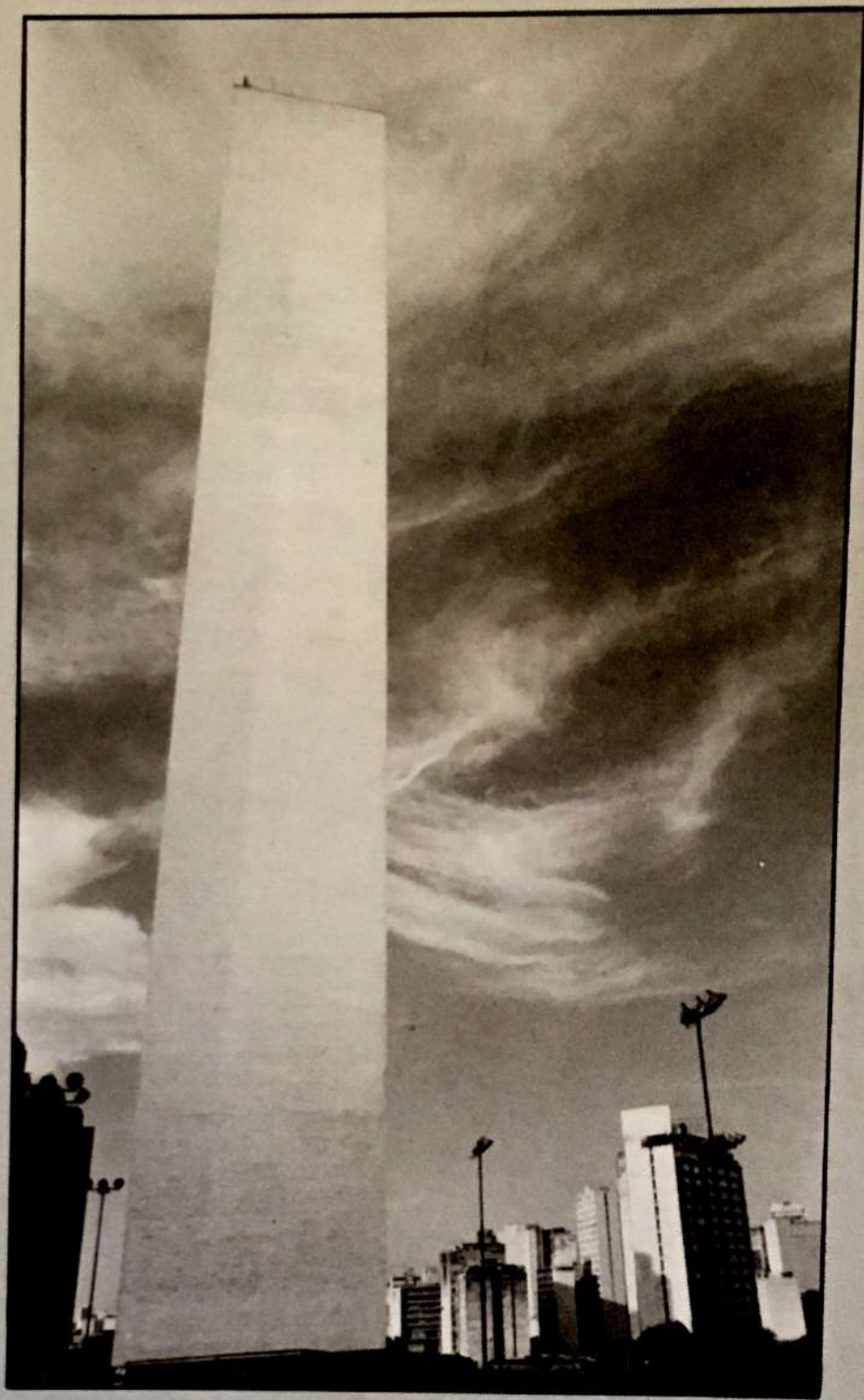
33 - Confira: LE CORBUSIER, 1984.

de materiais como o concreto e o vidro, e seu aspecto monumental, fazem-nos, de fato, lembrar um momento em que, neste país, se projetava o futuro. Mas que futuro? Aquele, inscrito na ordem capitalista, que prevê o progresso como condição necessária para o exercício pleno da hegemonia burguesa.

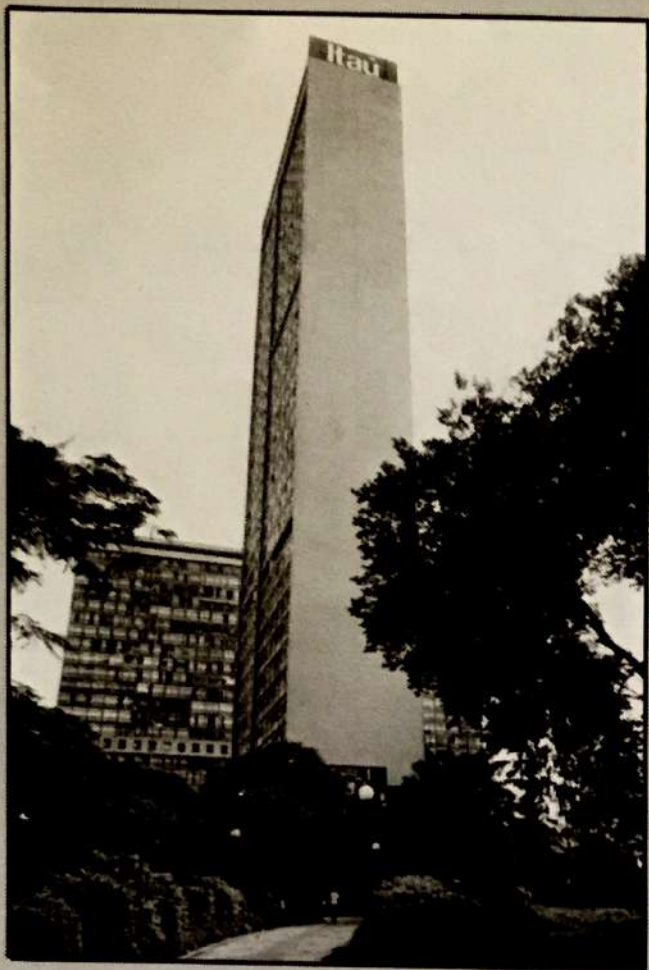
A utopia socialista de Niemeyer terá, todavia, uma história que é a sua própria negação. A imagem de "fracasso", que usamos no início do capítulo, adquire contorno mais preciso se pensarmos que, enquanto símbolo de uma época, o **CJK** sugere vergonha ou desprezo à grande parte dos moradores da cidade que alguma vez olharam para ele. Porque há também os que nunca o viram. E ainda os que, olhando, não entendem o que ele significa. É na tentativa de perceber todos esses olhares - mesmo aqueles que nada vêem - que daremos prosseguimento a nossa análise.



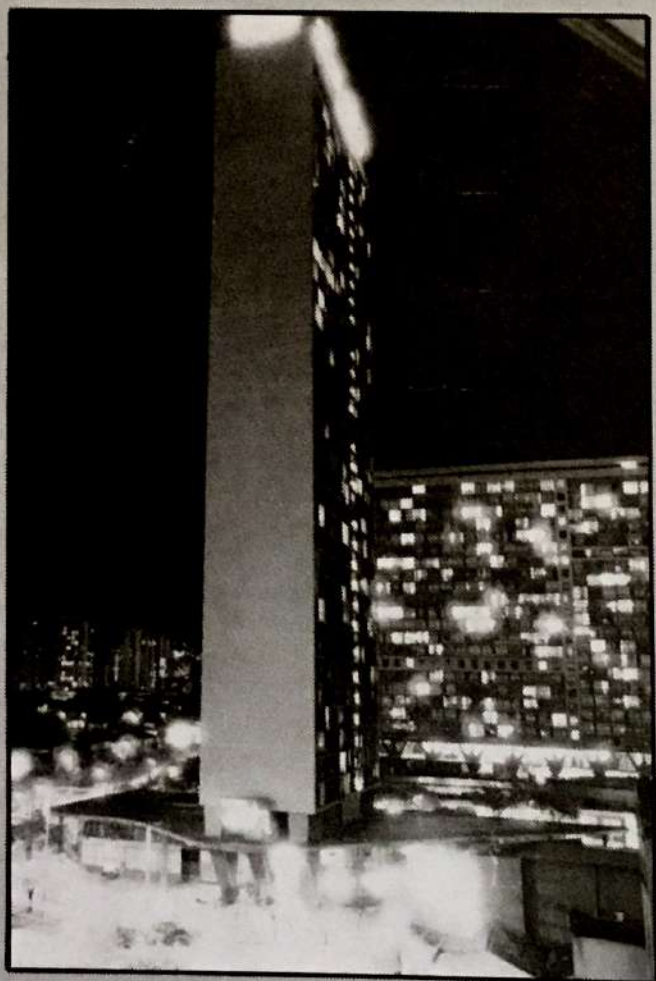
"CJK": torre de elevadores e escadas do bloco A (veja nas fotos 15 e 16 detalhes do interior da torre).



"CJK": lateral do bloco B
projetando-se contra o céu.



O "CJK" visto da Praça Raul Soares

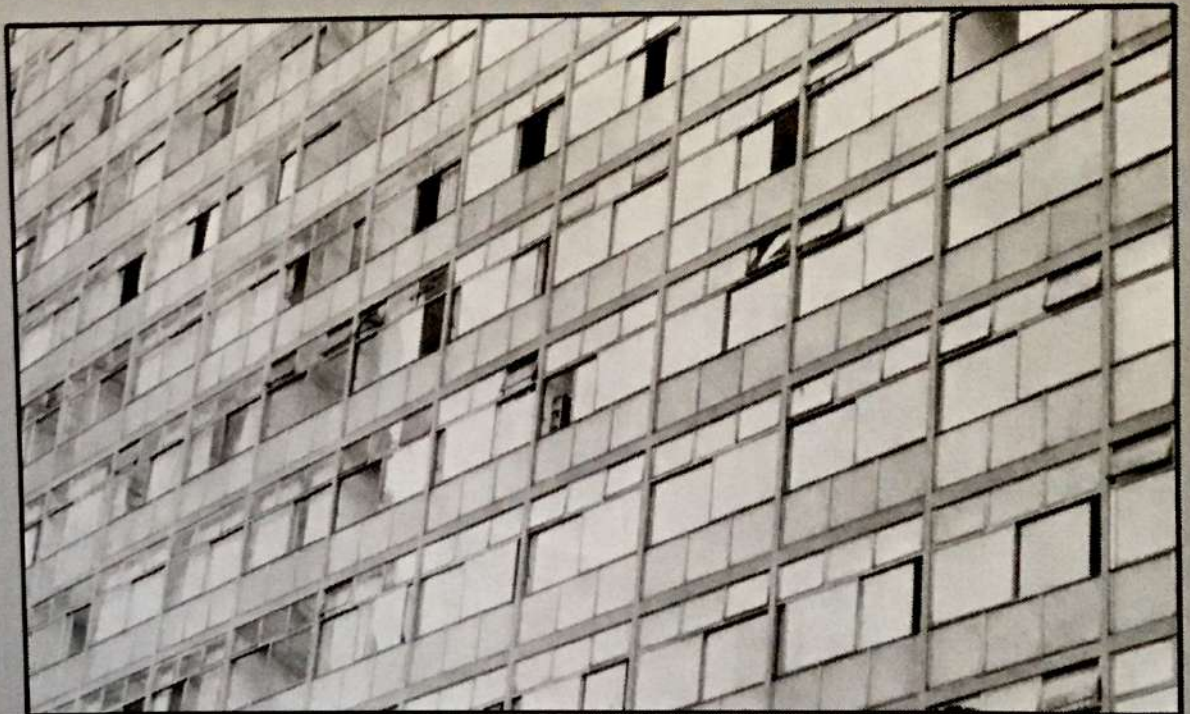


Vista noturna do "CJK": na frente mais alto, o bloco B.



"CJK": Vista lateral
do bloco A.

"CJK": janelas
do bloco A.



Diario de Minas

PROPRIEDADE DE ARTES GRAFICAS DE MINAS. S. A.

Belo Horizonte — Quarta-Feira, 21 de Novembro de 1951

20
114

plano A radio de Peiping deixa entreve- nistas aceitarão o plano aliado

que
culmi-
Junho



O MAIOR CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA AMÉRICA LATINA — A topografia define sua aparência geral do grande conjunto arquitetônico que deverá ser construído na Praça Raul Soares de acordo com o plano de governo mineiro. Trata-se de uma construção já iniciada e objeto em toda a América Latina, pela sua grandiosidade e beleza, deverá marcar com traços mais modernos a fisionomia de nossa Capital.

O monumental conjunto que terá 30 andares, deverá ficar segundo o plano da firma proponente, em obra de 30 milhões de cruzeiros, irá comportar a maior e mais luxuosa Estação Rodoviária do Continente, quatro salões para instalação de Museu do Estado, um dos maiores hotéis do mundo, estação de rádio, etc. O Estado, que entrará com cerca de 12 milhões de cruzeiros, receberá em troca a completa instalação para o Museu, além de um prédio de 18 andares, no qual serão instaladas salas de exposições públicas, ora separadas pela cidade. Apenas a um custo de 100 milhões de cruzeiros, que é o total das despesas com o pagamento de aluguel para os departamentos públicos do conjunto, com a área de dois blocos. O bloco maior será in-

stallado no quarteirão entre a Avenida Gregório Maciel e rua Guajajara, Rio Grande do Sul e Timbiras, com os fundos para a rua Timbiras. Terá 30 andares, abrigando um luxuoso hotel com 300 apartamentos e ainda mais 600 apartamentos para residências permanentes e ainda poderão utilizar os edifícios permanentes cujas moradoras poderão utilizar os edifícios de hotel. O bloco menor se localizará no triângulo entre a Av. Gregório Maciel, rua Guajajara e a Av. Amazonas com a Av. Frago Raul Soares. Terá 18 andares e receberá pontal para a Praça Raul Soares. Fazendo a união dos dois blocos, será construída uma vasta galeria aérea, passando por sobre a rua Guajajara. Essa rua, no seu nível atual, será a entrada do grande Estação Rodoviária. Na Estação Rodoviária, que poderá dar entrada a paradas simultâneas a dezesseis linhas de grande porte, haverá também uma verdadeira cidade comercial subterrânea, com lojas de todos os tipos, inclusive um centro de negócios, de tipo e caráter moderno americano, para servir a toda a cidade. Essas são as características principais da monumental construção, que irá determinar nova fisionomia para Belo Horizonte, e que se vê em arranjo especial na foto-montagem acima.

Jornal da época (21.nov.1951) destaca em primeira página o lançamento do "CJK".

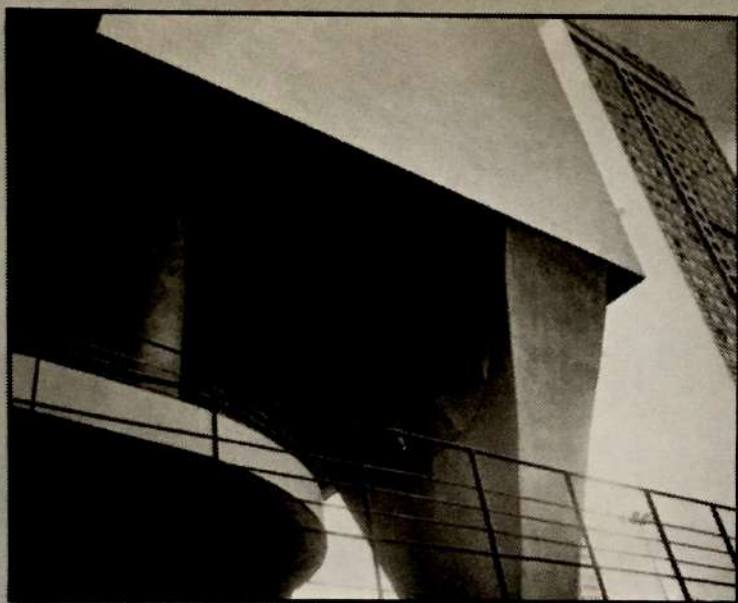


Cartão Postal de 1950: vista da Praça Raul Soares antes da construção do "CJK". Observe-se, depois da Praça, à esquerda do eixo principal da foto (Av. Amazonas), uma fileira de árvores marcando o terreno onde se ergueria o "CJK".

Foto de 1960: Praça Raul Soares, com destaque para o bloco A do "CJK" na parte inferior, à direita, e primeiros andares do bloco B em construção. Nessa foto é possível perceber o vazio de prédios nas quadras que separam a Praça do centro tradicional da cidade.



Foto do início da década de 60 mostra a total ausência de edificações verticais no entorno do "CJK".

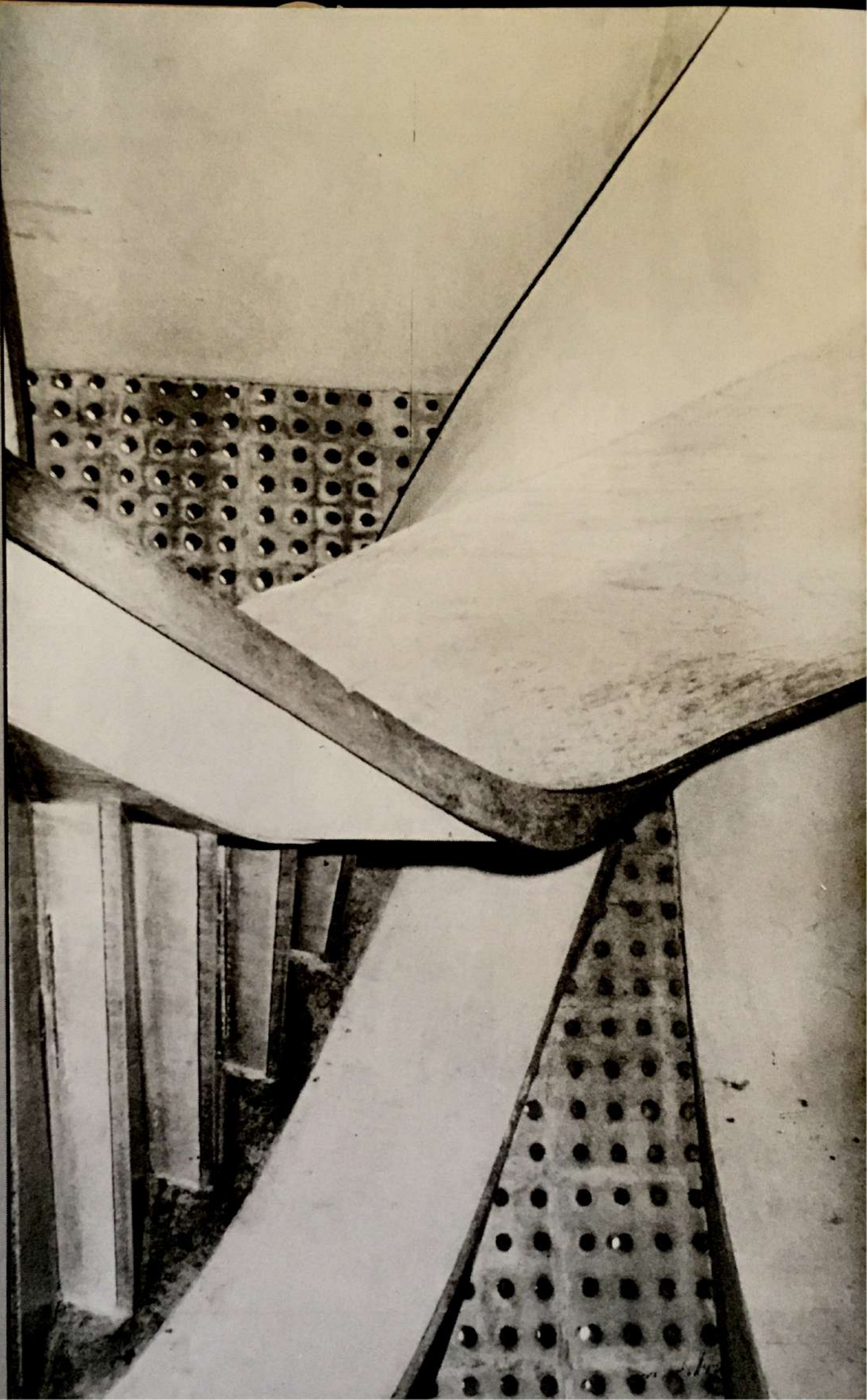


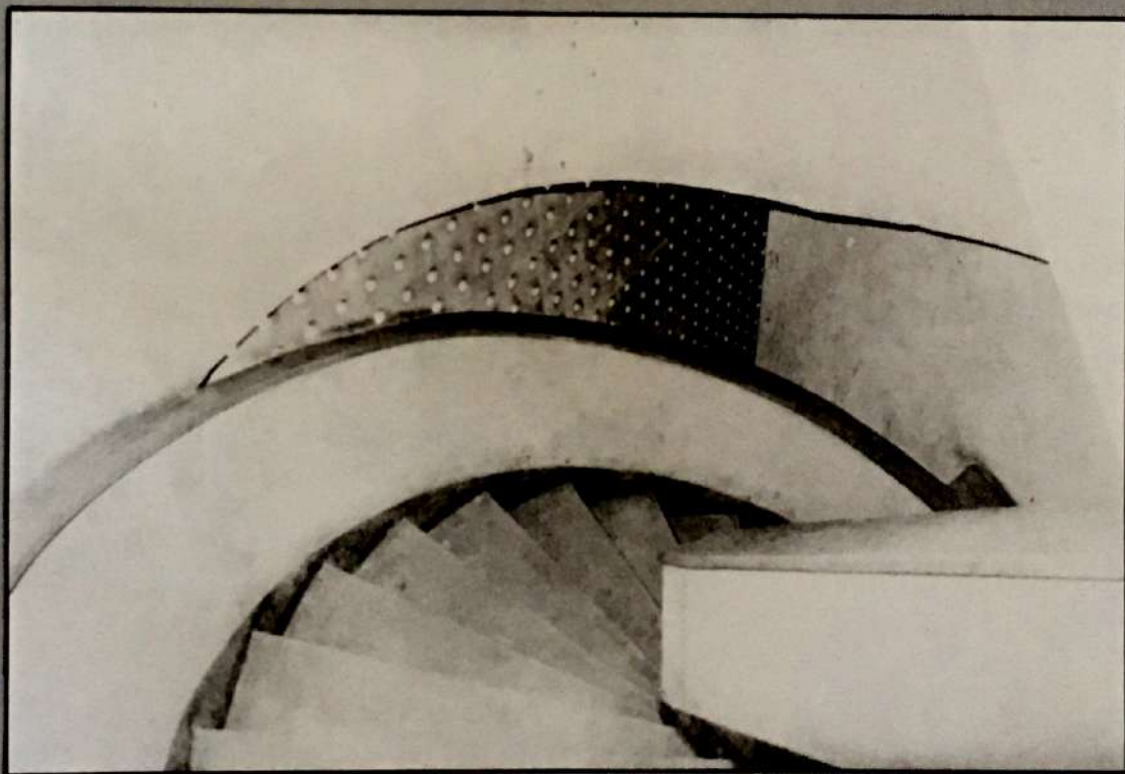
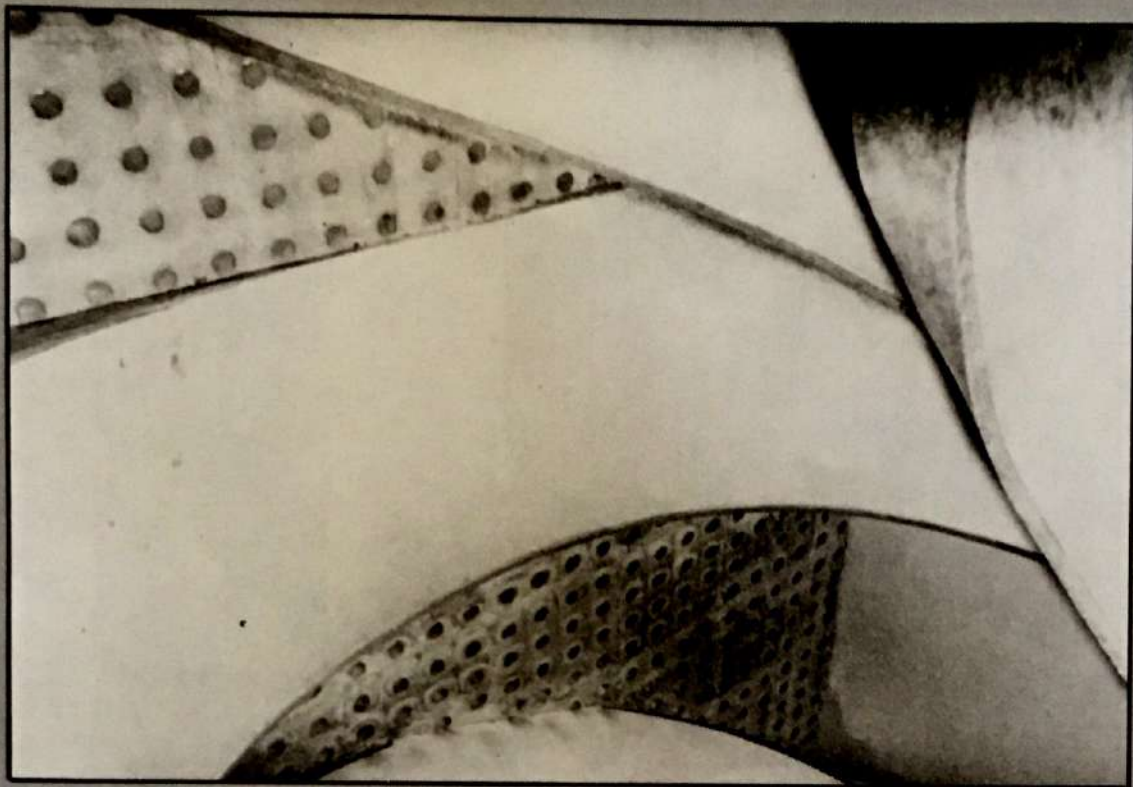
"CJK": detalhes arquitetônicos



externos, com destaque para as colunas de sustentação do bloco A.

"CJK": detalhe do interior da torre do bloco A revela a sinuosidade da escada.





"CJK": interior da torre do bloco A.
Observe-se os furos de
ventilação na parede ao fundo
das escadas. Compare com a
foto 1, onde se vê a face
externa da mesma parede,
em toda a sua extensão.



"CJK": hall de elevadores do Bloco B, em andar-padrão.



"CJK": hall de elevadores do bloco A. Destaque para morador, personagem peculiar da enorme galeria de tipos humanos que habitam o conjunto.



"CJK": cena do interior de um apartamento. O amontoado de objetos dá idéia da exiguidade de espaço.



"CJK": de um vidro quebrado no
hall do bloco A vislumbra-se a cidade.

3 - PERCALÇOS DE UM PROJETO: A OBRA

EM CONSTRUÇÃO

Uma Torre Eiffel nos trópicos

Em fevereiro de 1952, o jornal "Tribuna de Minas" publicava a íntegra do discurso proferido pelo governador de Minas Gerais, Sr. Juscelino Kubitschek, por ocasião do 1º aniversário da sua administração. Ao destacar a atuação do seu governo na capital de Minas, Kubitschek mencionava várias obras que iriam embelezar a cidade, entre elas, "a construção de monumental realização arquitetônica" que, localizada na Praça Raul Soares, "irá destacar Belo Horizonte na admiração de todos os brasileiros"¹. A construção pretendia abrigar, além de 1400 apartamentos, um hotel de luxo, um museu histórico, a futura Biblioteca do Estado, um centro de diversões, uma estação rodoviária de vastas proporções e instalações para as repartições estaduais disseminadas pela cidade.

1 - Tribuna de Minas - 01/02/52 - p. 7.

As informações sobre o projeto original do CJK são múltiplas e variadas. O próprio arquiteto pouco acrescenta às informações desconstruídas obtidas nos jornais e na documentação oficial, talvez por sua resistência ou mesmo recusa em falar do assunto.

O governador, em seu discurso, faz especificações que não coincidem com a Mensagem que ele envia à Assembléia Legislativa, ou mesmo com as fotos publicitárias publicadas em vários jornais da cidade no dia 21 de novembro de 1951, antes mesmo de o projeto ser discutido naquela casa.

De qualquer maneira, o que acabou sendo construído é bastante distinto do que foi planejado inicialmente, quando se pensou na construção de dois edifícios, um com 30 andares, na parte de cima do terreno, e outro com 10 pavimentos, na sua parte inferior. O menor serviria à instalação "das repartições públicas estaduais, entidades parastatais, autárquicas, associações de classe, sindicatos, sociedades de economia mista, escritórios, etc.", enquanto o maior teria 1.150 unidades e um "grande e luxuoso hotel".

Foi-nos impossível determinar o momento da modificação desse plano inicial, ou mesmo as suas motivações. Sabemos apenas que a construção dos dois edifícios seguiu outras determinações: na parte superior do terreno erigiu-se um prédio com 26 andares, cujos 3 primeiros deveriam servir à instalação do hotel, enquanto na parte de baixo foi construído um prédio de 36 andares, sendo inicialmente, reservados ao Estado de Minas Gerais os 7 primeiros andares.

"O conjunto - concluía o governador - caracterizará a silhueta da cidade e já se prediz que constituirá ele, nos impressos e na tradição oral, a "marca registrada" de Belo Horizonte, ou seja, o que é a Torre Eiffel para Paris, ou Rockefeller Center para Nova York".

O discurso de Kubitschek impressiona pela positividade, não pela novidade. O homem público, empenhado na construção da memória do seu tempo, trata de criar o marco físico que irá alimentar essa memória. O que está em jogo num primeiro momento, antes mesmo que se pense ou se discuta a necessidade social de uma obra como a apresentada, é a criação de um símbolo. É certo que se pretende dotar a cidade de uma obra magnífica mas, mais do que isso, o importante é marcar a administração de um político vaidoso que conhece a força dos símbolos na perpetuação da memória coletiva.

A intenção de Kubitschek, além de impor a lembrança de sua administração tinha, certamente, como objetivo, preparar sua escalada para o governo federal.

Essa atitude de gravar na memória coletiva sua passagem pelo poder executivo parece ter feito escola no Brasil. Governos recentes como o de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro, e o de Orestes Quéricia, em São Paulo, ao possibilitarem obras como o Sambódromo e o Memorial da América Latina, ambos projetos de Niemeyer, parecem ter seguido a mesma sugestão.

Desde novembro de 1951, quando o governador enviou mensagem à Assembléia Legislativa de Minas Gerais, propondo a

construção do **CJK** em terrenos do Estado², esta idéia tomou conta dos jornais e das conversas daqueles que acompanhavam os fatos políticos e o desenvolvimento da cidade. Políticos, arquitetos e a opinião pública em geral passaram a debater o assunto com a importância que ele merecia. Afinal, Kubitschek não pretendia construir a Torre Eiffel de Belo Horizonte?

O Governador, tratado pela imprensa como o administrador que tinha projetado mundialmente a capital de Minas com a construção da Pampulha³, voltava a atuar modificando a "fisionomia provinciana" da cidade.

A qualificação de "provinciana" persegue Belo Horizonte desde o início da sua história. Isso ocorre até hoje, conquanto já seja a terceira maior cidade do país. Talvez se possa atribuir tal fato à força da idéia de mineiridade, à qual fizemos menção no primeiro capítulo, decisiva para cristalizar uma imagem que sempre causou orgulho aos moradores de Belo Horizonte: a de que a sua cidade, apesar do progresso, conservava hábitos e costumes provincianos. Orgulho para uns, motivo de crítica para outros, como se vê nesses versos:

2 - A Mensagem do Governador, publicada em 17 de novembro de 1951 no Diário Oficial do Estado - "MINAS GERAIS" - estava acompanhada de projeto de lei, memorial descritivo do empreendimento, laudo de avaliação dos terrenos, demonstração de despesas do Estado com aluguel de prédios, plantas, fotos, a maquete do conjunto urbanístico a ser construído e o catálogo do Hotel Quitandinha. A proposta diz respeito à construção de dois modernos e monumentais edifícios destinados: "a) um deles, com 30 pavimentos aproximadamente e 1.150 unidades - à instalação de um grande e luxuoso hotel, dotado de todos os aperfeiçoamentos recomendados pela moderna técnica hoteleira e de unidades residenciais, todas autônomas, em forma de apartamento, entrosadas e assistidas por uma completa organização de serviços especializados, tais como: alimentação, criadagem, abastecimento, etc.; b) o outro edifício, com 10 pavimentos, à instalação das repartições públicas estaduais, entidades parastatais, autárquicas, associações de classe, sindicatos, sociedades de economia mista, escritórios, etc." O projeto previa ainda a ligação dos dois edifícios por uma ampla galeria, que pudesse abrigar o futuro Museu do Estado, e a construção de "uma ampla e moderna estação rodoviária".

3 - O conjunto arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer em 1941, é o marco mais importante da arquitetura moderna em Belo Horizonte e até mesmo no Brasil. Constituído por um lago artificial de grandes proporções, circundado por uma avenida de 18 km e pelas construções de um cassino, um clube e uma casa de diversões, o projeto foi encomendado ao arquiteto pelo então prefeito de Belo Horizonte, Sr. Juscelino Kubitschek. Sobre a Pampulha ver: ARANTES, 1983, 69-90.

contemporâneos ou anteriores, optam por permanecer em Minas. É o caso de Murilo Rubião, Emílio Moura e Cyro dos Anjos, por exemplo.

Provinciana ou moderna, a cidade teria no **CJK** um novo fulcro para essa polêmica. Assim como a Paris de 1887, entre críticas e aplausos, via surgir do chão "a torre mais alta do mundo", "prova esmagadora dos progressos realizados neste século pela arte dos engenheiros", nas palavras de seu criador Gustave Eiffel, Belo Horizonte iria exhibir agora o seu marco similar de modernidade na construção da "arrojada obra arquitetônica", do "monumental bloco arquitetônico" ou da "jóia arquitetônica". Dessa forma os jornais qualificaram o conjunto nos primeiros anos.

Para a realização de tamanho empreendimento confluíram vários fatores favoráveis. O Estado era proprietário de um grande terreno (16.148,02 m²) na Praça "Raul Soares", uma região que, dado o crescimento da cidade em sua direção, assistia a uma valorização crescente.

Se tomarmos o plano original da cidade de Belo Horizonte, elaborado pelo Engenheiro Aarão Reis em 1893, veremos que o local onde mais tarde se erigiu a Praça "Raul Soares" constituía, inicialmente, o seu centro geográfico, tendo em vista os limites da Av. do Contorno⁷. A Praça "Raul Soares" seria, pois, o coração da cidade. Mas só foi construída em 1936, para sediar o II Congresso Eucarístico Nacional. Antes disso, sua área era um enorme descampado, razoavelmente distante da região conhecida como o centro

7 - Este plano previa a divisão da cidade em 3 zonas distintas: a zona central, a zona suburbana e a zona rural. A zona central era uma zona circular, cujo eixo correspondia exatamente ao local onde, mais tarde, se ergueu a Praça Raul Soares. Esta área deveria estar separada da zona suburbana por uma avenida, que recebeu o nome de Contorno. Para uma melhor compreensão do plano original ver: LEMOS, 1988.

tradicional da cidade. Com a construção da Praça, no entanto, as edificações começaram a se aproximar, facilitadas pela abertura de quatro grandes avenidas que cruzam exatamente nela. Sua área circular foi ocupada no centro por belos jardins, envoltos por calçada portuguesa, bancos para descanso, e uma fonte luminosa.

Nos anos 40, muitas famílias abastadas construíram ali as suas casas. Com a inauguração da Praça, a região se tomara um lugar valorizado e a cidade se expandia na sua direção, ultrapassando-a. Os bairros de Lourdes e Santo Agostinho, que fazem limite com o centro, começaram a se desenvolver a partir da construção da "Raul Soares". No início da década de 50, a Praça possuía, além de boas casas, um templo da Igreja Batista (cujas construção, conforme relata um antigo morador, revoltou as famílias residentes no local, todas tradicionalmente católicas)⁸, um cinema, inaugurado em 1952 como "a mais nova e magnífica casa de diversões da cidade"⁹, e ainda dois edifícios de apartamentos de dez e doze andares.

No início da década de 50, quando Belo Horizonte começava o seu processo de verticalização, um terreno de mais de dezesseis mil metros quadrados, numa área como essa da cidade, constituía um bem patrimonial significativo, que deveria ser alvo de um projeto igualmente significativo.

Certamente terá sido este o raciocínio do governador, ao se decidir pela participação do Estado na construção do CJK. A posse de terreno com aquela dimensão, e sua excelente localização na zona central da cidade, foi decisiva para que o Estado, na pessoa do governador Kubitschek, se dispusesse à construção de uma obra arrojada, capaz de gravar na memória dos cidadãos a figura do homem público que a tomara possível.

8 - A construção do templo da Igreja Batista irritara a tal ponto os moradores da Praça que eles, várias vezes, a apedrejaram, quebrando-lhe os vidros. (Depoimento de antigo morador - 16-11-88).

9 - "Na Praça Raul Soares surgirá, dentro de alguns dias, o maior e mais luxuoso cinema da cidade". *Tribuna de Minas*, 03 dez. 1952.

O segundo fator que teria contribuído para a realização do empreendimento foi a disposição do empresário Joaquim Rolla de promover uma grande incorporação imobiliária em Belo Horizonte. Esse empresário, bastante conhecido naquela época, havia feito fama e fortuna no Brasil dos anos 40, principalmente pela sua atividade ligada ao jogo. Proprietário da firma "Bello Horizonte Diversões S/A", que, em 1942, arrendara o recém-inaugurado Cassino da Pampulha, Joaquim Rolla explorava ainda os cassinos da Urca, no Rio de Janeiro, do Hotel Quitandinha, de sua propriedade, em Petrópolis, do Grande Hotel de Poços de Caldas e do Grande Hotel de Araxá¹⁰, os últimos em Minas Gerais. Enquanto os cassinos foram legais no país, essa tinha sido a principal atividade do empresário J. Rolla, que, inclusive, lhe rendera muito dinheiro, como afirma Paulo Pinheiro Chagas em suas memórias¹¹. Em 1946, por determinação do então presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, os cassinos foram fechados e proibidos de funcionar. Rolla, desta forma, decidiu se dedicar a outro ramo de atividades e optou pelo comércio de imóveis¹².

Mas o nome do empresário continuou vinculado ao jogo, mesmo depois da sua proibição. Havia ainda, com relação à sua pessoa, uma crítica generalizada pelo fato de que tal vinculação nem sempre esteve conforme às exigências da lei, que previa a abertura de concorrência pública para a escolha do administrador dos cassinos pertencentes ao Estado, tanto no âmbito municipal como no estadual. A administração do Cassino da Pampulha, construído pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, por exemplo, foi entregue ao empresário Joaquim Rolla, mediante a alegação de sua

10 - E por falar em cassino... *Jornal de Casa*. Belo Horizonte, 10 maio, 1987.

11 - CHAGAS, 1982.

12 - Ata da Assembléia Geral Extraordinária de 4-5-46 registrada na Junta Comercial de Minas Gerais.

ampla experiência no ramo. Já para o Cassino do Grande Hotel de Araxá, de propriedade do Estado de Minas Gerais, a concorrência pública foi instalada, tendo sido Rolla o vencedor. Sobre essa concorrência, todavia, a imprensa oposicionista do "Binômio" denuncia, sem no entanto apresentar provas, a proteção dada pelo governador a Joaquim Rolla¹³.

Esse empresário, que se propunha em 1951 a construir o grandioso conjunto arquitetônico na Praça Raul Soares, tinha grande experiência em negócios lucrativos, mas não no ramo de imóveis. Como, no entanto, a sua atividade prioritária - os cassinos - tinha se tornado ilegal, ele optou por investir nesse outro ramo, bastante promissor numa época em que a urbanização expandia-se em larga escala no país. O crescimento dos grandes centros urbanos, entre eles Belo Horizonte, demandava investimentos na construção civil para possibilitar o desenvolvimento do mercado de imóveis. Mas Joaquim Rolla, que nunca fora construtor, optou por atuar no ramo através da incorporação, uma forma menos arriscada, sem dúvida, de se iniciar uma nova atividade, principalmente quando se conta com a colaboração do Estado.

A esse respeito, é interessante observar a trajetória da indústria da construção civil e sua expansão no Brasil dos últimos 40 anos. Impulsionada inicialmente pelas necessidades do projeto desenvolvimentista dos anos 50, a construção civil se fortaleceu a ponto de constituir hoje um dos ramos mais pujantes da economia brasileira. Essa atividade industrial fez surgir um forte empresariado do setor que soube dar o seu apoio ao projeto nacional-desenvolvimentista. A partir daí, vem se beneficiando amplamente das decisões do Estado.

13 - "Juscelino precisa de Rolla." *Binômio*. Belo Horizonte, 23 nov. 1952, p. 1 e 3.

"Juscelino foi a Araxá e levou Rolla." *Binômio*. Belo Horizonte, 20 jul. 1952, p. 1 e 3.

O caso de Minas Gerais e das construtoras com sede neste Estado é exemplar. A gestão Juscelino Kubitschek no governo de Minas (1951-53) fez uma opção por resolver os pontos de estrangulamento à expansão da economia estadual, detectados como os setores de economia e transporte. O governo JK fez então uma escolha de natureza política, propondo a concentração de esforços nestes setores básicos. O "Binômio Energia e Transporte" tornou-se o slogan do governo, e contou com amplo apoio do empresariado mineiro. O Estado, que ainda na era Vargas havia iniciado um processo de transferir recursos públicos para as empresas privadas através de mecanismos como o subsídio do câmbio, buscando fomentar a indústria, funcionou como verdadeira alavanca nos moldes da acumulação capitalista. Com isso, as empresas construtoras mineiras, já impulsionadas pelo plano rodoviário do governo JK em Minas Gerais, se superequiparam e se prepararam para dar a sua contribuição ao Programa de Metas da segunda metade da década de 1950.¹⁴

Ao final da década, várias dessas empresas irão participar da grande empreitada do projeto desenvolvimentista que foi a construção de Brasília. Duas delas, a Construtora de Estradas, de Ajax Rabelo, e a Construtora Rabelo, de Marcos Paulo Rabelo, que tiveram participação decisiva no programa rodoviário para Minas do governo JK, integraram o consórcio de empresas que iniciou a incorporação do **CJK** em 1953.

Longe de uma simples coincidência, tal fato nos parece profundamente revelador do estilo populista de fazer política. Quando se tratava de negócio de vulto, faziam-se as acomodações e acordos necessários, de modo que os amigos pudessem ser beneficiados. A esse respeito, conta-nos Paulo Pinheiro Chagas, antigo político mineiro e ex-Ministro da Saúde do governo presidencialista de João Goulart, um caso exemplar.

14 - Confira: DINIZ, 1981.

Eleito governador de Minas, Juscelino providenciou de imediato a instalação de concorrência pública para a realização de seu plano de construção de estradas. O edital de concorrência, entre outras coisas, exigia um certo equipamento rodoviário e uma garantia bancária de financiamento. Nesse momento entra em cena Paulo Pinheiro Chagas, por vontade do governador, para intermediar os interesses entre Ajax Rabelo - amigo de Juscelino e interessado na concorrência, apesar de sua firma não apresentar os requisitos necessários - e Cincinato Braga, diretor da Companhia Construtora Brasileira de Estradas, uma das maiores empresas no gênero. Firmado um consórcio entre as empresas por sugestão de Pinheiro Chagas, Ajax Rabelo se tornava apto a participar da concorrência. Faltava, porém, a garantia bancária. Nesse momento, Paulo Pinheiro Chagas é procurado por Francisco Rodrigues de Oliveira, diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. A pedido de Juscelino, que não admitia a participação dos bancos oficiais do Estado no assunto, o ex-Ministro é novamente solicitado a dar a sua contribuição, conseguindo a garantia necessária com o Deputado Oswaldo Costa, seu conterrâneo e presidente do Banco do Comércio. Desta forma, Ajax Rabelo pôde participar da concorrência, vencê-la e enriquecer, como afirma o autor¹⁵.

A posse dos terrenos da Praça "Raul Soares" pelo Estado e o interesse de Joaquim Rolla pelo empreendimento foram fundamentais para a realização do **CJK**.

O terceiro e último fator favorável foi, sem dúvida, a presença do arquiteto Oscar Niemeyer, como autor do projeto, e sua amizade com Juscelino Kubitschek, além da crescente respeitabilidade como arquiteto.

A presença de Niemeyer na arquitetura de Belo Horizonte data da construção da Pampulha, em 1940/41. Desde então, e

15 - Tais fatos estão narrados em: CHAGAS, 1982, p. 473.

graças à repercussão dessa obra, ele foi convocado diversas vezes por Kubitschek a projetar tanto para a capital quanto para outras cidades de Minas. Mas foi durante a administração JK no governo de Minas que Niemeyer mais projetou no Estado. São dessa época o projeto para o Colégio Estadual "Milton Campos", a Biblioteca Pública Estadual, o Edifício Niemeyer - um edifício residencial situado na Praça da Liberdade - todos em Belo Horizonte. São ainda da década de 50 o projeto de Niemeyer para o Hotel Tijuco de Diamantina, cidade natal do governador, construído pelo Estado e inaugurado sem ter a construção sido acabada¹⁶, e um moderno grupo escolar inaugurado na mesma cidade em 1954.¹⁷ Também o Grande Hotel de Ouro Preto foi projetado por Niemeyer e construído pelo Estado na gestão de Kubitschek. Há ainda um esboço para a "Casa do Estudante", prometida pelo governador aos estudantes de Belo Horizonte, mas que ficou apenas no papel¹⁸.

Muito da obra de Niemeyer que acabamos de citar é reconhecido como excelente. Construções arrojadas, de traços leves, ângulos sinuosos, distintas de tudo o que havia antes nos lugares onde elas se erigiram (principalmente o caso dos hotéis de Ouro Preto e Diamantina, cidades coloniais, que praticamente não conheciam a arquitetura moderna). Mas o **CJK**, que data da mesma época, nunca chegou a ter a mesma repercussão que as suas demais obras.

16 - "Linda obra que não resistiu a um ano de funcionamento". *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 fev. 1957, p. 1.

17 - "Importantes melhoramentos inaugurados pelo Governador do Estado em Diamantina". *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte, 22 jun. 1954, p. 2.

18 - "Ficará pronta em 53 a Casa do Estudante". *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte, 18 jan. 52, p. 4.

graças à repercussão dessa obra, ele foi convocado diversas vezes por Kubitschek a projetar tanto para a capital quanto para outras cidades de Minas. Mas foi durante a administração JK no governo de Minas que Niemeyer mais projetou no Estado. São dessa época o projeto para o Colégio Estadual "Milton Campos", a Biblioteca Pública Estadual, o Edifício Niemeyer - um edifício residencial situado na Praça da Liberdade - todos em Belo Horizonte. São ainda da década de 50 o projeto de Niemeyer para o Hotel Tijuco de Diamantina, cidade natal do governador, construído pelo Estado e inaugurado sem ter a construção sido acabada¹⁶, e um moderno grupo escolar inaugurado na mesma cidade em 1954.¹⁷ Também o Grande Hotel de Ouro Preto foi projetado por Niemeyer e construído pelo Estado na gestão de Kubitschek. Há ainda um esboço para a "Casa do Estudante", prometida pelo governador aos estudantes de Belo Horizonte, mas que ficou apenas no papel¹⁸.

Muito da obra de Niemeyer que acabamos de citar é reconhecido como excelente. Construções arrojadas, de traços leves, ângulos sinuosos, distintas de tudo o que havia antes nos lugares onde elas se erigiram (principalmente o caso dos hotéis de Ouro Preto e Diamantina, cidades coloniais, que praticamente não conheciam a arquitetura moderna). Mas o CJK, que data da mesma época, nunca chegou a ter a mesma repercussão que as suas demais obras.

16 - "Linda obra que não resistiu a um ano de funcionamento". *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 fev. 1957, p. 1.

17 - "Importantes melhoramentos inaugurados pelo Governador do Estado em Diamantina". *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte, 22 jun. 1954, p. 2.

18 - "Ficará pronta em 53 a Casa do Estudante". *Tribuna de Minas*. Belo Horizonte, 18 jan. 52, p. 4.

Enfrentando as críticas: o projeto em pauta

A proposta do **CJK** era algo inusitado em Belo Horizonte. Não havia, na cidade, nenhuma construção semelhante, tanto em relação às suas dimensões quanto à amplitude das atividades que ele pretendia reunir. Quando as pessoas ouviram falar no **CJK** pela primeira vez, a capital de Minas apenas iniciara o seu processo de verticalização. Os prédios de apartamentos eram poucos e possuíam no máximo 14 ou 15 andares. O maior edifício da cidade era o "Acaiaca", na Av. Afonso Pena, com 29 andares, mas nele não havia moradias: era exclusivamente comercial. Os "arranha-céus" eram um fato muito novo. A maioria das pessoas morava em casas com jardins e quintais.

O belo-horizontino vivia então numa cidade de avenidas amplas e arborizadas, onde as pessoas andavam preferencialmente de bonde, senão a pé. Tudo era ainda muito perto. O trajeto de casa ao trabalho e deste aos pontos de lazer, passando pela região do comércio, podia tranquilamente prescindir de qualquer veículo automotor. Na verdade, até esse momento os serviços urbanos estavam concentrados no centro da cidade, beneficiando principalmente os que moravam próximo a essa região, vale dizer, a classe média e alta.

A idéia agradou inicialmente a vários setores da população, que viam com otimismo uma iniciativa como a do **CJK**. A construção civil e o comércio seriam os primeiros beneficiados e, a partir deles, toda a população da capital. A propaganda do **CJK** enfatizava um ou outro aspecto da obra, dependendo do público a ser atingido. Em princípio, do ponto de vista do Estado, a sua participação na obra pretendia ser a solução para um problema cada vez mais sério: o gasto público com aluguéis para a instalação dos serviços e repartições públicas. O Governador ressaltou, desde o

início, essa questão para justificar o envolvimento do Estado no empreendimento. Reclamava da cifra de Cr\$ 2.100.000,00¹⁹ que o Estado vinha gastando com esses aluguéis, os quais oneravam os cofres públicos e prejudicavam o desempenho de suas funções, já que estavam sempre sujeitos a prazos e regulamentos ditados por particulares.

Com a construção do conjunto habitacional, argumentava o Governador, o Estado poderia resolver esse problema, já que receberia área construída no valor do terreno que ele iria ceder para o empreendimento. Inicialmente, o Estado subscreveu 7 andares do Bloco B para esta destinação²⁰, mas em janeiro de 1955 houve uma alteração nos planos do Estado, que decidiu subscrever o 2º pavimento ou 1º andar do mesmo Bloco, desistindo da opção anterior.

Grande ênfase foi dada a essa questão no texto da Mensagem que o governador enviou à Assembléia. Estudos técnicos, encomendados pelo Executivo, indicavam que o Estado ocupava cerca de 8.750 m² de área construída em pontos dispersos da capital e gastava quantia exagerada com os aluguéis. Dessa maneira, o governo, que tinha ciência das dificuldades financeiras do Estado para resolver este problema, viu na proposta de incorporação

Embora seja difícil lidar com cifras e valores em intervalo de tempo tão longo (o dado sobre os aluguéis é de 1951), é possível estabelecer algumas comparações. Com o montante pago mensalmente pelo Estado naquela época, a título de aluguéis, era possível adquirir 4 casas nas imediações do Minas Tênis Clube, já então, como agora, uma região nobre e valorizada do ponto de vista imobiliário. A preços de meados de 1989, é como se o Estado gastasse 800.000 dólares por mês com aluguéis, uma cifra sem dúvida considerável.

Por outro lado, se comparamos o valor em cruzeiros da época com, por exemplo, a despesa total do Estado no ano de 1951, obteremos o percentual de apenas 0,11%, o que tecnicamente é bastante razoável para a rubrica de aluguéis. Como se vê, tudo depende das formas como tratamos os dados. De qualquer modo, a nosso juízo, a cifra em questão (Cr\$ 2.100.000,00) não parece justificar por si mesma o envolvimento do Estado na construção do CJK, embora não fosse também um valor desprezível, visto que a oposição jamais se utilizou disso como contra-argumento.

20 - A lei 843, de 26 de dezembro de 1951, autoriza o Estado a participar do Condomínio e a adquirir nele as partes necessárias à instalação de seus serviços, podendo para isto despendar a importância correspondente ao valor do terreno, ou seja, 12 milhões. Mas, caso o Estado viesse a necessitar de partes excedentes às que correspondessem ao valor do terreno, a lei autorizava o governo a adquiri-las, pagando preço não superior ao preço base, podendo despendar a importância de até 12 milhões.

início, essa questão para justificar o envolvimento do Estado no empreendimento. Reclamava da cifra de Cr\$ 2.100.000,00¹⁹ que o Estado vinha gastando com esses aluguéis, os quais oneravam os cofres públicos e prejudicavam o desempenho de suas funções, já que estavam sempre sujeitos a prazos e regulamentos ditados por particulares.

Com a construção do conjunto habitacional, argumentava o Governador, o Estado poderia resolver esse problema, já que receberia área construída no valor do terreno que ele iria ceder para o empreendimento. Inicialmente, o Estado subscreveu 7 andares do Bloco B para esta destinação²⁰, mas em janeiro de 1955 houve uma alteração nos planos do Estado, que decidiu subscrever o 2º pavimento ou 1º andar do mesmo Bloco, desistindo da opção anterior.

Grande ênfase foi dada a essa questão no texto da Mensagem que o governador enviou à Assembléia. Estudos técnicos, encomendados pelo Executivo, indicavam que o Estado ocupava cerca de 8.750 m² de área construída em pontos dispersos da capital e gastava quantia exagerada com os aluguéis. Dessa maneira, o governo, que tinha ciência das dificuldades financeiras do Estado para resolver este problema, viu na proposta de incorporação

19 - Embora seja difícil lidar com cifras e valores em intervalo de tempo tão longo (o dado sobre os aluguéis é de 1951), é possível estabelecer algumas comparações. Com o montante pago mensalmente pelo Estado naquela época, a título de aluguéis, era possível adquirir 4 casas nas imediações do Minas Tênis Clube, já então, como agora, uma região nobre e valorizada do ponto de vista imobiliário. A preços de meados de 1989, é como se o Estado gastasse 800.000 dólares por mês com aluguéis, uma cifra sem dúvida considerável.

Por outro lado, se compararmos o valor em cruzeiros da época com, por exemplo, a despesa total do Estado no ano de 1951, obteremos o percentual de apenas 0,11%, o que tecnicamente é bastante razoável para a rubrica de aluguéis. Como se vê, tudo depende das formas como tratamos os dados. De qualquer modo, a nosso juízo, a cifra em questão (Cr\$ 2.100.000,00) não parece justificar por si mesma o envolvimento do Estado na construção do CJK, embora não fosse também um valor desprezível, visto que a oposição jamais se utilizou disso como contra-argumento.

20 - A lei 843, de 26 de dezembro de 1951, autoriza o Estado a participar do Condomínio e a adquirir nele as partes necessárias à instalação de seus serviços, podendo para isto despende a importância correspondente ao valor do terreno, ou seja, 12 milhões. Mas, caso o Estado viesse a necessitar de partes excedentes às que correspondessem ao valor do terreno, a lei autorizava o governo a adquiri-las, pagando preço não superior ao preço base, podendo despende a importância de até 12 milhões.

de J. Rolla a possibilidade de solucioná-lo de maneira altamente econômica. Isso porque, de acordo com os termos da proposta, o Estado não teria nenhum gasto. Ele apenas cederia o terreno que já possuía, em troca de área construída de igual valor. Esse argumento, amplamente explorado, não foi o único. Além de resolver tal problema, o Estado, ao participar da incorporação, estaria ainda, no entender do governador, contribuindo com a iniciativa privada, ao propiciar a sua expansão, e permitindo o desenvolvimento dela decorrente. O Estado chamava a si a responsabilidade de impulsionar a iniciativa privada: é isso que se depreende da fala do governador. Ao agir dessa maneira, ele estaria contribuindo para a solução de outros problemas igualmente importantes. O primeiro deles consistia na crise de moradias que afetava a classe média de Belo Horizonte, e que poderia ser atenuada com a oferta de unidades residenciais no conjunto habitacional que se pretendia construir²¹. O **CJK** iria oferecer à classe média "habitação própria, de alto padrão de conforto, por preços excepcionalmente baixos"²².

Além disso, o governo justificava a sua participação na consecução de uma obra monumental, que iria despontar como "símbolo de progresso e fator de desenvolvimento", e que seria caracterizado como "verdadeiro marco da civilização". Tal iniciativa lhe parecia inteiramente condizente com o futuro de Belo Horizonte, digna de ser plantada no "coração da cidade que mais se desenvolvia no país."

21 - É bem verdade que tal procedimento fugia à regra, num momento em que a questão da habitação no país estava conformada por uma legislação específica. Desde os anos 30, o financiamento da casa própria vinha sendo feito pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Com a criação da Fundação da Casa Popular em 1946, eles continuaram atuando. Intensificaram a sua participação no setor habitacional no período 46-50, com a construção de vários conjuntos habitacionais. Sobre a política de habitação desse período ver: FARAH, 1983.

22 - Apesar do qualificativo de "excepcionalmente baixos" constar da Mensagem do Governador, a notícia do Estado de Minas de 20 de março de 1969, informando do aumento dos preços da incorporação para garantir o término da construção, afirma exatamente o contrário. Ao fornecer os preços dos apartamentos de 1 e 3 quartos (Cr\$ 75.000,00 e 570.000,00 respectivamente), o jornalista afirma serem essas quantias "muito dinheiro para aqueles tempos".

De fato, o custo das unidades maiores do **CJK** era mais ou menos equivalente ao de uma casa de 4 quartos na região do Minas Tênis Clube, uma das mais valorizadas da cidade, que custava então Cr\$ 550.000,00, segundo os classificados dos jornais.

Uma terceira vantagem do projeto proposto seria dotar a cidade de "um dos mais modernos e confortáveis hotéis do país". Também nesse aspecto, a colaboração do Estado com a iniciativa privada era enfatizada. Belo Horizonte contava, nessa época, com poucos hotéis de grande porte. A excelente localização dos terrenos onde se pretendia construir o **CJK** pareceu adequada, tanto ao candidato à incorporação quanto ao governador, para a instalação de um hotel, principalmente porque ele estaria integrado a uma rede de serviços, tais como estação rodoviária, museu, restaurantes, etc.

E, finalmente, o governador apontava como vantagem a colaboração do Estado para efetivação de uma experiência urbanística de proporções inéditas, que iria enriquecer a cidade, dotando-a com uma "jóia arquitetônica" e resolvendo problemas que o desenvolvimento futuro iria certamente exacerbar. No seu entender, o projeto tinha ainda a vantagem de contar com soluções funcionais, preconizadas pela técnica mais atual.

Além de todas essas vantagens, o Estado estaria ainda contribuindo para o desenvolvimento da capital mineira, ao construir em local privilegiado uma nova Estação Rodoviária, a maior e mais luxuosa do continente, segundo o jornal "Estado de Minas", e um Museu. Tais melhoramentos, no entender do governador, a cidade já vinha carecendo fazia tempo.

Toda a argumentação de Kubitschek para promover a participação do Estado no empreendimento se fundava em duas justificativas fundamentais: por um lado, o Estado resolveria problemas próprios, concernentes à sua administração; por outro, ele estaria cumprindo uma de suas funções prioritárias, que era a colaboração com a iniciativa privada.

Como se vê, o governador combinava, na justificativa para o envolvimento do Estado no empreendimento, as idéias que

são a própria sustentação ideológica do projeto nacional-desenvolvimentista. O Estado era percebido como uma alavanca capaz de dar o impulso necessário para que a iniciativa privada se expandisse, criando novas alternativas de desenvolvimento e possibilitando o progresso, que traria o bem-estar coletivo. Era importante, não apenas para homens públicos, mas também para aqueles que representavam os interesses da iniciativa privada, olhar o futuro buscando solucionar, desde já, questões que mais à frente poderiam se transformar em problemas graves.

É certo que, ao ser lançada, a idéia do conjunto arquitetônico na Praça "Raul Soares" causou grande expectativa. Para alguns, ela significava a instalação de um exemplar da arquitetura moderna no centro de Belo Horizonte, capaz de aparelhar a cidade com um símbolo definitivo da modernidade, já que a dimensão e a forma espetacular dos dois edifícios projetados por Niemeyer assim a caracterizavam. Além disso, porque, através desse símbolo, se inauguraria na cidade uma nova forma de morar, consonante aos tempos modernos.

Os aplausos a tal iniciativa foram muitos e vieram de muitos lados, como se pode ver a seguir:

"... A projeção mundial que deu à cidade o sr. JK, realizando a Pampulha, tomará novo impulso por força de outro empreendimento que S. Excia. incluiu na sua agenda de trabalhos para Belo Horizonte. Referimo-nos ao CJK, monumental bloco arquitetônico cuja construção se inicia na Praça Raul Soares, e que representa uma das mais arrojadas obras da moderna arquitetura. Em construção, mediante sistema de condomínio, com participação pública e de particulares, aquele

conjunto arquitetônico não só constituirá novo motivo de atração para a capital, como virá contribuir para a solução de problemas importantes...".²³

"...O sr. Oscar Santos tratou do projeto de construção de um majestoso hotel na Praça Raul Soares, louvando a iniciativa, cuja concretização virá propiciar novos ensejos ao desenvolvimento comercial e geral da cidade".²⁴

Cada elogio privilegiava um aspecto da obra, pois eles eram múltiplos. O representante da União dos Varejistas certamente enfatizava a construção do hotel previsto no projeto, porque viria fomentar o turismo na capital, significando novas possibilidades para o comércio.

O que mais se destacava no elogio à iniciativa do governador era o fato de que a capital mineira seria dotada de um exemplar magnífico da arquitetura moderna, o que selaria seu destino de uma cidade voltada para o progresso e o futuro. Isso se depreende da leitura dos jornais que deram destaque ao ineditismo do empreendimento, não só em Minas como em todo o Brasil²⁵.

Mas se os elogios à iniciativa do Governador foram muitos, eles não foram unânimes. Pôde-se ouvir, na época, o coro dos descontentes, que por diferentes motivos desconfiavam, questionavam, ou mesmo repudiavam o envolvimento do Estado numa iniciativa como aquela. De maneira geral, os argumentos contrários se valeram da forma como o Estado pretendia se envolver no empreendimento (essa crítica veio de dentro do próprio Estado,

23 - "JUSCELINO e o Progresso da Capital". *Anuário de Belo Horizonte*, 1953, Ano 1, nº 1, p. 8.

24 - "LOUVADA na União dos Varejistas a construção de um conjunto arquitetônico na Praça Raul Soares." *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 23 nov. 1951, p. 3.

25 - "A construção na capital do maior edifício do Brasil". *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 28 mai. 1952, p. 5.

através dos deputados oposicionistas), ou ainda do próprio sentido de uma obra como a pretendida.

Questões de ordem política e ética vieram à tona logo que ficou claro o caráter híbrido do empreendimento, ou seja, a sua intenção de resolver ao mesmo tempo problemas de estrito interesse público e outros de interesse particular. Inicialmente, o projeto foi violentamente contestado no poder legislativo pelos adversários políticos de Juscelino Kubitschek. Os deputados udenistas e petebistas criticaram amplamente a intenção do governador de "ceder" o terreno ao sr. Joaquim Rolla, obrigando-o, após sucessivas discussões do projeto, e mesmo a tentativa de rejeitá-lo, à instalação da concorrência pública²⁶.

Os críticos do projeto se irritaram não apenas com o que eles qualificavam de uma tentativa de doação a um particular de valioso terreno do Estado, mas também o que chamavam de "imoralidade" do negócio. Isso porque o nome do empresário Joaquim Rolla impunha generalizada suspeição àqueles políticos formados na boa índole da tradicional família mineira, que condenavam o jogo, os costumes pouco condizentes com o estilo colonial-patriarcalista do mineiro e a libertinagem. Assim, por exemplo, um deputado da oposição afirmava ser:

*"única e exclusiva finalidade do projeto propiciar ao sr. Joaquim Rolla a possibilidade de explorar um grande hotel de turismo, com as conhecidas "boites" e "outras adjascências" comuns em hotéis dessa natureza, como o de Quitandinha"*²⁷.

26 - A Mensagem do Governador foi debatida em 3 sessões da Assembléia Legislativa Estadual nos dias 20 e 23 de novembro e 14 de dezembro de 1951.

27 - Diário da Assembléia. 21 nov. 1951, p. 7.

Também o jornal "**Binômio**", tenaz opositor do político Kubitschek, se valia da mesma qualidade de argumentos para criticar a iniciativa do governador. Em sua edição de 22 de junho de 1952, o jornal afirmava:

"na verdade nem todas as repartições serão públicas(...) Pelo contrário, muitas delas serão excessivamente privadas, pelo menos até que seja alterada a atual legislação sobre contra-venções penais, entre as quais estão incluídas todas as espécies de jogos de azar, mesmo as permitidas pela polícia".²⁸

As críticas se multiplicaram e estiveram associadas num primeiro momento à ligação entre o governador e o empresário Joaquim Rolla e à espécie do "negócio" pretendido por eles. Tanto para os deputados opositores da Assembléia Legislativa como para a imprensa opositora de então, o inaceitável não era o projeto em si, mas o fato de que ele, da forma pela qual estava sendo encaminhado, iria beneficiar um único particular, e agravado ainda pelo fato de ser esse particular o sr. J. Rolla.

O exemplo do **CJK** parece-nos adequado para a reflexão sobre duas questões decisivas no panorama político brasileiro dos anos 50: o populismo, com seu estilo peculiar de fazer política e a sua crítica de natureza essencialmente moral.

A forma como Kubitschek encaminhou a decisão da participação do Estado no empreendimento, sem que ninguém fosse consultado sobre sua real necessidade, deve ser vista como uma prática comum à política populista, quando se procura ajustar políticas gerais às demandas de clientelas específicas.

28 - "JUSCELINO vai pôr Rolla na Praça Raul Soares". *Binômio*. Belo Horizonte, 22 jun. 1952, p. 1.

Não se tem notícias de qualquer discussão prévia, no interior da burocracia do Estado, ou mesmo em nível da sociedade civil, sobre a utilização a ser dada aos terrenos do Estado na Praça "Raul Soares". Também não se tem notícia de nenhum estudo sobre a "máquina administrativa" do Estado, que concluísse pela necessidade ou viabilidade de ela se concentrar em um único local. No entanto, o governador apresenta uma decisão em forma de Mensagem à Assembléia Legislativa que, não fosse o nome de Rolla, talvez não tivesse suscitado tanta polêmica. Essa Mensagem definia uma ação do Estado e a sua intenção de se associar a um particular, sem que nem uma coisa nem outra tivessem sido objeto de debate em qualquer instância!

Mas é exatamente esta uma característica decisiva do populismo: espera-se o consenso **a posteriori**. A prática autoritária de se decidir pela maioria, sem que ela seja consultada, pode ser contornada se a propaganda for eficiente e apresentar um produto sedutor.²⁹ E o **CJK** iria seduzir, como seduziu, principalmente porque foi mostrado como um símbolo do progresso e da modernidade.

Uma outra característica, não menos importante, presente na concepção populista de governar é fazê-lo beneficiando os amigos, conforme pudemos constatar na narrativa de Paulo Pinheiro Chagas, por exemplo. E Joaquim Rolla era de fato um amigo de Juscelino Kubitschek, a ponto de o governador não titubear em aceitar a proposta ousada que lhe fez o empresário. Porque foi essa a ordem dos fatos. Rolla procurou Kubitschek para que lhe fosse cedido um terreno do Estado, no qual o empresário pretendia lançar um grande empreendimento imobiliário. E o governador se dispôs ao negócio, contando evidentemente com os dividendos políticos. Além

29 - Uma crítica contundente aos populistas é a de que eles, por não serem populares, dependem demasiado da propaganda para se tornarem conhecidos e para que possam divulgar as suas "imaginárias virtudes de taumaturgos". DULCI, 1986.

de não decepcionar o amigo, aquela idéia poderia se transformar num marco, símbolo da sua administração no governo de Minas Gerais.

Muitos interesses estavam em jogo com aquele empreendimento. Selecionaram-se alguns quando se tratou de apresentá-los publicamente. Nesse sentido, o governador procurou ressaltar alguns pontos que enfatizavam a preocupação do Estado em prover a cidade de novos equipamentos urbanos, como uma Estação Rodoviária, um Hotel e um Museu, que em muito iriam beneficiar a vida dos moradores de Belo Horizonte.

Outro argumento não menos importante era o de que o Estado, ao participar do empreendimento, estaria criando condições para se oferecerem no mercado de imóveis alternativas de morar modernas, funcionais e - principal vantagem - a preço de custo; assim, estaria o Estado contribuindo para aumentar a oferta de habitação para a classe média, que começava a ser um problema em Belo Horizonte.

De fato, a oferta era pouco variada, e o que mais se ofereciam eram casas de 2 ou 3 quartos, com quintal, dependências, etc. Os apartamentos eram raros e, por isso mesmo, apresentados como artigos de luxo. Isso em relação à oferta de imóveis para a venda. No que diz respeito a aluguel, a oferta se encontrava também comprimida, incapaz de absorver a demanda cada vez mais evidente, proporcional à intensificação do processo migratório do interior para a capital.

Sob esse aspecto, cabe-nos perguntar aqui se, quando o governador argumenta que a participação do Estado no empreendimento do **CJK** iria contribuir para o aumento da oferta de habitação para a classe média, ele tinha algum conhecimento prévio do tipo de

moradia que ela preferia, ou a forma como estava habituada a morar. Se tomarmos os hábitos de moradia da classe média em Belo Horizonte, tanto das famílias locais como daquelas provenientes do interior, perceberemos facilmente a discrepância entre seus hábitos e o que o projeto do **CJK** propunha como algo decididamente revolucionário. Apartamentos de 1 ou 2 quartos para pessoas sozinhas que, até aquela época, sempre se acomodaram nas inúmeras pensões familiares espalhadas pela cidade. Essa modalidade de moradia, aliás, era bastante tradicional na cidade e se constituía, muitas vezes, na opção de senhoras viúvas que cuidavam do sustento da família. O próprio Paulo Pinheiro Chagas³⁰ nos conta que sua mãe, uma renomada costureira em Belo Horizonte, impedida de costurar por motivo de saúde, resolveu, ainda na década de 20, montar uma pensão por onde, afirma o autor, passou muita gente importante. Também o escritor Cyro dos Anjos³¹, que morou algum tempo em pensão quando mudou de Montes Claros para Belo Horizonte, cita uma série de amigos que ele visitava nas pensões ou casa de cômodos em que moravam.

Esse costume, o das pensões familiares, continuou sendo comum na década de 50, apesar do crescimento da cidade. Os anúncios de vagas, nos jornais, faziam normalmente referência ao "ambiente rigoroso da família mineira" que o interessado encontraria na pensão.

Quando o governador Juscelino Kubitschek arrola os argumentos para justificar o envolvimento do Estado no **CJK**, ele coloca no mesmo patamar: a oferta de aluguel para a classe média, a economia para os cofres públicos, que deixaria de gastar com aluguéis, ou ainda, os benefícios para a cidade como Museu, Teatro e Rodoviária. Isso sem considerar as profundas diferenças entre ca-

30 - CHAGAS, 1982, p. 92.

31 - ANJOS, 1979.

da um desses itens, que certamente redundariam em benefícios bastante diferenciados para o público em geral.

De qualquer maneira, o importante para o governador era justificar o papel de promotor do empreendimento que o Estado acabou adquirindo. Longe de ser o simples condomínio, como a Mensagem do governador afirmava que o Estado seria, este, por uma decisão individual do seu dirigente, tornou-se o grande "pai" do empreendimento.

Chamamos a atenção para o individualismo da decisão do governador sobre a participação do Estado, porque isto nos parece de fato importante. Uma decisão como essa, aos nossos olhos, não poderia prescindir de um levantamento técnico e mesmo político das prioridades do momento. Ao contrário, sem levar em conta os interesses sociais, a decisão foi tomada a portas fechadas.

Mas não foi esse o centro das atenções da crítica que se levantou contra o projeto. Ela parece ter-se preocupado muito mais com a presença do empresário Joaquim Rolla nos planos do governador do que com o empreendimento em si, como já mostramos antes. A inconsistência da crítica é facilmente percebida quando constatamos que, vencida na Assembléia Legislativa a batalha para a instalação da concorrência pública, ela foi aberta e teve como único concorrente e, portanto, o vencedor, o mesmo J. Rolla.

A partir daí, assistimos a um silêncio geral no plenário da Assembléia e nos jornais. É como se os argumentos da crítica se tivessem esgotado, na medida em que se limitavam a uma visão formal, economista, do projeto. Ao fazer cumprir a lei, os deputados da oposição se dão por satisfeitos, certos de que sua interferência tinha sido decisiva para impedir uma "negociata". O fato de Rolla ganhar a concorrência parece não ter causado nenhum constrangimento e, a partir daí, o que se nota é um desinteresse crescente

pelo encaminhamento do negócio feito entre o Estado e o empresário.

O que essencialmente irritou os críticos do governo foi a sua pretensão de beneficiar um empresário das suas relações. Sem questionar o projeto do condomínio que se pretendia construir, sem avaliar a sua importância em termos económicos e sociais, ou mesmo sem se perguntar se Belo Horizonte comportava ou não uma iniciativa daquela monta, os deputados udenistas na Assembléia Legislativa preferiram exercer a crítica fácil e superficial, tão comum à esfera política a que pertenciam. Uma crítica "essencialmente moral, caracterizada pela repulsa à demagogia, à corrupção, ao nepotismo, que seriam atributos intrínsecos do regime que pretendiam transformar"³².

Dessa maneira, tomou-se questão de honra para a oposição o que ela considerou fundamental: instalar a concorrência pública e impedir que o governo agisse de forma a beneficiar um cidadão das suas relações. A proposta arrojada do condomínio não foi, ela mesma, objeto de preocupação, mas sim os meios que se pretendia utilizar para efetivá-la. Tal fato, no entanto, não deve causar estranheza, pois essa é uma atitude peculiar do antipopulismo, que com sua concepção de ordem e de legalidade sempre se apresentou como veículo de moralização dos costumes políticos, questionando os meios de conquista e exercício do poder e considerando secundários os fins³³.

A crítica produzida pela UDN na Assembléia Legislativa encontrou larga ressonância na imprensa oposicionista, preocupada principalmente com a intenção do governo de "ceder" terrenos do

32 - DULCI, 1986, p. 39.

33 - Sobre a crítica ao populismo ver principalmente: DULCI, 1986; BENEVIDES, 1980.

Estado ao empresário J. Rolla. Para os opositores de Juscelino, a grande questão era a troca de favores entre o governador e o empresário e as possíveis injunções políticas dela decorrentes.

Um outro argumento que os críticos do projeto utilizavam era o receio, entre muitos moradores da cidade, de que um conjunto habitacional do tamanho pretendido, com uma percentagem bastante elevada de pequenos apartamentos, pudesse se transformar em um foco de pessoas de comportamento duvidoso.

Belo Horizonte, como vimos, não conhecia até então a habitação individualizada, ou seja, apartamentos feitos para uma só pessoa. Para os padrões de então, os indivíduos "respeitáveis" moravam em casas amplas. Se não tinham condições para tanto, como é o caso de jovens do interior que vinham estudar na capital, alugavam quartos ou camas nas pensões familiares. Nunca apartamentos onde fossem morar sozinhos.

O **CJK** pretendia, entre outras, ser também essa alternativa. E foi bastante criticado enquanto tal. Algumas pessoas que entrevistamos, jovens à época do lançamento do **CJK**, ressaltam o "perigo" de um conjunto como aquele. A propósito, afirmou-nos um médico famoso em Belo Horizonte que:

"aquela reunião de minúsculos apartamentos poderia redundar em algo bastante ameaçador para a cidade, na medida em que ali se reuniriam pessoas de todos os tipos, oriundas das mais diversas origens. E pessoas que, de outra forma, dificilmente teriam condições de morar no centro da cidade".³⁴

34 - Depoimento do Dr. Hilton Rocha, renomado médico oftalmologista, em 17/11/88.

Mas a crítica que se levantou contra o **CJK** ateve-se aos aspectos formalistas ou periféricos, não atacando em nenhum momento o autoritarismo exercido pelo chefe de Estado, que, em gabinetes a portas fechadas, tomara uma decisão relativa ao interesse público, sem que isso tivesse sido mais amplamente examinado.

Apesar de sua intensa utilização, o argumento do interesse público acabou servindo de fato à satisfação de necessidades particulares, conforme havia previsto a oposição. Como, no entanto, ela se mostrou incapaz de uma crítica convincente, o mal-estar gerado, no início, dissipou-se facilmente, na medida em que os admiradores de Kubitschek viam levantar do chão a sua "Torre Eiffel".

O Estado, entre outros motivos, procurava angariar simpatias, possibilitando a construção de um conjunto habitacional arrojado, que iria diferenciar dos demais moradores da cidade aqueles que ali adquirissem um apartamento, mas acabou se defrontando, com o passar dos anos, com uma tremenda impopularidade, advinda de sua participação no empreendimento. Ademais a diferenciação dos condôminos do **CJK**, em relação aos demais moradores da cidade, se deu em sentido oposto ao imaginado, principalmente em função de uma série de problemas decorrentes da construção do conjunto.

Custo, dimensão e tempo: minúcias do fracasso

Não há dúvida de que a participação do Estado no empreendimento foi decisiva para que o **CJK** rompesse a barreira do projeto e se concretizasse. A começar pela avaliação do terreno para a instalação da concorrência pública. Uma Comissão Técnica indicada pelo Estado avaliou o terreno de 16.148,02m² em 12 milhões de cruzeiros. Os deputados da oposição criticaram incisivamente tal avaliação, julgando-a extremamente baixa, se se levasse em conta a localização da área. De outro lado, os membros da Comissão se justificavam (sinal de que concordavam com a crítica) alegando que a obra era de **interesse público** e que transcendia ao aspecto puramente comercial.³⁵ Joaquim Rolla, o empresário que venceu a concorrência, assinou o termo de compromisso pelo qual concordava em pagar 14 milhões de cruzeiros (2 milhões a mais) pelo terreno. Por esse documento, o Estado deixava de ser proprietário da área para ser condômino do **CJK**. Desta forma, o governo viabilizou o empreendimento, ao possibilitar que Rolla pudesse iniciá-lo sem gastar absolutamente nada com o terreno.

Ao Estado caberia uma área de 16% do total dos 100.000m² de construção previstos. Ficava ainda estipulado que, caso não fosse suficiente para resolver as necessidades do Estado, o governo estaria autorizado a adquirir do incorporador, pelo preço de custo, acrescido da percentagem previamente estipulada de 9%³⁶, outras partes do Condomínio necessárias à instalação de seus serviços. Para tanto, poderia despender uma quantia de até 12 milhões de cruzeiros, correspondente ao valor do terreno.³⁷

35 - Relatório da Comissão de Avaliação. Minas Gerais, Belo Horizonte, 23 mar. 1952.

36 - Pelo Termo de Compromisso de 06-06-52 o incorporador teria uma remuneração de 9% sobre o custo efetivo do empreendimento. Como custo efetivo entendia-se a soma dos honorários das construtoras e do arquiteto, do valor do terreno, material de construção, mão-de-obra, propáganda, impostos, taxas e emolumentos, obrigações trabalhistas, prêmios de seguros e remuneração de serviços de qualquer natureza.

37 - Lei 843, de 26 de dezembro de 1951. (Ver MINAS GERAIS, 1951).

A incorporação teve início com a participação do Estado materializada pela área de 16.716,20m². O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais também se tomou condômino com uma participação equivalente a uma área de 7.767,50m². O Estado e a Previdência, juntos, participavam com um total de de 24.483,70m². Do restante, 19.089,90m² foram subscritos pelo Hotel Quitandinha S/A, de propriedade de Joaquim Rolla, ficando os 56.426,40 m² restantes reservados para a venda a condôminos particulares.

Essa a situação da Incorporação no seu início. Não iremos nos deter aqui nas inúmeras dificuldades da sua construção, que acabaram por alterar, significativamente, tanto o projeto de Niemeyer para o conjunto habitacional, como os propósitos do Estado com a sua realização. Apenas chamaremos a atenção para algumas questões que, ao nosso ver, foram decisivas para a conformação da imagem que até hoje o **CJK** possui.

A primeira é relativa ao tempo de execução da obra e à estimativa de diversos prazos para o seu término, todos sucessivamente desrespeitados. Esse foi, sem dúvida, o problema que mais contribuiu para a descrença geral e mesmo para a desmoralização da incorporação.

De início, o que se pode depreender do absoluto desrespeito dos prazos para a entrega da obra, é que Rolla não tinha ou escondeu o capital para construir. A dependência total do investimento de capital dos condôminos particulares foi, sem dúvida, fator importante para o atraso da obra, principalmente considerando-se a aceleração do processo inflacionário da economia brasileira a partir dos anos 50.

Quando da assinatura do Termo de Compromisso em junho de 1952, o incorporador se comprometeu a concluir a obra

num prazo de três anos, a contar da assinatura das escrituras públicas de constituição do Condomínio. Estas, por sua vez, deveriam ser celebradas dentro de seis meses, após o registro do Termo no Tribunal de Contas, feito em 14 de outubro do mesmo ano. A construção, portanto, deveria estar concluída em outubro de 1955, ano em que Kubitschek deixaria o governo de Minas.

Mas a obra só teve início em março de 1953, reduzindo em cinco meses o prazo de três anos previsto para a sua conclusão.

Ora, são visíveis as poucas chances que esse prazo tinha para ser respeitado. Apesar de a construção ter sido contratada por dois consórcios de empresas, que envolviam ao todo cinco firmas construtoras renomadas de Belo Horizonte³⁸, qualquer leigo seria capaz de prever a inadequação de tal prazo. Isso porque simplesmente não havia precedentes de uma construção de tal porte na cidade. E não só a sua dimensão, como também o tipo de construção certamente demandariam muito trabalho de técnicos e operários pouco acostumados a uma obra como aquela. Parece-nos, portanto, muito otimista o prazo imposto pelo Estado para a conclusão da obra, embora o acompanhamento da construção nos primeiros dois anos e pouco tenha feito acreditar na possibilidade do seu término dentro do prazo previsto. Nesse meio tempo, praticamente se levantou do solo a estrutura gigantesca de um dos edifícios.³⁹

O certo é que, findo o prazo de três anos, a obra longe estava de ser terminada. Esse foi o primeiro prazo desrespeitado. A partir daí, os condôminos assistiram a uma sucessão de prazos,

38 - As construtoras "Wedy Simão", "Rebelo S/A" e "Companhia Alcasan" foram contratadas para a construção do bloco A e, para o bloco B, contrataram-se os serviços da Construtora "Adersy Ltda." e Construtora "Nacional de Empreendimentos Ltda."

39 - Fotos de 1957 mostram claramente a estrutura do Bloco A já levantada.

num prazo de três anos, a contar da assinatura das escrituras públicas de constituição do Condomínio. Estas, por sua vez, deveriam ser celebradas dentro de seis meses, após o registro do Termo no Tribunal de Contas, feito em 14 de outubro do mesmo ano. A construção, portanto, deveria estar concluída em outubro de 1955, ano em que Kubitschek deixaria o governo de Minas.

Mas a obra só teve início em março de 1953, reduzindo em cinco meses o prazo de três anos previsto para a sua conclusão.

Ora, são visíveis as poucas chances que esse prazo tinha para ser respeitado. Apesar de a construção ter sido contratada por dois consórcios de empresas, que envolviam ao todo cinco firmas construtoras renomadas de Belo Horizonte³⁸, qualquer leigo seria capaz de prever a inadequação de tal prazo. Isso porque simplesmente não havia precedentes de uma construção de tal porte na cidade. E não só a sua dimensão, como também o tipo de construção certamente demandariam muito trabalho de técnicos e operários pouco acostumados a uma obra como aquela. Parecemos, portanto, muito otimista o prazo imposto pelo Estado para a conclusão da obra, embora o acompanhamento da construção nos primeiros dois anos e pouco tenha feito acreditar na possibilidade do seu término dentro do prazo previsto. Nesse meio tempo, praticamente se levantou do solo a estrutura gigantesca de um dos edifícios.³⁹

O certo é que, findo o prazo de três anos, a obra longe estava de ser terminada. Esse foi o primeiro prazo desrespeitado. A partir daí, os condôminos assistiram a uma sucessão de prazos,

38 - As construtoras "Wady Simão", "Rabelo S/A" e "Companhia Alcasan" foram contratadas para a construção do bloco A e, para o bloco B, contrataram-se os serviços da Construtora "Adersy Ltda." e Construtora "Nacional de Empreendimentos Ltda."

39 - Fotos de 1957 mostram claramente a estrutura do Bloco A já levantada.

marcados e não cumpridos, o que levou a uma série de modificações nos rumos e no próprio estatuto jurídico do empreendimento.

O primeiro prazo desrespeitado não mereceu a justificativa por parte do incorporador. Mesmo com a obra prosseguindo em ritmo normal, em fevereiro de 1957 o incorporador enviava circular aos condôminos, anunciando um aumento de 150% nas prestações. A justificativa era de que só a partir da assinatura das escrituras, em outubro de 1956, tinha sido possível proceder a uma revisão nos orçamentos e tabelas estimativas.

Os condôminos, "estarecidos pela surpresa, suspenderam o pagamento de suas cotas e entraram na justiça, que decidiu pela suspensão da obra até que o caso pudesse ter uma solução. Interrompida durante todo o ano de 1957, a obra foi retomada após a assinatura de um Termo de Acordo entre o incorporador e os condôminos em 28 de novembro de 1957.

Esse acordo estipulava novo prazo para o término da obra: outubro de 1959. Novamente desrespeitado. A partir de então as desavenças foram se avolumando, atribuídas fundamentalmente a questões de custo. Em 1961, a obra sofreu nova paralização, assim permanecendo até fins de 1962.

Nesse intervalo procedeu-se a transferência do encargo da incorporação. O empresário Joaquim Rolla, que já havia tentado uma saída estratégica no início⁴⁰, acabou se retirando do empreendimento e transferindo sua administração para o consórcio construtor do Bloco B - Construtoras "Adersy" e "Conege". No contrato, os novos incorporadores se obrigavam a terminar a obra em 24 meses,

40 - Sobre esta questão é interessante notar que, mal iniciada as obras do CJK, em junho de 1953, Rolla entrou com requerimento na Secretaria de Viação e Obras Públicas, pedindo autorização para transferir o contrato de incorporação para o Hotel Quitandinha S/A, de sua propriedade. Os motivos eram que o incorporador simples pessoa física, dificilmente poderia proporcionar a mesma margem de eficiência que uma empresa, e que a comissão de 9% não seria suficiente para acudir às despesas com formação de um quadro administrativo. Evidentemente o pedido foi negado.

ou seja, em outubro de 1964. Não conseguiram. Apenas foram terminadas e entregues nesse ano duas lojas do Bloco B, de propriedade das firmas incorporadoras, vendidas nesse mesmo ano à Companhia Revendedora de Automóveis "Cisa", que se transferiu em seguida para o local.

Além disso, foram entregues também as sobrelojas do mesmo bloco pertencentes ao Estado de Minas Gerais, que as cedeu à Secretaria de Administração, primeira repartição pública a se instalar no **CJK**.

Em 1966, o Estado doou ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais uma unidade autônoma das sobrelojas do Bloco B⁴¹. Nesse mesmo ano, o Estado recebeu uma nova área no Bloco A, inicialmente destinada ao Museu, mas ocupada em 14-06-1966 pela Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e, posteriormente, pela Secretaria de Segurança Pública.

A construção seguiu inacabada até 1970, quando começaram a ser entregues os primeiros apartamentos. A essa época o país vivia a euforia do "milagre brasileiro" mas, ao contrário do que se poderia supor, não há registro na imprensa de Belo Horizonte de nenhum entusiasmo pelo fim do empreendimento. Timidamente um jornal da cidade anuncia o fim de uma novela de 19 anos⁴². De fato, nesse momento os primeiros moradores começam a se transferir para o conjunto, mas o "habite-se" somente foi concedido pela Prefeitura em 18 de setembro de 1972; portanto, nesse intervalo morou-se ilegalmente no **CJK**⁴³.

41 - Lei nº 4.082 de 10-02-66. (Ver MINAS GERAIS, 1951).

42 - "CONJUNTO JK., um fim feliz após 19 anos". Estado de Minas. Belo Horizonte, 02. ago. 1970, p. 6.

43 - O "habite-se" é um documento expedido pela Prefeitura quando a obra, terminada, se encontra em plenas condições de ser habitada. Normalmente ele é acompanhado de um outro documento, o da "baixa" da obra. No caso do CJK, a Prefeitura concedeu uma baixa parcial em 31-10-72, pelo fato de que algumas lojas do Condomínio ainda se encontravam inacabadas.

Prevista para três anos, a construção do **CJK** durou, praticamente duas décadas. Apesar de ter sido parcialmente ocupada com a entrega de algumas lojas e sobrelojas ao longo dos anos 60, e com a entrega dos apartamentos em 1970, a obra permaneceu por muitos anos inconclusa. Em 1974, as construtoras responsáveis pela incorporação solicitaram ao então Governador, Rondon Pacheco, a rescisão do contrato que tinham com o Estado, alegando total impossibilidade de mantê-lo, uma vez que, desde 1964, elas tinham deixado de ser remuneradas.

Quando da transferência do contrato de incorporação de Joaquim Rolla para as construtoras "Adersy" e "Conege", ficara estipulado que as incorporadoras deixariam de receber a percentagem relativa aos seus serviços assim que o custo da obra atingisse o teto de 1 bilhão de cruzeiros. Isso aconteceu em 1964. Daí em diante, a percentagem deixou de ser paga aos incorporadores.

A construção do **CJK** estourou todos os prazos previstos para seu término. Na realidade, até os dias de hoje ele pode ser considerado inacabado. Uma visita cuidadosa pelo interior do conjunto deixa perceber espaços vazios sem destinação ou a falta de acabamento de inúmeras áreas, se levado em conta o projeto original.

Quanto aos custos, eles também ultrapassaram todas as previsões, alterando significativamente tanto o andamento da construção como a própria concepção do projeto. Além disso, a constante inadequação das previsões de custos da obra acabou modificando a participação dos diferentes condôminos, causando prejuízos a todos, mas principalmente ao Estado.

Conquanto, a longo prazo, a obra tenha ficado mais barata do que o previsto no orçamento inicial de 1951 - em 1974, de

acordo com os últimos números que pudemos obter, o valor da obra (gasto e previsto para o seu término) era 28% menor do que o estimado no orçamento de 1951⁴⁴ - ela causou muito prejuízo.

No entanto, as constantes mudanças das estimativas de custo e, conseqüentemente, das prestações, aumentavam o índice de inadimplência, em curto prazo, entre os condôminos particulares, provocando uma situação digna de registro. Em sua maioria, os condôminos entrevistados afirmam ter feito um bom negócio com a compra do apartamento.

De fato, considerando-se moradia como "negócio", é possível entender a aquisição de um apartamento no **CJK** como algo lucrativo. Outra coisa. e aí o prejuízo é inquestionável, foi a compra do apartamento com o objetivo principal de aquisição de um local para moradia. Os quase vinte anos que os condôminos tiveram de esperar para ter o apartamento obrigaram a maioria deles a encontrar outras alternativas de moradia, tais como a compra de outro imóvel, para aqueles que tinham condições financeiras, e o aluguel, para a maior parte. A venda das cotas da incorporação do **CJK**, pela impossibilidade de manter o seu pagamento foi, ainda, a opção de muitos condôminos. Uns o fizeram com grande alegria, outros com profunda tristeza, pois haviam sonhado em ali morar algum dia.

Quanto ao Estado, o maior interessado no sucesso da incorporação em função da qualidade de seu envolvimento - ou porque lhe interessava espaço físico no condomínio, ou pelo com-

44 - Evidentemente lidamos com valores corrigidos de acordo com a inflação do período.

prometimento com a construção de um símbolo da modernidade, ele acabou sendo o maior prejudicado, pelas razões que se seguem:

- O Estado cedeu o terreno para a construção do Condomínio por um preço muito inferior ao preço de mercado e em troca de área construída equivalente ao valor do terreno.

- Até 1961, o Estado tinha pago a importância de Cr\$ 103.388.260,00, correspondente à área de 19.050m² por ele subscrita. O custo total da obra neste ano estava em Cr\$ 623.922.970,00. Contudo, abatendo-se a dívida dos demais condôminos e do incorporador, que era então de Cr\$ 182.044.000,00, o líquido arrecadado para o pagamento do custo total da obra cai para Cr\$ 441.878.970,00⁴⁵. Isto significa que o Estado, que possuía apenas 19,05% da área construída, já havia pago o equivalente a 23,39% do total líquido arrecadado. Além do mais, o Estado, durante todos esses anos, foi dos únicos condôminos a pagar em dia suas contas junto ao condomínio, o que vinha sendo garantido pela abertura de crédito especial pela Secretaria de Viação e Obras Públicas⁴⁶.

- O Estado, no decorrer da obra, alterou os planos de ocupação da sua área no condomínio, trocando 7 andares de área construída no Bloco B por área (livre) descoberta no mesmo edifício. Os arquitetos do es-

45 - Esses números foram extraídos de documento assinado pelo Advogado Geral do Estado, Dr. Gilberto Alves da Silva Dolabela, datado de 11 de agosto de 1961.

46 - Em 19/dez/58, por exemplo, através da lei nº 1.853, o Estado abre à Secretaria de Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 55.361.154,10 para atender às despesas resultantes da subscrição efetuada no CJK.

tado denunciaram, em 1971, que dos 13.834,60m² de área até então recebida, apenas 4.822m² tinham real utilização. Os outros 11.894,20m² foram considerados pelos técnicos "área perdida", por ser área descoberta, ou área comum de condomínio.

Algumas questões saltam aos olhos quando se examinam os dados disponíveis:

1) A baixa avaliação do terreno na época do lançamento da incorporação foi justificada pelo "interesse público" que ela compreendia. O "interesse público" se traduzia principalmente na economia que a transferência das repartições públicas para sede própria no **CJK** iria significar para os cofres públicos.

2) O Estado alterou substantivamente a sua participação no Condomínio ao abrir mão dos 7 andares do Bloco B pelo 2º pavimento ou 1º andar do mesmo bloco⁴⁷. Além disso, da idéia inicial de se construir uma nova rodoviária e um Museu para a cidade nada se concretizou.

Ainda em 1956, antes de a obra sofrer a sua primeira interrupção, o então governador Clóvis Salgado determinou que a área projetada para ser a Estação Rodoviária fosse reservada para a instalação de um Teatro e de uma Sala de Concertos⁴⁸. Quanto ao Museu, que deveria ser instalado no Bloco A, com galerias que se estenderiam sob a passarela projetada para ligar os dois blocos de

47 - Carta do governador do Estado ao incorporador do CJK, de 04-01-55, solicita providências no sentido da alteração do projeto do Bloco B para oportuna apreciação do Secretário de Viação e Obras Públicas.

48 - Ofício de 19-01-56 do Sr. J. Rolla para os membros da Comissão de fiscalização encaminha as plantas definitivas do local onde primitivamente existia a Estação Rodoviária, agora transformada em Teatro e Sala de Concertos. Também o Teatro e Sala de Concertos não chegaram a ser construídos e, em 1984, o Estado de MG, através da Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo, deu início à construção do Terminal Turístico JK nessa área, que foi inaugurado pelo governador Hélio Garcia em 1984.

edifícios, acabou também não se viabilizando. A área do Bloco A, entregue ao Estado em 1966 foi, nesse mesmo ano, ocupada pela Comissão de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A passarela, por sua vez, nunca chegou a ser construída.

O Estado, que havia se lançado no empreendimento buscando soluções para problemas da administração pública, acabou de encontro a um problema muito maior. Envolveu-se crescentemente com o financiamento da obra, sem que isso resultasse em maior retorno do ponto de vista da aquisição da área útil do prédio.

Em 1974, as firmas construtoras responsáveis pela incorporação do **CJK** solicitaram rescisão do contrato com o Estado, alegando total falta de condições de levar adiante a construção. A partir daí o Estado tornou-se, além de tudo, síndico do Condomínio - que, a essa altura, já tinha moradores - e responsável pela sua administração e pelo acabamento da construção.

Pouca coisa foi feita no Condomínio de 1974 até a década de 80. No fundamental, os moradores passaram a habitar os dois blocos de edifícios mesmo sem contar com a infra-estrutura de serviços prometida no ato das vendas das cotas da incorporação. Não havia Teatro, Cinema, Museu, Hotel ou Rodoviária. Poucas lojas tinham sido terminadas e as que foram logo ocupadas pouco serviam aos moradores, como é o caso das que foram vendidas a uma Revendedora de Automóveis.

Tempo e custo são apenas indicativos dos maiores problemas vividos por todos os que participaram da incorporação. A partir deles é possível pensar as transformações que se processaram na história da país e que se refletiram no **CJK**. A começar pelo público que foi atingido com a propaganda de lançamento da incor-

poração e que se dispôs a ali adquirir um apartamento. Motivações variadas induziram à compra, dentre elas certamente a necessidade de um local para moradia. Como já dissemos, os que tinham esse problema no início dos anos 50 não puderam esperar a década de 70 para resolvê-lo. Tiveram que encontrar outra alternativa e, em muitos casos, foram obrigados a vender os apartamentos durante a construção.

O equipamento urbano que o empreendimento pretendu oferecer aos moradores e à população de Belo Horizonte acabou não se concretizando. Nesse meio tempo, a cidade se desenvolvera aceleradamente, criando novos espaços e alterando a sua área central, o que punha em xeque o projeto original influenciando, inclusive, para sua modificação. É o caso da área reservada inicialmente à Estação Rodoviária que, não tendo sido feita imediatamente, acabou se tornando inviável. Nos anos 50, uma estação rodoviária do porte da que fora planejada com aquela localização teria sido uma alternativa viável. Não o foi na década de 60, quando a expansão do centro urbano demandava um espaço mais amplo e com outra localização.

Alguns fatores nos parecem decisivos para a compreensão dos motivos pelos quais a construção do CJK se arrastou por duas décadas e meia, e das mudanças que esse tempo imprimiu à idéia plantada no imaginário dos moradores de Belo Horizonte em 1951.

O primeiro e mais importante foi, sem dúvida, a superação do populismo consubstanciada do golpe de 64, fato que orientou um fazer político de novo tipo, novas regras para a vida econômica e o questionamento dos símbolos de poder anteriores.⁴⁹

49 - Sobre as mudanças processadas no Brasil pós-64 ver: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, 1984; MARTINS, 1977; ALVES, 1984.

Assim, o envolvimento do Estado, num empreendimento originário da concepção política que se buscava aniquilar, foi condenado pelos novos homens do poder. Com isso, o Estado de Minas Gerais, por exemplo, se tornou um condômino inadimplente do **CJK**, a partir de 1964. Não é demais lembrar que, além de "avalista moral" do empreendimento, o Estado forneceu o suporte financeiro fundamental para o seu desenvolvimento até o ano de 1960⁵⁰.

Em segundo e, de certa forma, relacionado ao exposto acima, há que se levar em conta o crescimento e desenvolvimento de Belo Horizonte, ao se pensar a idéia e a história do **CJK**.

No início da década de 50, conforme aponta LEMOS (1988:186), o centro de Belo Horizonte confirmou em seu espaço a transição para a metropolização. Nesse período, assinala, "consolida-se a vocação do centro como local de moradia verticalizada, atendendo principalmente às demandas dos grupos de médio e alto poder aquisitivo". É nesse contexto que, no Brasil, ganha força a arquitetura enquanto "máquina de morar" inspirada nos ditames de Le Corbusier.

"Ela acompanha o projeto de se construir o futuro, e o centro, espaço-síntese da cidade, torna-se o lugar da sedução, o cenário da múltipla funcionalidade. É todo um mundo ostentatório e artificial que vai definir as fantasias do edifício de moradia moderno, de acordo com o imaginário coletivo da época."⁵¹

Desta forma, a idéia do **CJK** oferecida à classe média da capital em 1951 aparecia como algo inusitado e revolucionário. O projeto de Niemeyer era a própria modernidade a ser instalada no

50 - Ata da 89ª Sessão da Comissão de Fiscalização - 09 fev. 61.

51 - LEMOS, 1988, p. 223.

centro da cidade. Ter ali um apartamento era desejo de boa parte dos moradores que perseguiram hábitos de vida mais modernos, condizentes com o novo tempo que se anunciava.

Se é essa a situação do centro de Belo Horizonte no início da década de 50 - "local onde se concentravam as moradias e fetiches do mundo artificial, ditando seus modismos, criando uma atmosfera irresistível"⁵² - muito diferente ele se apresenta 20 anos depois, quando o **CJK** começa a ser habitado. Todo o apelo da modernidade inscrito na sua concepção e propaganda não mais funcionava, sendo substituído, isto sim, por uma suspeição generalizada, advinda tanto da história de sua construção, como do novo estado de ânimo instalado no país desde 1964.

Em 1970, o novo ou moderno tinham outra conotação, bastante distinta da vigente nos anos 50. A própria arquitetura moderna tinha outras características muito distantes no sentido coletivista impresso no projeto de Niemeyer para o **CJK**. No início da década de 70, em pleno milagre brasileiro, Belo Horizonte, como as demais capitais do país, vivia um processo de expansão desmensurado, com a abertura de novos bairros e o crescimento significativo da indústria da construção civil. Novas opções de moradia eram oferecidas à classe média que, impedida do acesso à casa individualizada nos bairros nobres como a Pampulha ou o Mangabeiras, buscava a opção coletiva, mas de forma a mais individualizada possível. Havia uma rejeição explícita, naquele momento, aos prédios de apartamentos muito grandes, pois eles lembravam os conjuntos habitacionais populares construídos pelo BNH⁵³. A classe média, no seu afã de se diferenciar das camadas populares e de se assemelhar aos ricos, abandonava o centro da cidade, já nesse momento uma área praticamente comprometida. A rapidez com que se deu a degeneração da área central de Belo Horizonte é atribuída

52 - LEMOS, 1988, p. 223.

53 - A sigla BNH passou inclusive a ter uma conotação pejorativa. Quando se critica uma concepção arquitetônica pobre e feia, até os dias de hoje se diz que ela parece um "BNH".

por LEMOS aos impactos causados pelas intervenções do poder público, que revelaram uma segregação social nos seus espaços, e à destruição de marcos de referência e do meio ambiente que levou a uma perda de identidade coletiva do lugar já modificado pela concentração de atividades.⁵⁴

Mas não só a decadência do centro ou a rejeição do coletivismo presente na concepção arquitetônica do **CJK** contribuíram para a degenerescência de sua imagem. No início dos anos 70, sob o clima de repressão instaurado no país, temia-se um lugar como aquele. A aglomeração de pessoas, mesmo que em casa, era vista como perigosa. O controle sobre uma comunidade tão grande e diversificada era quase impossível. E a arquitetura dos prédios facilitava os encontros ou desencontros - dependendo do que fosse mais temível.

A polícia política, a polícia de costumes e os guardiães da ordem estiveram desde o início atentos àquela colméia humana. A tudo isso, somavam-se os olhos vigilantes dos pais das meninas da classe média que eram proibidas de entrar ou mesmo passar perto do **CJK**.

54 - Tal degeneração do centro pode ser percebida pela queda do preço da terra na região, apontada em pesquisa do Plambel sobre o mercado de terra em Belo Horizonte. Confira: LEMOS, 1988, p. 234.

4 - MORANDO NA TORRE VIGIADA

Conforto x Desconforto: o avesso do imaginário

Conjunto arquitetônico da praça "Raul Soares", o **CJK** prometia, na época em que foi lançado, um novo estilo de morar, confortável, prático e moderno. O apelo da propaganda girava em torno da praticidade e do conforto que o empreendimento oferecia, além da oportunidade de aquisição de apartamento em um verdadeiro monumento moderno. Também enquanto investimento, o "negócio" era promissor, pois oferecido a preço de custo.

Se tomarmos o material publicitário (fotos, maquetes, etc.), veremos que o empreendimento se destinava a uma clientela de classe média com hábitos pequeno-burgueses. Os próprios desenhos de Niemeyer sugerem esse tipo de público alvo, ao expor homens e mulheres bem vestidos, trazendo consigo casacos, pastas ou bolsas e transitando pelo hall dos edifícios com elegância e desenvoltura.

A proposta do conjunto arquitetônico, com vários tipos diferentes de apartamentos e ampla infra-estrutura de serviços, pretendia ser a opção de moradia própria para um funcionário público, um pequeno comerciante ou mesmo um profissional liberal em início de carreira. Além disso, como Belo Horizonte era uma cidade jovem e promissora, do ponto de vista do desenvolvimento, um empreendimento do porte do **CJK** pretendia servir como opção para as famílias que desejassem mandar os filhos estudar na

capital¹. Adquirindo um apartamento no conjunto, não só a questão dos estudos dos jovens do interior estaria resolvida como também os pais lucrariam, tanto em termos financeiros, com a expectativa de valorização crescente do empreendimento, como em termos do conforto advindo do fato de se ter um apartamento no centro da capital, para fins de semana ou férias.

A oferta dos apartamentos do CJK era tentadora. Exercitava a imaginação e a fantasia das pessoas que abrissem a brochura de propaganda. Todos ficariam fascinados com os desenhos de Niemeyer, para os espaços coletivos e para os apartamentos. Estes eram de 11 tipos diferentes: maior ou menor, com 1, 2 ou 3 quartos, duplex ou não, com ou sem dependências de empregada, no Bloco "A" ou "B", voltado para o nascente ou para o poente e no andar preferido, do 8º ao 34º no Bloco B, ou do 5º ao 23º no Bloco A.²

Tendo em vista o capital disponível para o investimento, as opções do comprador eram muitas e podiam ser feitas considerando-se o tamanho ou o tipo do apartamento preferido.

Além de toda a infra-estrutura de serviços e lazer contemplada no projeto, também os apartamentos contariam com dispositivos poucos comuns nas casas naquela época. Um sistema de aquecimento de água centralizado e permanente garantiria água quente em todas as torneiras dos apartamentos. Um sistema de

1 - Algumas pessoas entrevistadas, nascidas em cidades do interior de Minas, fornecem um depoimento interessante sobre essa questão. Dizem que a propaganda e venda dos apartamentos do CJK em algumas dessas cidades adquiriu uma conotação quase oficial. Em Teófilo Otoni, importante cidade do norte do Estado, o prefeito convidou os chefes das famílias mais abastadas para uma reunião com o corretor, responsável pelas vendas das cotas de incorporação. O empreendimento era apresentado como o que havia de mais moderno na capital e avalizado pelo governador Juscelino Kubitschek. Entrevista - 17-01-89.

2 - Os primeiros andares dos dois blocos não estavam disponíveis para a venda porque, segundo o projeto original, os primeiros três andares do Bloco A haviam sido reservados para a instalação de um hotel e os 7 primeiros do Bloco B, para as instalações das repartições públicas estaduais.

sucção potente e moderno daria exaustão de ar nas instalações sanitárias e nas cozinhas³. A instalação de venezianas móveis (brise-soleil) proporcionaria ventilação natural aos corredores do 3º ao 34º andares do Bloco B, além de resolver o problema do excesso de sol nos apartamentos de janelas voltadas para o poente.

É importante notar que a maior parte desses dispositivos não possui hoje qualquer utilização. O sistema de aquecimento de água por exemplo, foi usado durante pouco tempo, quando do início da ocupação do prédio. Segundo alguns moradores, o sistema era tão eficiente, que muita gente do condomínio recebia visitas que vinham ao **CJK** especialmente para tomar banho.⁴ Com essa prática, as contas do condomínio aumentaram absurdamente, obrigando a administração a desativá-lo.

Também o equipamento das venezianas (brise-soleil), muito eficaz para barrar o sol, permitindo a ventilação, deixou de funcionar há um bom tempo. Os trilhos que as sustentam encontram-se enferrujados, impossibilitando o seu movimento.

Outro dispositivo que deixou de funcionar é o de ventilação dos corredores. O Bloco A tem uma de suas paredes laterais, próxima do hall dos elevadores, construída em tijolos furados com o objetivo de permitir a entrada de ar, para circular pelos corredores e tendo saída pelo teto, através de aberturas feitas com esse propósito. Funcionou durante muito tempo, mas tal dispositivo encontra-se hoje desativado; a síndica, ao descobrir que essas aberturas no teto vinham funcionando como esconderijo para drogas, mandou fechá-las. Então, o vento, nos corredores, passou a ser, às vezes, intenso.

3 - Sobre esse aspecto é importante salientar que, na sua maioria, cozinhas e banheiros dos apartamentos não possuem janelas.

4 - Entrevista com morador - 21-02-89.

As soluções que esses aparelhos propõem eram novas e configuravam o funcionamento da casa de modo racional e moderno. Desde há muito, no entanto, a arquitetura se dedicava às funções distributivas, prática e climática que podem ser percebidas nessas soluções. Para BÉGUIN (1978), desde o século XIX, estão confiadas ao espaço arquitetural essas funções positivas que engajam a concepção de conjunto do edifício e de seu meio ambiente imediato. Elas orientam uma distribuição regulada dos indivíduos uns em relação aos outros, facilitam a realização dos gestos domésticos e permitem a captação e a circulação de luz e ar, além da condução de fluidos como água e gás. Mas, se no século XIX a arquitetura atuou redefinindo as normas de funcionamento da casa, ao levar em conta o custo econômico e social do desconforto a que estavam submetidos os pobres, no século XX sua atuação se fará, respaldada por uma técnica mais e mais arrojada, no sentido da domesticação do universo da casa. Isto significa que a história do universo doméstico, nos dias atuais, transcende a arquitetura e passa pelo exame de técnicas e aparelhos utilizados para tornar esse universo cada vez mais doméstico.

Dessa maneira, a arquitetura se constituiu, ao lado da arte da jardinagem, do aparelho de distribuição de água a domicílio, das técnicas de ventilação e de iluminação e dos equipamentos como garagem, telefone, rádio e televisão, em um dos "múltiplos operadores de domesticação", reunidos no que chama BÉGUIN de a "grande empresa de reengajamento autoritário de todo o território urbano". Autoritário porque esse reengajamento está fundado num processo de interiorização de práticas anteriormente realizadas de forma pública - como os banhos, nas termas e nas casas-de-banho, ou no próprio processo de informação através dos cinemas e dos meios de comunicação, desenvolvidos e aperfeiçoados antes da televisão, do rádio e do telefone. Mesmo as práticas sexuais terão que ser conformadas ao espaço da casa, tomando-a aparentemente cada vez mais autônoma e auto-suficiente, ao

mesmo tempo que vê crescer a sua dependência em relação aos aparelhos que lhe permitem controlar o seu meio ambiente.

Para SENNET (1988:35), nesse processo de privatização do domínio público, a família deve ser tomada como escudo, porque se revela cada vez mais como um refúgio idealizado, um mundo exclusivo, com um valor moral mais elevado que o domínio público. A privacidade e a estabilidade parecem estar unidas na família. Ao se interiorizarem as práticas antes publicamente realizadas, o conforto se impõe como uma disciplina suave, capaz de acostumar as pessoas a um bem-estar doméstico que elas tudo farão para manter.

A idéia da domesticação está presente no projeto de Niemeyer para CJK de forma inovadora. Nele, as maquinarias estão distribuídas mais no prédio que nos apartamentos. É certo que elas atingem também o interior dos apartamentos através, por exemplo, dos equipamentos para aquecimento da água ou sucção do ar nos banheiros e cozinhas. Mas a maior parte dessas maquinarias estão distribuídas pelo espaço dos prédios. A idéia era de que o lar fosse não apenas o apartamento, mas todo o prédio. A integração dos serviços que se pretende oferecer ao espaço da vida privada de cada morador deve ser vista como um recurso que pretende disciplinar uma (con)vivência diferente e mesmo inédita, naquele momento, em Belo Horizonte.

O público de classe média para o qual a proposta do conjunto habitacional foi dirigida interpretou-a, na época, como uma possibilidade real de emancipação dos serviços domésticos. Para um público de recursos financeiros não muito expressivos, que nem sempre podia pagar empregados para o serviço doméstico, apartamentos pequenos e práticos do ponto de vista da limpeza, sustentados por uma infra-estrutura coletiva de serviços variados, significa-

vam uma experiência de aburguesamento desejada pelo conjunto de classe média urbana no Brasil nos anos 50.

Foi nessa perspectiva, por exemplo, que a D^a Inês e o Sr. Selimo⁵, recém-casados no início dos anos 50, se decidiram pela compra de um apartamento no **CJK**. Foram os serviços oferecidos no projeto que os atraíram. "Aquilo foi uma revolução na época", afirma o Sr. Selimo. "Se você precisasse de alguma coisa, uma roupa para lavar, uma empregada para arrumar o quarto, uma babá para as crianças, uma refeição de última hora, tudo isso você encontraria no conjunto", diz-nos D^a Inês. Ela, na verdade, afirma que nunca pensou em se mudar para lá, visto que morava em um bairro distante do centro da cidade e, por isso mesmo, muito aprazível, "quase na roça". Como era dona-de-casa, D^a Inês pensava no apartamento de um quarto no **CJK** como refúgio de fim-de-semana. Era a possibilidade de estar no centro da cidade para passear, ir a um cinema ou ao teatro, olhar as vitrines ou ir a uma confeitaria. E, o que era mais importante, ficar livre das exaustivas obrigações domésticas. Já o marido afirma que pensou em se mudar em definitivo para o conjunto, uma vez que ainda não tinham casa própria. Mesmo o apartamento sendo pequeno, eles se acomodariam bem por lá, tendo em vista os serviços oferecidos pelo condomínio.

O projeto de Niemeyer propunha uma forma de morar inteiramente original na época. Quem comprou um apartamento no **CJK** quando do lançamento da incorporação, estava, mesmo sem saber, revolucionando hábitos e costumes e, de certa forma, admitindo soluções práticas e econômicas para problemas que a aceleração do crescimento da cidade viria exacerbar. A economia de tempo por exemplo, que uma casa pequena e modernamente equi-

5 - Entrevista - 17-11-88.

pada poderia significar era fator considerável, num momento em que todo o país tinha pressa para alcançar de vez o desenvolvimento. Mesmo que essa pressa impusesse perdas com relação a hábitos provenientes de tempos mais calmos, elas seriam compensadas por um conforto associado, acima de tudo, a um estilo de vida moderno.

Para as camadas de classe média que, no início dos anos 50, viam concretamente a possibilidade de melhorarem sua condição de vida, contraíndo hábitos burgueses de viver e morar, o **CJK** surgiu como um baluarte. Comprar ali um apartamento era estar em consonância com a modernidade e admitir profundas mudanças de hábito, principalmente para quem morava em casas. Cozinhas e banheiros sem janelas eram então algo quase impensável pela maioria das pessoas. Apartamentos sem área de serviço também⁶. Mas isso podia ser irrelevante para um público interessado acima de tudo em adquirir, na aparência, uma condição burguesa. A fase moderna e arrojada do projeto arquitetônico contava muito mais que a estranheza que alguns de seus itens poderia causar.

E não era apenas o espaço interno dos apartamentos, com suas divisões pouco comuns, que atraía a atenção dos interessados. Mais do que isso. O que de fato aparecia como revolução era possuir um apartamento em um prédio imponente. Isso deixava clara a ousadia de seus moradores, que não temiam as mudanças provocadas pelo progresso. Dessa forma, um outro fator a pesar na decisão de tomar parte na incorporação do **CJK** foi a necessidade de estabelecer uma harmonia com o futuro.

6 - Sobre esse aspecto, é interessante pensar que a maioria dos moradores do **CJK** é obrigada a lavar sua roupa fora de casa, porque os apartamentos simplesmente não comportam essa atividade. Se a lavagem de roupa no entanto, não é impossível, já que ela pode ser feita no banheiro, sua secagem o é. Mesmo porque a administração do condomínio mantém férreo rigor contra a utilização das janelas para tal procedimento, o que todavia não impede que, ao olharmos para a fachada dos prédios, nos deparemos com diferentes peças de roupas à mostra. Durante algum tempo, chegou a funcionar no Bloco A uma lavanderia comercial que não servia exclusivamente aos moradores do conjunto. Já não funciona mais.

Foi nesse sentido que D^a Francisca Elfride⁷, uma carioca que se mudou para Belo Horizonte quando se casou no final dos anos 40, convenceu o marido a comprar um apartamento no **CJK**. Ele inicialmente reagiu à idéia por estranhar o tipo de moradia proposta, mas acabou se convencendo, pelo entusiasmo de sua esposa. D^a Francisca, que achava Belo Horizonte uma cidade muito provinciana naquela época - e ainda acha até hoje, conforme afirmou - ficou maravilhada com o folheto publicitário que foi entregue na sua casa (o casal então morava em casa própria no bairro São Pedro, local onde ainda reside D^a Francisca). Os argumentos que ela usou para convencer o marido diziam respeito ao bom investimento que fariam ao adquirir um apartamento, como imóvel de aluguel que, ela estava segura, teria ampla aceitação no futuro. As casas comuns naquela época com muitos cômodos e áreas externas trabalhosas, estavam fadadas ao desaparecimento, segundo D^a Francisca. Ela achava que apartamentos eram mais condizentes com os tempos modernos e via como revolucionária a proposta de Niemeyer de oferecer serviços coletivos como restaurante, lavanderia e hotel num edifício residencial. O apartamento que compraram tinha 3 quartos e dependências de empregada, sendo o mais caro entre as diversas opções. O marido de D^a Francisca era representante e comprou as cotas de incorporação como investimento. O casal nunca morou no **CJK** e vendeu o apartamento ainda na década de 60, antes do término da construção. Apesar de desiludida com a demora e a depreciação do projeto, D^a Francisca considera que não foi um mau negócio do ponto de vista financeiro.

Foi também enquanto investimento que um apartamento no **CJK** atraiu a atenção do Sr. Armando em 1953⁸. Nessa época, ele era proprietário de uma pensão na rua Guarani, centro da cidade, e residia com sua família no mesmo imóvel. No início, o Sr. Armando não pensou em se mudar para o apartamento de dois

7 - Entrevista - 14-11-88.

8 - Entrevista - 17-11-88.

quartos adquirido com uma herança recebida por sua esposa. Apenas fazia um investimento que julgava extremamente seguro e confiável, já que se tratava de uma iniciativa de Juscelino Kubitschek, de quem o Sr. Armando é ainda hoje admirador confesso. Além disso, a presença de Rolla e Niemeyer no empreendimento só atestavam a sua magnitude, no entender do Sr. Armando.

Muitos anos se passaram, todavia, até que o **CJK** pudesse ser habitado. Nesse meio tempo, muita coisa aconteceu na vida do Sr. Armando: perdeu a esposa, vendeu a pensão, os filhos se casaram. Quando, em 1971, o apartamento foi entregue, ele e a filha Dora Alice, com a família, foram dos primeiros moradores a se mudar para o prédio. Moram até hoje num apartamento do 8º andar do Bloco B, apesar de uma interrupção de alguns anos. Voltaram ao **CJK** desde o final dos anos 70 e não pretendem mais deixar o apartamento, que os satisfaz plenamente.

Seja como opção de investimento ou moradia, aqueles que compraram apartamentos no **CJK**, na época do seu lançamento, podem ser vistos como pessoas ousadas. Isto porque o projeto de Niemeyer previa um estilo de morar ao qual as pessoas não estavam acostumadas.

Enquanto os que compraram os apartamentos estavam plenamente convencidos das vantagens do projeto, os demais habitantes da cidade se assustavam e temiam o futuro daquele empreendimento; duvidavam que seus moradores fossem capazes de uma disciplina e convivência harmoniosas, num espaço reduzido com tão densa ocupação.

A casa e a rua: dicotomias do olhar

Embora a maioria dos moradores de Belo Horizonte tenham do **CJK** uma impressão de "favela vertical", "pardieiro", "espelunca", quando percorremos o seu interior nos impressionamos com a limpeza dos seus espaços comuns e com o imenso vazio de suas áreas internas. Os corredores do Bloco A, verdadeiras ruas, ladeadas por portas, com iluminação artificial, provocam medo pelo vazio e silêncio permanentes. Só temos certeza de que moram pessoas atrás daquelas portas quando ouvimos um ruído de televisão, ou sentimos o cheiro de uma refeição que está sendo preparada.

Os corredores do Bloco A, com 85 metros de comprimento de um dos lados, por 1,75 de largura, ligam os apartamentos como uma rua reúne diferentes unidades residenciais. Mas nas ruas do **CJK** não há vida, nem luz do dia, a não ser quando uma porta é deixada entreaberta ou mesmo aberta.

Alguns moradores do Bloco A têm o hábito de deixar a porta do apartamento entreaberta para permitir maior circulação de ar. Como as paredes de vidro, a depender da posição do sol, funcionam como reservatório de calor, transformando os apartamentos em verdadeiras estufas, alguns deles criaram soluções interessantes. Uma simples trave de madeira, pendurada à corrente da tranca de segurança da porta, funciona de modo a permitir uma abertura estreita e constante, por onde o vento sem saída nos corredores entra no apartamento e funciona como verdadeiro ar condicionado.

Quando entramos em um apartamento do **CJK**, a sensação de isolamento é total. Não se percebe vizinhos quando se está dentro de casa. Muitos não se dão conta de que possuem vizinhos, vivendo num isolamento quase total. Os que se relacionam

com os vizinhos, quando muito são vistos conversando debruçados nas janelas. Os contatos pelas janelas são mais comuns do que nos corredores.

Os apartamentos, com suas paredes externas de vidro, são todos voltados para fora, para a cidade, permitindo avistá-la de diversas e atraentes formas. "Melhor que ver televisão é se debruçar na janela e ver a cidade, as luzes e o contorno da serra ao fundo" diz um morador. De fato, a vista que a maioria dos apartamentos do CJK proporciona é extremamente bela, permitindo "apreciar o perfil e o movimento contínuo da urbe". Como a Signora Zenobia do conto de Poe, sentimo-nos também possuídos pelo desejo incontrollável de subir ao "pináculo capaz de provocar vertigens e dali vislumbrar a imensa extensão cidade"⁹. É de se pensar, inclusive, por que até hoje não brotou na comunidade a vontade de explorar, mesmo comercialmente, o "gozo de vislumbrar a metrópole das alturas". Afinal o 36º andar e mesmo o terraço superior a ele no Bloco B permitem "ver de cima a totalidade da cidade", ritual que desde a edificação da Torre Eiffel tem atraído multidões.

Há, pois, um fato extremamente interessante quando observamos o espaço interno e o espaço externo do conjunto. Por dentro ele sugere ordem, limpeza, disciplina. De fora a impressão que se tem é de desordem, sujeira e baderna. Essas duas impressões, simétricas em sua polaridade, podem ser uma das chaves para captar, ainda que fugazmente, a síntese de uma realidade contraditória representada exemplarmente no CJK. Os paradoxos reunidos na sua concretude atestam os diversos quereres que o fundaram, dando-lhe vida e projetando suas imagens. E essas imagens acabam sendo tantas quantos são os olhares que o contemplam. Este é o fulcro da nossa análise: o CJK como síntese

9 - O conto "A Predicament" (Um Aperto) é analisado por SEVCENKO, 1984, p.69-84.

se entre a idéia, nascida num momento fecundo da história do país e de seu povo, e a sua própria história enquanto obra, experiência real vivida por pessoas de outro tempo.

O **CJK** não é, portanto, aquilo que Niemeyer queria que ele fosse, nem o que Juscelino pretendeu. Também nunca foi o sucesso imobiliário planejado por Joaquim Rolla. Tampouco é o que os moradores de Belo Horizonte pensam que ele seja, e nem mesmo o que seus próprios moradores querem que ele pareça. Assim, monumento indissociável do seu tempo, o **CJK** carrega o fardo de ser, simultaneamente, desilusão, para quem alguma vez se iludiu, e constatação do fracasso para aqueles que nunca tiveram ilusão. Um insucesso, enfim. Mas não um insucesso qualquer, desses capazes de serem esquecidos. Porque não há como evitá-lo, escondê-lo ou ignorá-lo; sua esmagadora visibilidade não o permite.

Pesam sobre ele vários estigmas: o da inadequação da sua proposta, o do preconceito contra os seus idealizadores e, principalmente, o do olhar conservador dos moradores da cidade. As objeções levantadas ainda quando do lançamento da idéia são as mesmas manifestadas até hoje. A maior delas, que diz respeito à dimensão do conjunto habitacional proposto, incomoda até mesmo ao arquiteto. Quando entrevistado, Niemeyer¹⁰ - que não gosta de falar no assunto **CJK** - atribuiu parte do insucesso da obra à sua dimensão. "Aquilo era muito grande", afirma o arquiteto. "Como os proprietários eram muitos, as decisões quanto aos rumos da construção tornavam-se muito difíceis, o que inviabilizou o projeto."

Se o desgosto de Niemeyer com esse filho bastardo - essa é a forma como ele o encara - é facilmente percebido, difícil é imaginar os motivos que o levaram a participar de um projeto que ele mesmo afirma "sem importância" por seu caráter puramente

10 - Entrevista com Oscar Niemeyer. Rio, 21-06-89.

imobiliário. Mas essa é uma questão bastante subjetiva e que foge ao plano das nossas considerações. De qualquer maneira, é importante lembrar que o **CJK** não é o que foi planejado. Esta, certamente, a grande mágoa do arquiteto. Mas se a história/realidade desses dois prédios incomoda tanto ao técnico que os projetou, é ela todavia que nos fornece os elementos que instigam a reflexão.

Dois aspectos chamam a atenção quando nos encontramos no interior dos dois prédios, ou dos apartamentos, e mesmo quando os observamos de fora. Internamente, eles são assépticos, e permitem o isolamento total quando se está "em casa". Algo próximo ao dos prédios japoneses de Tóquio do final deste século: estruturas imensas, repletas de células individuais que permitem privacidade completa. Vistos de fora, ou das janelas dos apartamentos, o que impressiona é a distância entre os prédios e a rua. É como se eles se destacassem do chão, projetando-se para o alto e impondo-se sobre a cidade. Suas áreas externas, constituídas pelas lajes de cobertura das lojas e garagem, são imensas e parecem não pertencer aos edifícios. Talvez os moradores as vejam como "rua", o que permitiria entender por que é comum o hábito de se atirar lixo pela janela. Isso aproxima os moradores do monumento moderno a práticas tidas como medievais.

O problema do lixo, que em muito contribui para a má impressão externa do **CJK**, é singular. A qualquer momento em que se observe as áreas descobertas dos edifícios, percebe-se dejetos sobre elas. Como essas áreas são acessíveis a quem se dirija às sobrelojas do Bloco A, onde funcionam algumas repartições públicas, o lixo depositado em sua superfície é visível e contribui, de fato, para a imagem de "favela" do conjunto.

O hábito de atirar o lixo pela janela, tão pouco condizente com a modernidade, persiste, apesar da constante vigilância dos administradores. O fato talvez possa ser explicado pela dificuldade de acesso às lixeiras daqueles moradores que, no Bloco A, tenham

o seu apartamento no lado oposto àquele onde elas estão instaladas. Isso pode significar, para alguns, ter que percorrer 85 metros para se ver livre do lixo. Mais fácil, sem dúvida, é atirá-lo pela janela. Se pensarmos que as áreas externas ficam entre os prédios e a rua, é possível que elas sejam encaradas como a última, ou seja, dependendo da necessidade, a rua pode servir como depósito de lixo. A casa, nunca. Só nesse sentido se pode entender o contraste entre a assepsia das áreas internas e a sujeira dos pátios externos.

Mas não é apenas a distância entre o **CJK** e a rua que impõe nossa reflexão. Mais do que isso, o que nos instiga é a distância entre o seu projeto e o que hoje é. O abismo existente entre a idéia e a história desse monumento da arquitetura moderna é do tamanho do fosso que separa o Brasil, pensado e sonhado nos anos 50, do Brasil que conhecemos hoje. Não há como entender o **CJK** sem pensar o que foi feito dos sonhos e projetos deste país e do seu povo... Impossível compreender a história desse conjunto habitacional se não levarmos em conta a sua proposição e sua realidade hoje.

Da mesma forma, achamos que é possível pensar o Brasil compreendendo a proposta do **CJK** e sua história. A trajetória do projeto, tanto o que foi feito e a maneira como o foi, quanto o que deixou de ser feito reflete, no concreto e no imaginário, as transformações processadas na estrutura sócio-econômica e mesmo na vida política dos cidadãos neste país.

Projetado e construído para ser habitado por pessoas e famílias da classe média, o **CJK** assistiu à sua própria deterioração quando, na década de 70, passou a ser ocupado por pessoas de poder aquisitivo muito inferior ao que tinha sido imaginado pelos seus planejadores. Tanto assim que dispositivos modernos e funcionais, como os de exaustão e aquecimento, instalados nos dois

prédios tiveram vida breve. Os moradores, na sua maioria pessoas de baixo poder aquisitivo, não tinham como sustentar o condomínio com despesas tão elevadas.

É como pensar o Brasil, um país que, desde os anos 50, produz automóveis, com modelos cada vez mais sofisticados, e eletrodomésticos sempre mais práticos e modernos, para uma população que não tem ainda seus problemas fundamentais resolvidos como, por exemplo, o da sua moradia e nutrição. Além disso, como o projeto do **CJK** praticamente não considerou a realidade da Belo Horizonte, onde ele iria se instalar, o confronto entre a sua estrutura gigantesca e os limites físicos da cidade foi problemático, tanto durante a construção, como nos primeiros anos da sua ocupação.

Conta um morador que, no início da construção, os engenheiros tiveram muito trabalho com a fundação do "Bloco B" porque o terreno era alagadiço e estruturalmente frágil. Isso não só atrasou os trabalhos de fundação como encareceu muito a construção.

Já os primeiros moradores do prédio se lembram bem do problema de abastecimento de água que viveram no início dos anos 70. Foram obrigados, muitas vezes, a buscar água nos postos de gasolina próximos à praça "Raul Soares", porque o abastecimento do prédio não se encontrava ainda normalizado¹¹.

Sem dúvida, o projeto do **CJK** sintetiza o "novo Brasil" que se desejava construir nos anos 50. A Arquitetura de Niemeyer expressava o que havia de mais arrojado na sociedade brasileira de então: o desejo de ser simples, eficiente e moderno; de estar em consonância com o que havia de mais avançado no mundo com

11 - Belo Horizonte, assim como São Paulo, o Rio de Janeiro e outros grandes centros urbanos do Brasil, sofreu por muitos anos o problema da falta d'água para abastecimento de toda a população. Essas cidades, que desde a década de 50 se expandiam aceleradamente, conviveram durante anos com o esgotamento da capacidade de captação e distribuição de água, problema que só foi resolvido em meados dos anos 70.

relação a costumes, forma de morar, etc. e também com a técnica mais desenvolvida da construção civil; de se buscar a solução coletiva para o problema da habitação, como a economia determinava. De se voltar para o futuro porque era ele que importava. Sobre o passado, obviamente, não era possível influir, mas em relação ao futuro, nós, brasileiros, tudo podíamos naquela época.

Mas o que tudo podíamos então foi se restringindo a tal ponto que, passados vinte anos, podíamos cada vez menos. Os sonhos, expectativas e desejos dos brasileiros de se tomarem independentes, auto-suficientes e desenvolvidos foram cedendo lugar a uma certa desesperança, pelo menos do ponto de vista coletivo. Na década de 70, quando se acentua o abismo entre ricos e pobres no país, os projetos e sonhos são pessoais e não mais coletivos como aparentavam ser nos "anos dourados".

Assim, em boa parte, as pessoas que compravam apartamentos no **CJK** foram obrigadas a vendê-los, pois não tiveram meios de sustentar o investimento. Mesmo os interesses comerciais sobre o empreendimento arrefeceram, causando sucessivas substituições de contrato da incorporação e restringindo cada vez mais a monumentalidade da obra, ao eliminar uma série de equipamentos que o projeto previa, ou mesmo ao utilizar materiais de acabamento mais pobres do que o arquiteto havia previsto. Sobre essa questão, Niemeyer lamenta o fato de que a parte externa da construção tenha sido muito prejudicada em função dos recursos escassos, como ele acredita. "Os acabamentos são ruins, os revestimentos também, onde devia ser concreto não foi, e isso tudo deu um ar muito pobre ao edifício", afirma o arquiteto.

Quando o conjunto começou a ser habitado, uma boa parcela da classe média para a qual ele fora planejado não mais se dispunha a morar no centro da cidade. As famílias que haviam comprado os apartamentos no lançamento da incorporação e que,

no decorrer desses quase vinte anos, haviam subido na escala social através do aumento do seu pecúlio, já não admitiam, em 1970, morar num edifício tão impessoal, e naquela localização. Nesse momento, o Brasil vivia a euforia do "milagre econômico", o que influenciou de forma decisiva no imaginário social, transformando qualitativamente as aspirações pequeno-burguesas.

Se, nos anos 50, morar no **CJK** significava ser moderno e arrojado, e obter uma distinção positiva com relação aos demais habitantes da urbe, nos anos 70, a qualidade dessa distinção havia mudado radicalmente, diminuindo a possibilidade de uma família ou mesmo um cidadão em escala social ascendente pensar em morar no conjunto.

Na década de 70, como já assinalamos, as opções de moradia para a classe média eram muitas em Belo Horizonte. O crescimento da cidade, a abertura de novos bairros - como Gutierrez, Anchieta, Cruzeiro, Alto Santo Antônio, etc. - e a oferta de imóveis de novo tipo (prédios menores e mais personalizados) atraíam aqueles que anteriormente se encantaram com o centro enquanto local de moradia.

O "milagre econômico" não produziu somente riqueza. A riqueza que ele produziu foi diretamente proporcional à pobreza originária da perversa concentração de renda praticada naqueles anos. Assim, se é verdade que uns enriqueceram alterando profundamente seus hábitos de vida, também é verdade que parcelas da classe média empobreceram no contexto do milagre¹². Aquelas famílias que, nas décadas de 60 e 70, viram o seu nível de renda decair progressivamente não tiveram a mesma opção de abandonar a idéia de ir morar no **CJK**. Ao contrário, elas tiveram ali uma das poucas opções de morar barato na região central da cidade.

12 - Confira: SINGER, 1977.

Grande parte dos apartamentos foi alugada por seus proprietários desde o início. As unidades menores, na sua maioria, foram destinadas a pensionatos ou "repúblicas" de estudantes e pessoas solteiras em geral. Assim, os apartamentos projetados para, no máximo, 2 pessoas foram ocupados por um número muito maior delas, que se acomodavam precariamente para garantir um baixo custo de habitação.

Influíram sobre o processo de ocupação do **CJK**, como local de moradia, não só o empobrecimento de uma parcela das camadas médias da sociedade, na passagem dos anos 50 para os 70, como também mudanças políticas processadas no país no decorrer desses anos. No início da década de 60, a sociedade brasileira se encontrava polarizada: de um lado, aquelas parcelas que viviam ainda a euforia dos anos anteriores, até de forma mais intensa, visto que muitos pensavam seriamente na possibilidade de uma revolução que pudesse transformar as relações sociais no país; do lado oposto, aqueles grupos que, temerosos de perder os seus privilégios, se dedicavam à oposição ao governo populista de João Goulart e à conspiração, visando a uma interferência definitiva nos rumos da dominação.

Essa polarização, ao se acirrar, propiciou uma intensa campanha de "moralização" política da sociedade, que repercutiu em amplos setores e seduziu principalmente a classe média, que passou a ver com suspeição aquilo que os setores dominantes descontentes denunciavam.

A construção do **CJK**, cuja concepção era símbolo do projeto desenvolvimentista, passou a ter que conviver com problemas cada vez mais intoleráveis, indo desde a desconfiança generalizada e crescente com relação ao empreendimento que o próprio incorporador renegava (Rolla transferiu o contrato de incorporação em 1961), até as dificuldades com a receita, provenientes da falta

de condições dos condôminos de realizarem em dia os seus pagamentos. Esses problemas adiavam indefinidamente o término da obra. Se, no entanto, até 1964 o Estado praticamente garantira a continuidade da obra, foi a partir desse momento, quando ele se tornou inadimplente, que o **CJK** iniciou, com efeito, a sua decadência moral e mesmo física. Isso faz pensar que sua estrutura só era possível subsidiada pelo Estado.

O fato de o Estado de Minas Gerais ter parado de pagar as prestações relativas à sua participação na incorporação, em 1964, não deve ser visto como apenas mais um problema. Certamente, a recusa dos novos dirigentes do Estado em se envolver com iniciativas que de antemão foram julgadas condenáveis, fruto que eram de uma situação política anterior ao abril de 64, contribuiu, de forma decisiva, para essa decadência. Não só do ponto de vista financeiro imediato a decisão do Estado influiu sobre o futuro do **CJK**, também do ponto de vista da confiabilidade ele foi muito abalado porque, afinal de contas, a presença do Estado na incorporação sempre fora a garantia para os demais condôminos.

Já que sua retirada do empreendimento era impossível àquela altura, o Estado "saneador", moralista e repressor do pós-64 se decidiu por ocupar a parte do condomínio da qual ele era proprietário com a instituição policial¹³. Com isso, pelo menos ele tentava se certificar de que aquela colméia humana, quando em funcionamento, estaria sob controle.

Com todas essas mudanças processadas no país, e particularmente na incorporação do **CJK**, o rumo das expectativas tomou outro curso. Quando, no início dos anos 70, os apartamentos

13 - É importante comparamos a fala de Juscelino sobre a intenção do Estado com o projeto do **CJK**, na época do seu lançamento, e o que afinal acabou acontecendo em relação à parte do Condomínio, que passou a pertencer ao Estado de Minas Gerais. Da intenção inicial de instalar no conjunto as repartições públicas estaduais, entidades para-estatais, associações de classe, sindicatos, etc., o Estado acaba cedendo lugar à Polícia Federal e a uma única Secretaria de Estado: inicialmente, à de Administração e, mais tarde, à de Segurança Pública.

foram oficialmente entregues, o **CJK** era um lugar maldito em Belo Horizonte. Moças de família eram proibidas de freqüentá-lo e até passar nos arredores¹⁴. É como se, juntamente com o político que lhe dera o nome, o **CJK** tivesse sido "cassado". Por quê? Talvez porque ambos constituíssem ameaça. O estilo de um e outro era perigoso e ameaçador, porque reportava a personagens e situações estranhas àquele momento.

Nesse meio tempo, do início da década de 70 até hoje, o **CJK** experimentou vivências diferenciadas. Atingido por uma deterioração profunda, física e social, oriunda das dificuldades encontradas pelas diferentes administrações do Condomínio, ele vive hoje a recuperação da sua dignidade¹⁵. Mas esse não é um processo fácil de ser vivido no Brasil atual. Afirmam alguns moradores que a "redenção" do **CJK** está diretamente relacionada à sua atual administração. Uma síndica com "pulso de ferro" é a responsável por tal feito; pela ordem, limpeza dos prédios, assim como pela disciplina e cordialidade dos seus moradores.

O autoritarismo da atual administração do Condomínio tem sido objeto de elogios de uns tantos moradores e, ao mesmo tempo, asperamente criticado por outros.

14 - A esse respeito é interessante o depoimento de uma jovem que se mudou na época para Belo Horizonte e ouviu do pai, no interior, antes de vir: "Minha filha, não entre em carro de moço, não vá ao Xuá nem ao JK".

15 - Um morador entrevistado em 26-06-89 nos confirma essa impressão. Inicialmente, ele chama a atenção para as mudanças que vêm se processando na região vizinha à Praça Raul Soares. Toda a área tem sido modificada para atender uma demanda de ocupação mais sofisticada do que a dos últimos anos. Prédios de escritórios estão sendo construídos nas imediações do **CJK**, edifícios de moradia, além dos restaurantes do local, vêm sendo recuperados; a própria Praça sofreu uma reforma nos últimos anos, e sua fonte voltou a funcionar. Quanto à recuperação do próprio **CJK** ela também pode ser percebida, desde a construção do Terminal Turístico, no local previsto, de início, para a instalação da Rodoviária de Belo Horizonte. De 1984 para cá, o Condomínio tem cuidado mais da sua aparência externa, substituindo os vidros quebrados e ocupando alguns dos seus espaços inaproveitados, como a parte de garagem do Bloco A, que dá para a Av. Olegário Maciel, onde, em 1989, instalou-se o Olympia - uma casa noturna sofisticada - substituída 3 anos depois pela Igreja Universal do Reino de Deus, o que dá bem a mostra das possibilidades de uso do espaço no **CJK**.

Os que elogiam costumam apontar as vantagens desse autoritarismo, associando-o à moralização reinante no Condomínio nos últimos anos. Se, algumas vezes, mesmo os que elogiam não deixam de criticar os exageros da síndica em determinados casos, o mais importante, todavia, no seu ponto de vista, é que ela "tem que agir dessa forma, senão torna-se impossível administrar uma cidade como essa"¹⁶.

De fato, a administração do CJK deve ser pensada como a Prefeitura de uma pequena cidade do interior. O nível de problemas vividos pelo Condomínio pode ser facilmente equiparado ao de uma pequena cidade, cuja administração vive às voltas com problemas de caixa da Prefeitura, de manutenção de suas ruas e praças, de educação da população para manutenção do seu patrimônio, de conflito entre moradores, de delinqüência, insalubridade, promiscuidade, etc. Todos esses problemas estão presentes no dia-a-dia do Condomínio.

Não há pulso de ferro capaz de evitar o comportamento de alguns que, às vezes, fogem inteiramente às regras da boa convivência. É o caso, por exemplo, de um morador não identificado do 21º andar do Bloco A, que nos últimos tempos, tem horrorizado os vizinhos com seu hábito de desfilarem nus pelos corredores. Sempre que há alguma denúncia deste fato a polícia é chamada mas, evidentemente, ela nunca consegue flagrar o nudista anônimo.

Também não há administração, por mais vigilante que seja, capaz de impedir o funcionamento das famosas "casas de encontros" em edifícios assim tão grandes. Alguns moradores apontam, inclusive, os andares onde elas se situam e qual a sua especialidade: se servem a encontros de pessoas de sexo diferente ou se do mesmo sexo e, no caso, se masculino ou feminino.

16 - Depoimento de morador - 06-07-89.

O tão propalado "pulso de ferro" da síndica é fraco para manter a "ordem" desejada por boa parte dos moradores que vivem no CJK como se morassem num bom prédio "de família". Mas, por mais famílias de boa reputação que residam ali, a impressão que os demais habitantes da cidade guardam sobre o conjunto habitacional é a que tem raiz no impacto do comportamento marginal de alguns dos seus condôminos. É sempre esse tipo de comportamento que se transforma em notícia, passando de boca em boca, ou mesmo pelos jornais.

Para alguns, a síndica deveria agir ainda com mais rigor, expulsando definitivamente os condôminos de comportamento execrável. Há também os críticos severos desse tipo de administração, os quais, vez ou outra, já tiveram dificuldades com ela, por condenarem politicamente o seu autoritarismo.

É o caso de um morador, professor universitário, negro e jovem, que viveu uma experiência traumática em função do rigor da administração. Conforme relata em panfleto - por ele redigido e distribuído aos vizinhos - intitulado "Morador é agredido no corredor do JK", o professor, ao chegar em casa tarde da noite, acompanhado de um colega, foi barrado pelo porteiro sob a alegação de ser proibida a entrada de estranhos a partir das 22 horas. Entendendo a argumentação do porteiro - que possui ordens expressas para agir dessa maneira - o professor insistiu em subir com seu acompanhante, deixando claro ao funcionário que ele deveria dar ciência à síndica, com a qual ele - professor - se entenderia posteriormente.

O impasse não pôde, contudo, ser resolvido dessa forma. O funcionário, certamente treinado para exercer com autoridade a sua função, tentou impedir à força que sua ordem fosse desobedecida. Desligou a luz, interrompendo o elevador e prendendo no seu interior, por 30 minutos, o professor e seu colega. Não bastasse isso, chamou a polícia, que recebeu os dois no 26º andar

O tão propalado "pulso de ferro" da síndica é fraco para manter a "ordem" desejada por boa parte dos moradores que vivem no CJK como se morassem num bom prédio "de família". Mas, por mais famílias de boa reputação que residam ali, a impressão que os demais habitantes da cidade guardam sobre o conjunto habitacional é a que tem raiz no impacto do comportamento marginal de alguns dos seus condôminos. É sempre esse tipo de comportamento que se transforma em notícia, passando de boca em boca, ou mesmo pelos jornais.

Para alguns, a síndica deveria agir ainda com mais rigor, expulsando definitivamente os condôminos de comportamento execrável. Há também os críticos severos desse tipo de administração, os quais, vez ou outra, já tiveram dificuldades com ela, por condenarem politicamente o seu autoritarismo.

É o caso de um morador, professor universitário, negro e jovem, que viveu uma experiência traumática em função do rigor da administração. Conforme relata em panfleto - por ele redigido e distribuído aos vizinhos - intitulado "Morador é agredido no corredor do JK", o professor, ao chegar em casa tarde da noite, acompanhado de um colega, foi barrado pelo porteiro sob a alegação de ser proibida a entrada de estranhos a partir das 22 horas. Entendendo a argumentação do porteiro - que possui ordens expressas para agir dessa maneira - o professor insistiu em subir com seu acompanhante, deixando claro ao funcionário que ele deveria dar ciência à síndica, com a qual ele - professor - se entenderia posteriormente.

O impasse não pôde, contudo, ser resolvido dessa forma. O funcionário, certamente treinado para exercer com autoridade a sua função, tentou impedir à força que sua ordem fosse desobedecida. Desligou a luz, interrompendo o elevador e prendendo no seu interior, por 30 minutos, o professor e seu colega. Não bastasse isso, chamou a polícia, que recebeu os dois no 26º andar

com uma arma apontada, desencadeando imediatamente agressões físicas, principalmente sobre o professor que, por ser negro, foi tomado como o "infrator".

Este episódio é demonstrativo de que a questão da autoridade é uma faca de dois gumes. Se de um lado ela garante a "ordem", de outro ela é capaz de gerar situações tão desconcertantes e absurdas como a que acabamos de narrar.

É ainda atribuída à rigidez da síndica a impressão melhor que o **CJK** hoje causa à população de Belo Horizonte. Para muitos moradores, a exigência da Administração de que sejam instaladas apenas cortinas de cor bege nos apartamentos - quem hoje compra ou aluga um deles no **CJK** é logo instruído a providenciar cortinas dessa cor - contribuiu muito para a melhor aparência do prédio.

Apesar disso, basta olhar para as fachadas dos dois Blocos para percebermos que a norma da síndica é seguida apenas por uma parcela dos moradores. Outros, os de menor recurso, acabam resolvendo o problema das paredes de vidro com jornais, trapos, cobertores ou mesmo colchões encostados.

A questão das cortinas é mais que um detalhe da decoração dos apartamentos do **CJK**. Chama a atenção o fato de que a maior parte das pessoas - moradores ou não do conjunto - associa a má impressão que ele provoca do lado de fora à variedade das cores das cortinas e de seus substitutos. A impressão de "favela" que ele sugere está diretamente ligada ao colorido percebido através das paredes externas de vidro.

Afirma o Prof. Damasceno, arquiteto e morador do **CJK**, que esta questão foi pensada por Niemeyer, que tentava fazer renascer na arquitetura uma idéia hoje em desuso: a da modenatu-

ra. Isto significa a capacidade de uma obra arquitetônica modificar-se, dependendo da hora, do dia ou da estação. No caso do **CJK**, a modenatura se daria exatamente em função do colorido das cortinas através do vidro. Para o professor, era exatamente isso que Niemeyer desejava: que as cortinas coloridas causassem efeitos visuais diferentes a cada hora do dia. Além da peça decorativa, as cortinas no **CJK**, são essenciais para barrar a luz que vem de fora ou as sombras provenientes do seu interior. A transparência das paredes externas é imensamente sugestiva aos curiosos da rua.

"A parede de vidro com que a arquitetura modernista pretendia projetar a vida de dentro da casa para fora do mundo transforma-se, aos poucos, num constrangimento: o mundo invade a intimidade (...) A proximidade da janela expõe todo o corpo através do vidro translúcido (...) Enquanto pelo lado de fora a população vê o interior da casa com a sensação de falta de pudor, pelo lado de dentro as cortinas não bastam para constituir a parede que protege a casa" 17.

Outro fator que merece atenção diz respeito à rivalidade entre os Blocos A e B. Conversando com os moradores de um e outro nos deparamos com o seguinte: os do Bloco A atribuem a fama e a má impressão do **CJK** ao Bloco B, porque "lá os apartamentos são menores, a população maior, e sabe-se lá o que acontece ali". Já os moradores do Bloco B acham que só os do Bloco A contribuem para a difamação do conjunto, porque no seu bloco não há nada de desabonador.

17 - CAPORALI, PIMENTEL, & PENNA, *Lourival*, 1985, p. 51.

Evidentemente, aludimos ao que é possível perceber através das falas dos moradores. Não compartilhamos a idéia de que a atual síndica seja a responsável pela "moralização" ou "redenção" do **CJK**. Isto se deve, no nosso entender, principalmente ao fato de que, nos últimos anos, com a crise de aluguéis que afetou diretamente a classe média urbana, muitos proprietários que haviam alugado seus apartamentos, por motivos variados, voltaram a eles na condição de moradores. Não é de hoje que se associa à propriedade a idéia de conservação do patrimônio. Ainda no século XVIII, as associações inglesas dedicadas à melhoria do conforto dos pobres viam, como condição para a boa conduta e o apego deles a suas regiões, a livre propriedade dos "cottages" e jardins¹⁸. Assim, parece-nos que os que são proprietários no **CJK** zelam pelo seu patrimônio com mais dedicação do que os locatários ali de passagem.

18 - BEGUIN, 1978, p. 21.

O Panóptico invertido

Até aqui, falamos principalmente de impressões nossas, dos moradores da cidade e dos moradores de próprio **CJK**. É preciso ir além delas para se ter idéia do alcance do nosso objeto. Observá-lo é estar atento a uma idéia (projeto) e sua história (realidade). Mais do que isso, é perceber como as mudanças da sociedade brasileira estão inscritas no interior de dois prédios e de sua comunidade. Um conjunto dinâmico e mutante que, todavia, se estabeleceu como estigma no imaginário social em Belo Horizonte. Desvendar esse estigma é tarefa do historiador. A ele é dado buscar e compreender os elementos mais importantes que norteiam a transmutação das idéias em história.

Quatro elementos nos parecem fundamentais para que se possa compreender as transmutações do **CJK** de símbolo do progresso em lugar maldito. Primeiramente, achamos que o estigma por ele adquirido é fruto da dimensão do projeto de Niemeyer, considerando-se a Belo Horizonte do início dos anos 50.

A longa duração das obras do conjunto, que lhe imprimiu características muito diferentes daquelas então imaginadas, gerou uma frustração generalizada a todos os que se envolveram com o empreendimento, quaisquer que fossem suas expectativas.

Outro elemento importante é o fato de que o **CJK** ao se projetar sobre a cidade (ainda hoje o Bloco B é o prédio mais alto de Belo Horizonte), acabou funcionando para ela como um Panopticum invertido, ou seja, tornou-se de tal forma visível pelos moradores da cidade que passou a ser objeto de uma incessante vigília, funcionando praticamente como um laboratório comportamental para Belo Horizonte.

Como último elemento a contribuir para a consolidação do estigma está a permanente confusão entre o interesse público e o interesse privado que perpassa toda a existência do **CJK**, desde o seu planejamento até a problemática convivência dos condôminos particulares com os interesses do Estado.

Exploremos um pouco mais cada um desses elementos. Mais importante que a própria originalidade do projeto do **CJK**, é a sua dimensão, que sempre impressionou os observadores. A altura dos edifícios, a extensão dos corredores internos, os imensos pátios descobertos, os amplos "halls" de entrada e o grande número de apartamentos nos dão até hoje a impressão de grandiosidade. Se o **CJK** hoje nos parece faraônico, o que ele não terá parecido aos olhos de então, acostumados a contemplar o trabalho da engenharia humana apenas até uma certa altura? Afinal, a imensidão do azul do céu ainda não tinha sido invadida na Belo Horizonte daquele tempo.

Toda essa grandeza se contrapunha a minúsculos apartamentos, que também não eram conhecidos das pessoas e muito menos imaginados como local de moradia. Apenas aqueles que habitavam os barracos das favelas estavam acostumados a espaços tão exíguos. Mas não eram essas as pessoas que iriam morar no **CJK**, na concepção dos seus idealizadores.

A esse respeito, muitos dos que ouvimos atribuem o que chamam fracasso ou insucesso da obra de Niemeyer e Juscelino ao espaço reduzido dos apartamentos. Essa teria sido a principal causa da ocupação dos prédios por pessoas de baixo nível social e de poder aquisitivo menor ainda, que acabaram por dar ao conjunto a aparência que dele ficou gravada na memória da cidade. Uma aparência de favela, amontoado de "barracos" e de gente que não tem vergonha de expor a sua pobreza e a sua conduta "duvidosa". Durante muitos anos, para grande parte dos belo-horizontinos,

morar no **CJK** era aceitar um modo de vida socialmente "marginal" e afrontoso, porque muito exposto. A localização privilegiada do **CJK**, somada à sua dimensão, incomodava mais que qualquer uma das grandes favelas nos arredores da cidade.

Sua dimensão é fator importante na medida em que expõe acintosamente um modo de vida pouco comum aos padrões da sociedade local. Ela enfatiza o diferente, chama atenção para outras possibilidades e, desta forma, instaura-se agressivamente no cenário da cidade.

O segundo elemento que imprimiu ao **CJK** a característica de um estigma foi, sem dúvida, a longa duração da obra; isto fez com que o monumento previsto em 1951 se transformasse em uma "monstruosidade frustrante" ao olhar contemporâneo. A expressão de autoconfiança que o projeto de Niemeyer deixava transparecer, inclusive, por sua dimensão extraordinária, deixou de ter sentido quando a desconfiança passou a alimentar a imaginação de todos.

A constante prorrogação do prazo para o fim da obra, até hoje considerada inacabada, atuou sobre o imaginário social de forma definitiva ao distanciar, e muito, as sucessivas gerações de observadores da origem do objeto que observavam. A idéia que fez nascer o **CJK** era, na medida em que passava o tempo, cada vez mais desconhecida dos moradores de Belo Horizonte, tornando-o simultaneamente misterioso e mistificado. Quem não se lembra ou não conheceu o Brasil dos anos 50 é incapaz de, à primeira vista, entender um símbolo como esse.

A longa duração da obra contribuiu para alterar profundamente o projeto original de Niemeyer, causando-lhe prejuízos inquestionáveis. Essas alterações tanto influíram na concepção dos espaços como na sua destinação. O **CJK** de hoje pouco tem a ver com o que é mostrado no material publicitário da sua apresentação.

As principais alterações têm, certamente, justificativas financeiras e não técnicas. A esse respeito, aliás, é praticamente unânime a opinião entre engenheiros e arquitetos de que aquela é uma obra admirável. O concreto em curva das pilastras e das lajes da construção atestam a sua magnitude. Portanto, nada do que deixou de ser feito deve ser atribuído a dificuldades técnicas.

A demora provocou ainda um sentimento de desconfiança generalizada. Não se conheciam bem as suas causas, já que o que parecia muito difícil - levantar os dois prédios - estava feito desde 1962. As sucessivas alterações no contrato original da incorporação, e mesmo a substituição do primeiro incorporador, foram confundindo de tal maneira os interessados, ou mesmo os observadores que, ao final, ninguém entendia as causas de tanta demora. Prazos foram sendo desrespeitados e a cada nova promessa não cumprida a descrença aumentava. A admiração inicial por aquele ícone do progresso foi sendo substituída pelo ceticismo, até chegar à sua condenação. As pessoas não entendiam o porquê daquela "aventura", se não havia condições garantidas para ela.

Evidentemente, quanto mais distantes ficaram a idéia do **CJK** e o tempo que a gerou, mais as críticas foram se aprofundando e generalizando. Hoje o **CJK** é focado com outras lentes, que permitem uma observação informada por outros matizes. Isso significa que a idéia quando vivida, experimentada ou praticada toma outros contornos, se refaz e se modifica. Pensar o projeto do **CJK** e a sua realidade atual é pensar dois tempos diferentes, marcados por pessoas, idéias e desejos distintos. Quanto maior a distância que separa a idéia da realidade, mais se torna difícil para o observador compreender a motivação que teria levado a um ato de criatividade hoje tão descolado do contexto que o cerca. Daí, expressões como "faraônico", "megalômano", "monstrengo", "mastodonte", etc. esta-

rem sempre na ponta da língua daqueles que se sentem incapazes de compreender o tempo de gestação da idéia do **CJK**. E a distância dele, nesse caso, só contribui para aumentar o seu mistério.

A inversão panóptica, terceiro elemento constitutivo do estigma do **CJK**, é fator dos mais instigantes. Ele revela a verdadeira dimensão do estigma, porque relacionado à experiência individual e coletiva de cada um dos moradores do conjunto. Todos certamente já foram em algum momento abordados pela pergunta: mas você mora no **CJK**? Isto porque todo habitante de Belo Horizonte conhece aqueles prédios, senão o seu interior, com certeza a sua face externa. As paredes de vidro de sua estrutura gigantesca não passam despercebidas, constituindo-se, na verdade, em atrativo para o olhar curioso e vigilante dos que se encontram nos arredores.

O efeito invertido do Panóptico é possível de ser observado no **CJK**, mesmo antes de ele ser habitado. Desde que começaram a ser erguidas, aquelas duas torres passaram a ser vigiadas. Acompanhava-se passo a passo o crescimento daquela imensa estrutura. Os habitantes de Belo Horizonte acostumaram-se a vigiá-la com curiosidade e suspeição. Temia-se, desde o início, o seu efeito desagregador sobre o comportamento habitual dos moradores da cidade.

A imaginação social se pôs em ação muito antes que as pessoas fossem morar no **CJK**. "Quem iria morar ali?" "Como se comportariam os moradores?" "O que fariam as pessoas em casa?" "Receberiam visitas?" "Fariam amizade com os vizinhos?" "Não seria perigoso morar num lugar como aquele?" "E se pegasse fogo?" "E se faltasse luz e os elevadores parassem?" "Será que vai dar certo?"

Essas e outras eram as dúvidas que, à distância, a imaginação dos observadores possivelmente formulava. As respostas iam na mesma linha: "Isto não vai dar certo". "Vai ser um pardieiro". "Muito perigoso". "Promíscuo", etc. E a vigilância se intensificava na medida em que a curiosidade crescia. "Vamos ver no que isso vai dar" era o sentimento mais geral daqueles que apostavam no fracasso do empreendimento. E este sentimento certamente terá contribuído para gravar o estigma.

Certas de que aquele seria o "seu lugar pela própria destinação que lhes fora dada, mudaram-se para o **CJK** muitas daquelas pessoas que os portadores de preconceitos imaginaram: prostitutas, homossexuais, massagistas, solteiros. Com isso, a vigilância aumentou, não só porque era necessário intimidar essas pessoas, mas também porque o seu comportamento atraía a curiosidade e mexia com a fantasia. Os olhares vigilantes se multiplicavam à medida que era dado a conhecer qualquer fato que confirmasse as suspeitas. Um crime, que pode acontecer em qualquer lugar, adquiria um significado especial, se ocorrido no **CJK**. Era a própria confirmação do que fora previsto. E a cada "incidente", a vigilância aumentava, fosse ele um crime, um suicídio, uma briga, uma visita "suspeita", um roubo ou uma ocorrência policial.

Desde o início, portanto, o **CJK** sobressai não para vigiar e sim para ser vigiado. Impondo-se como lugar maldito na imaginação dos moradores da cidade, a visibilidade do **CJK** é a sua própria armadilha. Seus apartamentos voltados para o exterior podem ser pensados enquanto celas que, dada a transparência das suas paredes de vidro, expõem aqueles que estão no seu interior. Como as celas do Panóptico, os apartamentos do **CJK** com seus

cômodos expostos, lhe impõem uma visibilidade axial; "mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral"¹⁹.

A idéia da inversão panóptica se explica se tomarmos os apartamentos do conjunto arquitetônico como as celas, podendo ser vigiadas de um ponto qualquer do exterior. Se a sua estrutura permite o absoluto controle da intimidade dos que habitam os apartamentos, expondo-a aos olhares de fora, internamente ao **CJK** a situação é inversa. A privacidade de cada morador com relação ao seu vizinho, quando prezada, é totalmente garantida pela disposição dos apartamentos nos prédios. A visibilidade incontrolável do **CJK**, permanentemente exposto ao olhar da cidade, é fator de intimidação que induz em cada morador um estado consciente e permanente de acuamento capaz, muitas vezes, de assegurar uma ordem e uma disciplina desejadas pela comunidade. A inversão panóptica preserva, no entanto, efeito semelhante ao da idéia original. Observados continuamente do exterior, os que moram no **CJK**, enquanto habitantes da torre, são vigiados, muito mais do que vigiam. São os olhares atentos dos demais moradores da cidade que estão o tempo todo a constranger cada morador do conjunto, impondo-lhe uma disciplina inversa à da imagem de baderna que, em geral, se espera de um lugar como aquele.

Mas se esse efeito do Panóptico invertido, juntamente com a dimensão e os percalços da obra, contribuiu para a consolidação da imagem de "lugar maldito" que o **CJK** tem para a população de Belo Horizonte, não menos importante é a confusão entre o interesse público e o privado que ele carrega através da sua história.

19 - FOUCAUT, 1984, p. 177.

Essa questão preocupou, desde o início, a maior parte das pessoas que se envolveram com o empreendimento. Mas nem todas. Com certeza, o incorporador Joaquim Rolla não a considerou um problema, pelo menos inicialmente, já que ele seria o seu maior beneficiário. Num momento em que o Estado se sentia responsável pelo incentivo à iniciativa privada, o empresário pôde estar muito à vontade para usufruir das vantagens que esse incentivo lhe traria. Sua negociação com o governo foi feita de forma bastante hábil levando-se em conta os interesses do empresário. Para o Estado, todavia, o **CJK** sempre foi um ônus.

Além de fiador moral do empreendimento, foi o Estado que, desde o início, garantiu e incentivou o seu desenvolvimento. A começar pela cessão do terreno e pela participação correspondente a 16,7% da área total da construção, por ele subscrita diretamente, além de subscrição indireta através do IPSEMG, de 7,7%. A garantia do Estado se fez através de sua participação ativa no empreendimento, criando meios para que toda chamada de capital fosse prontamente atendida. Daí a situação permanente, até 1964, de o Estado continuar investindo em algo em que os demais investidores, particulares, já não acreditavam. A desconfiança que tomara conta dos condôminos do **CJK** desde o final dos anos 50, quando dois prazos para o término da construção já tinham sido desrespeitados, levou ainda alguns anos para atingir os interesses do Estado. E só os atingiu quando mudaram os seus dirigentes.

A partir de 64, o Estado, não tendo como se retirar do empreendimento, deixou de alimentá-lo com o dinheiro público. Mas a forma de sua participação, já o havia comprometido definitivamente. Tanto que os condôminos particulares sempre dirigiam as suas queixas ao governador ou aos advogados do Estado, deixando bem claro a quem imputavam a responsabilidade pelo empreendimento.

O Estado, por seu turno, sempre atendia às reclamações e solicitações dos condôminos demonstrando que ele, de fato, se sentia responsável.

Foi assim que, desde o início, a cada reclamação ou protesto dos condôminos, o Estado indicava um novo elemento para substituir um dos integrantes da Comissão de Fiscalização das obras. A primeira dessas Comissões, designada ainda antes do início das obras, em 05 de dezembro de 1952, foi composta por três representantes do Estado. A partir de então, uma série de Portarias foi alterando a composição da Comissão, acrescentando ou substituindo nomes, à medida que o empreendimento se tornava complexo e aumentavam as suas dificuldades²⁰. Essas comissões sempre contaram com, pelo menos, dois membros representando os interesses do Estado e que, até 1957, quando da assinatura do Termo de Acordo entre o incorporador e os condôminos, foram remunerados.

A participação do Estado foi decisiva para a construção do **CJK** desde que, sob a direção do Governo Kubitschek, ele se lançou na empreitada. A cessão do terreno, a subscrição inicial de uma parte considerável do Condomínio, o trabalho de fiscalização das obras e até a função de incorporador que ele teve que assumir, a partir de 1974, comprometeram-no definitivamente. A opinião pública em geral e mais especialmente os condôminos particulares do **CJK** sempre o viram como uma iniciativa do governo, não obstante o Estado tivesse deixado de ser proprietário do terreno, para ser mais um dos condôminos da Incorporação.

Os atritos existentes entre os incorporadores e os condôminos sempre resvalaram em crítica à postura do Estado que, no entender dos particulares, deveria agir de forma a solucionar to-

20 - Portarias nº 708 de 05-12-52, nº 1241 de 23-06-54, nº 1600 de 29-03-55, nº 2900 de 07-05-58, nº 4.172 de 23-06-59.

do e qualquer impasse entre as partes. O Estado fazia as vezes de juiz fiscal e moral do empreendimento, frente a todos os envolvidos. Mesmo aqueles que tinham exclusivo interesse comercial, como era o caso dos construtores e incorporadores, apelavam para o Estado nos momentos em que a incorporação enfrentava dificuldades. Foi assim que até o Governo Federal, na pessoa do Sr. Juscelino Kubitschek, teve de intervir, em 1958, garantindo um primeiro empréstimo da Caixa Econômica Federal para dar prosseguimento à construção. A partir daí, a intervenção do Estado aconteceu sempre que o impasse se instalava entre condôminos e incorporadores.

Na realidade, o Estado, ao longo dos primeiros 13 anos, subsidiou a construção do **CJK**. É esse o termo adequado. Resta saber se o interesse público, que sempre justifica tal ação do Estado, foi de fato atendido. Parece que não, uma vez que desde o início da história do **CJK** o interesse público e o interesse privado estiveram associados. Mais do que isso, achamos que eles sempre estiveram confundidos, e a própria postura de avalista moral assumida pelo Estado corrobora essa idéia. Quando, depois de 64, o Estado deixa de se comportar como tal, endividando-se frente aos incorporadores, como forma de explicitar a sua recusa, continua a ser visto pelos demais envolvidos como principal responsável. Sua relação com o empreendimento se altera, mas sua imagem frente aos particulares continua a mesma.

Passados 10 anos desde a decisão do Estado de se tornar inadimplente, não só os condôminos particulares do **CJK**, mas também os moradores da cidade irão cobrar-lhe o fim daquela "história melancólica". É o que se constata numa crônica publicada em 1974 quando o autor, após descrição rápida do projeto do conjunto, indagava:

"Tudo a funcionar? Aí é que começa a melancolia. O Estado é condômino. Obrigou-se à construção do teatro, do museu de arte, da piscina, do hotel, da passarela artística ligando os dois blocos. O Estado já fez alguma coisa: museu, sobrelojas cedidas a repartições públicas e ao Instituto Histórico. Mas falta realizar a quarta parte do que se obrigou a fazer. Em 1969, esse restante ficou em sete milhões e meio de cruzeiros, a 75,00 o metro quadrado de construção. Hoje, o metro está calculado em 700 cruzeiros. Como resolver o problema? De qualquer maneira o que não pode haver é a parada daquele monumento..."²¹

O monumento não teria o fim imaginado por seus idealizadores e reivindicado pelo cronista. A aura de mistério continuaria acompanhando a história do conjunto que Deodato apropriadamente chamou de "Palácio Kubitschek".

Nunca se soube exatamente o que era do Estado ou o que não era, assim como não se sabia o que era particular ou não. Até hoje não se sabe ao certo. Nos fins de 1989, quando deram início a uma obra numa das garagens do Bloco A, boa parte dos moradores, que não costumavam freqüentar as reuniões do Condomínio, e dos habitantes da região, se perguntavam o que estaria acontecendo ali.

Nessa mesma época, foi inaugurado o "Olympia Disco Show", uma casa noturna para cerca de dois mil freqüentadores. Com uma estrutura que comporta "cinco bares, três telões de vídeo,

21 - DEODATO, 1974.

palco para shows, camarotes, sala, ar condicionado, watts e mais watts de som e iluminação, além de 130 metros quadrados de pista, tudo isso ao encargo de 140 funcionários", conforme indica o jornal **Estado de Minas** de 6 de setembro de 1989, a discoteca não teria melhor espaço que o **CJK** para local de funcionamento.

Num prédio de reputação ambígua, mas de feições modernas, em ponto excepcional do centro, com enormes áreas livres originalmente de propriedade do Condomínio, hoje em mãos de particulares, por força das vicissitudes da história do conjunto, o empresário Recarey, homem forte da noite carioca (um Joaquim Rolla da década de 80?) monta sua mais nova casa de diversões. Um templo de luz e som, um palco para o espetáculo sensorial da pós-modernidade. Emblemático desfecho do itinerário que separou o sonho-projeto da obra-realidade.

Como a maior parte do que ficou inacabado no **CJK** pertencia ao Estado, ele continuou sendo responsabilizado, tanto pelos condôminos como pela opinião pública em geral, pela frustração de ver aquele monumento do progresso transformado em ruínas.

O **CJK**, enquanto exemplar da arquitetura moderna, construída nos anos 50 e 60, já está velho.

"Os edifícios da burguesia, símbolos de um futuro próspero, se desmoronaram em pouco tempo. De um modo geral, esses edifícios são marcados por um acabamento artificial, e foram produzidos em série no centro. Suas formas padronizadas e o projeto funcional se converteram em meros acessórios e suportes para se viver".²²

22 - LEMOS, 1988, p. 263.

Desde a década de 60, a decadência que assolava a "Torre Kubitschek" refletia o esgotamento de uma época de sonhos. Era o presságio de crises e problemas que fatalmente iriam emergir de sua história, tão conturbada.

"A aventura da modernidade revelou-se pura ilusão (...), as construções feitas para serem um mundo novo acabaram em ruínas".²³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Renegado pelo seu autor, maldito por muitos, suspeito para outros, absurdo, estranho e fascinante, o **CJK** é exemplo vivo da crise da modernidade. Sua aparência em ruínas é o retrato do país. Ruínas que denunciam um desejo, mais que uma realidade. Esta, o contraponto daquele. O presságio de futuro transformado em dura realidade. Nascido sob o signo do novo, o **CJK** é um quadro perfeito daquilo que surgiu para logo ficar velho.

Mas era esse necessariamente o seu destino? Pensamos que sim, pelo seu descolamento de uma realidade mil vezes distinta dos sonhos que a fundaram. Porque, se o **CJK** foi imaginado, projetado e tornado viável num momento em que no Brasil se sonhava com um próspero futuro, hoje ele é apenas uma imagem do possível num país em que o sonho do momento é ir embora. Construído para ser a Torre Eiffel de Belo Horizonte, ele se transformou no "out-door" da degenerescência coletiva da nossa sociedade. Símbolo do tempo das ilusões, ele é hoje o retrato de um outro tempo: o da desconfiança. Este é o sentimento mais generalizado sobre o **CJK**, apesar da memória de muitos que olham com saudade aquele monumento dos "anos dourados".

Seus moradores, acostumados a conviver com essa ambigüidade, ainda aspiram por sua redenção. Acreditam no dia em que, com a cooperação de todos, a imagem do **CJK** será outra. Até mesmo Niemeyer, apesar do seu desgosto, admite a possibilidade de um plano de recuperação do conjunto arquitetônico. Mas recuperar o quê? Um sonho desfeito? Uma boa idéia? Uma utopia? Nada disso é possível de ser recuperado. A utopia nada mais é que um sonho ou uma boa idéia que não encontrou meios de se efetivar... Mas sonhar é humano e ao homem é dado sonhar, qualquer que seja a sua atividade. Se o sonho de alguns apenas indiretamente

envolve outras pessoas, esse não é o caso do arquiteto. Na arquitetura, sonhar significa pensar o espaço dos outros e acomodá-los, muitas vezes, segundo critérios escolhidos pelo arquiteto.

Niemeyer projetou o **CJK**. Cinco mil pessoas foram viver nele. Sua imagem guarda tanto a utopia do arquiteto como reflete o cotidiano das pessoas que o habitam. Impossível dissociar uma imagem da outra. São complementares e antagônicas. A idéia da coletivização do conforto, presente no projeto de Niemeyer, se depara com a difícil operação de lavar e secar roupa da maior parte dos moradores que não contam sequer com um simples tanque, um único varal.

O arquiteto despreza a obra. Ela não é o que ele imaginou. Talvez seria o caso de se perguntar se algum dia ela poderia ter sido. Perguntar se, terminado no prazo previsto de 3 anos, o **CJK** teria tido outra história. Certamente que sim, mas é bem provável que, de qualquer modo, ele não seria o imaginado por Niemeyer. Simplesmente porque era impossível prever o comportamento de uma multidão como a que ele reúne, com desejos e necessidades outras que não as contempladas pelo projeto arquitetônico.

Todavia, se a utopia não se concretizou, ela também não é vã. Prova disso é que a exaustiva hostilidade dos moradores de Belo Horizonte ao projeto de Niemeyer cedeu lugar a uma crescente receptividade contemporânea à moda dos "apart-hotéis". A construção na cidade de mais de dez empreendimentos desse gênero, em pouco mais de um ano (1988/89), caracteriza um verdadeiro "boom" imobiliário que atrai cada vez mais construtoras, investidores e uma fatia de público consumidor. Os "apart-hotéis" de hoje são em larga medida uma miniatura da máquina-de-morar de Le Corbusier, que Niemeyer traduziu no seu projeto para o **CJK**.

envolve outras pessoas, esse não é o caso do arquiteto. Na arquitetura, sonhar significa pensar o espaço dos outros e acomodá-los, muitas vezes, segundo critérios escolhidos pelo arquiteto.

Niemeyer projetou o **CJK**. Cinco mil pessoas foram viver nele. Sua imagem guarda tanto a utopia do arquiteto como reflete o cotidiano das pessoas que o habitam. Impossível dissociar uma imagem da outra. São complementares e antagônicas. A idéia da coletivização do conforto, presente no projeto de Niemeyer, se depara com a difícil operação de lavar e secar roupa da maior parte dos moradores que não contam sequer com um simples tanque, um único varal.

O arquiteto despreza a obra. Ela não é o que ele imaginou. Talvez seria o caso de se perguntar se algum dia ela poderia ter sido. Perguntar se, terminado no prazo previsto de 3 anos, o **CJK** teria tido outra história. Certamente que sim, mas é bem provável que, de qualquer modo, ele não seria o imaginado por Niemeyer. Simplesmente porque era impossível prever o comportamento de uma multidão como a que ele reúne, com desejos e necessidades outras que não as contempladas pelo projeto arquitetônico.

Todavia, se a utopia não se concretizou, ela também não é vã. Prova disso é que a exaustiva hostilidade dos moradores de Belo Horizonte ao projeto de Niemeyer cedeu lugar a uma crescente receptividade contemporânea à moda dos "apart-hotéis". A construção na cidade de mais de dez empreendimentos desse gênero, em pouco mais de um ano (1988/89), caracteriza um verdadeiro "boom" imobiliário que atrai cada vez mais construtoras, investidores e uma fatia de público consumidor. Os "apart-hotéis" de hoje são em larga medida uma miniatura da máquina-de-morar de Le Corbusier, que Niemeyer traduziu no seu projeto para o **CJK**.

Proposta inadequada ao tempo que a sucedeu, colhido em sua trajetória por mudanças na conjuntura sócio-política, vigiado durante todo o tempo pelo olhar conservador de uma cidade marcada pela simbiose entre o moderno e o tradicional, outro não poderia ter sido o destino do **CJK**: transformar-se em estigma, cicatriz visível da modernidade.

Que não se pense, contudo, que as cicatrizes deixadas pelas experiências de vanguarda da arquitetura sejam uma herança apenas nossa, da periferia do mundo capitalista. Elas estão em todo lugar e devem ser vistas na Europa antes que se tomem escombros. Sim, porque os europeus estão demolindo os seus monumentos modernos, dada a impossibilidade de sua total assimilação. Os criadores dos "pombais de concreto" não são lembrados. Tampouco sua obra é associada à imagem de um homem público.

É de se supor que os homens aprenderam com a sua experiência. Mas se eles hoje são mais cuidadosos ao pensar a forma de morar dos outros, muito da ousadia e da monumentalidade dos produtos da vanguarda arquitetônica permanecem em projetos bastante atuais. O mais interessante é que, se em alguns casos esses projetos são patrocinados por governos de novo tipo, como o socialista francês, patrono do que se constrói de mais arrojado na Europa do momento, no Brasil, eles continuam sendo possíveis pela forma populista e irresponsável como o Estado vem ainda sendo gerenciado. Paris acaba de inaugurar a Pirâmide de Vidro do Louvre. São Paulo inaugurou há pouco o Memorial da América Latina. O governo Mitterrand e o governo Quéricia, cada um ao seu modo, continuam preocupados com o efeito publicitário de suas iniciativas.

Se nos últimos 20 anos a arquitetura, ajudada pelo baixo teor iconográfico das formas abstratas modernas, parecia ter perdido para a mídia, em sua capacidade de significar, na década de 80,

Proposta inadequada ao tempo que a sucedeu, colhido em sua trajetória por mudanças na conjuntura sócio-política, vigiado durante todo o tempo pelo olhar conservador de uma cidade marcada pela simbiose entre o moderno e o tradicional, outro não poderia ter sido o destino do **CJK**: transformar-se em estigma, cicatriz visível da modernidade.

Que não se pense, contudo, que as cicatrizes deixadas pelas experiências de vanguarda da arquitetura sejam uma herança apenas nossa, da periferia do mundo capitalista. Elas estão em todo lugar e devem ser vistas na Europa antes que se tornem escombros. Sim, porque os europeus estão demolindo os seus monumentos modernos, dada a impossibilidade de sua total assimilação. Os criadores dos "pombais de concreto" não são lembrados. Tampouco sua obra é associada à imagem de um homem público.

É de se supor que os homens aprenderam com a sua experiência. Mas se eles hoje são mais cuidadosos ao pensar a forma de morar dos outros, muito da ousadia e da monumentalidade dos produtos da vanguarda arquitetônica permanecem em projetos bastante atuais. O mais interessante é que, se em alguns casos esses projetos são patrocinados por governos de novo tipo, como o socialista francês, patrono do que se constrói de mais arrojado na Europa do momento, no Brasil, eles continuam sendo possíveis pela forma populista e irresponsável como o Estado vem ainda sendo gerenciado. Paris acaba de inaugurar a Pirâmide de Vidro do Louvre. São Paulo inaugurou há pouco o Memorial da América Latina. O governo Mitterrand e o governo Quéricia, cada um ao seu modo, continuam preocupados com o efeito publicitário de suas iniciativas.

Se nos últimos 20 anos a arquitetura, ajudada pelo baixo teor iconográfico das formas abstratas modernas, parecia ter perdido para a mídia, em sua capacidade de significar, na década de 80,

o Museu d'Orsay, o Parque de La Villette, o arco-monumento da Tête de La Défense, a Ópera da Bastille, o Instituto do Mundo Árabe, o Grande Louvre e sua Pirâmide em Paris, assim como o Memorial da América Latina em São Paulo, contribuem para inverter essa tendência. Na última década os arquitetos voltaram a interessar o poder. Talvez porque, cumprindo seu destino de parceria da modernização técnica, a arquitetura tenha tomado finalmente a forma da imagem publicitária.¹

Muitos milhões de dólares têm sido gastos nessas construções; os franceses, por exemplo, gastaram 333 milhões com a Pirâmide do Louvre, enquanto o governo paulista consumiu 48 milhões de dólares no Memorial, uma cifra aparentemente pequena, mas que adquire importância considerando-se o PIB "per capita" do Brasil, comparado ao da França ou ao do Japão, onde o Fórum Internacional de Tóquio, a ser construído nos próximos anos, tem gasto estimado em 100 milhões de dólares.

O problema, no caso do Brasil, não é exatamente o custo monetário dos exemplares da arquitetura moderna, mas o seu custo social. O gasto com a sua monumentalidade é desproporcional ao que se obtém com a aura da modernidade que adquirimos e que, a qualquer descuido, revela a existência miserável da maior parte do país.

Pampulha, Brasília, **CJK**, Memorial da América Latina: o poder público empregando vultosos recursos em exemplares do moderno e, não por coincidência, sob o comando do mesmo arquiteto. Não seria, afinal, tudo isso um escárnio frente às dolorosas carências da sociedade brasileira? Não seriam outras as prioridades reais do país? Para além dessas questões, a verdade é que o possível escândalo ético da atuação do Estado no plano da arquite-

1 - Confira: ARANTES, 1988, 102-134.

tura moderna acaba por se diluir numa arte que quase a justifica. Como já se disse do Memorial da América Latina, tais monumentos são de uma beleza imperdoável, assustadora, brutal como a das visões de Baudelaire. Possivelmente, terá sido desumano construí-los; também seria desumano condená-los.

Alcides, Maria, "A Arte da Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

AMORIM, Paulo, "Monumentos e Escultura em Portugal", p. 100, 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Maria Celina P. **The Making of a Brazilian Industrial City: the experience of Contagem.** England, University of Manchester, 1980. (Thesis, PhD).
- ANDERSON, Perry. "Modernidade e revolução". **Novos Estudos CEBRAP.** São Paulo, 14, 2-15, fev. 1986.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis, Vozes, 1984.
- ANJOS, Cyro dos. **O amanuense Belmiro.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori. "Os dois lados da arquitetura francesa Pós-Beaubourg". **Novos Estudos CEBRAP**, (22):102-34, out. 1988.
- ARAÚJO, Celso Amaldo. "Vera Cruz, a história por trás de 18 filmes". **Vídeo Business**, 1(2): 33-7, set. 1987.
- BARRETO, Abílio. "História de Belo Horizonte". **Anuário de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, (1), 1953.
- BEGUIN, François. "Les machineries anglaises du confort". **Recherches**, Paris, 29, 1978.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).** São Paulo, FFLCH-USP, 1980. (Tese, Doutorado).

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin.** Sociologia. São Paulo, Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única.** São Paulo, Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, 2).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

BOLAFFI, Gabriel. Arquitetura do Poder. **Novos estudos CEBRAP.** São Paulo, (9):47-55, jul. 1984.

BOMENY, Helena Baisquet. "Cidade, república, mineiridade". **Dados,** Rio de Janeiro, (30):187-205, fev. 1987.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso, org. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II.** Rio de Janeiro, Index, 1985.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.** São Paulo, Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História).

BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)" **Revista Brasileira de História, Cultura e Cidades,** São Paulo, (8/9), 1985.

CAMARGO, Maria Sílvia. "E lá se vão 30 anos..." **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 26 jan. 1986. Domingo, p. 26.

CAMPA, Riccardo, **A Reta e a curva - reflexões sobre nosso tempo com Oscar Niemeyer, Mário Schemberg e Celso Furtado.** São Paulo, Editora Max Limonad, s.d.

- CAMPOS, Adalgisa A. "Pampulha - uma proposta estética e ideológica". **Revista da Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, 13 (5/6), 69-90, maio-jun. 1983.
- CÂNDIA, Salvador. "Roteiro de um arquiteto". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 1987. Folhetim. p. B-3.
- CAPORALI, R.; PIMENTEL, T.; PENNA, Lourival. "Conjunto JK: idéia e história". **Revista da Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, 15 (7/8): 44-51, set./dez. 1985.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento do Brasil: JK-JQ**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CARPINTERO, Marisa V. Teixeira. "Utopia da cidade ou a cidade ideal: a moradia no contexto do discurso urbanístico (1916-1943)". Campinas, UNICAMP, 1988. (Relatório de pesquisa UFCH).
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. "O Rio de Janeiro e a República". **Revista Brasileira de História, Cultura e Cidades**, São Paulo, (8/9), 1985.
- CASTRO, Maria Ceres P. Spíndola. "Tradição e modernidade em Minas Gerais". **Mosaico**, Belo Horizonte, (9): 7, abr. 1989.
- CAVALCANTI, Lauro. "Visita à arquitetura brasileira de hoje". **Módulo**. Rio de Janeiro, 96:24-6, 1987. Número especial de Le Corbusier.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Esse velho vento da aventura: memórias**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.

- CHAUI, Marilena de Souza. **Seminários**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CHAUI, Marilena de Souza. "Os trabalhadores da memória; apresentação". In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade; lembrança de velhos**. São Paulo, Queros, 1979. p. XVII-XXXII.
- CHIAVARI, Maria Pace. "As transformações urbanas do século XIX". In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos, uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro, Index, 1985. p. 569.
- CONY, Carlos Heitor. **JK. Memorial do exílio**. Rio de Janeiro, Bloch, 1982.
- LE CORBUSIER. **O planejamento urbano**. São Paulo, Perspectiva, 1984.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- COSTA, Lúcio. "O projeto para o Ministério da Educação e Saúde Pública". **Módulo**. Rio de Janeiro, (96):24-6, 1987. Número especial Le Corbusier.
- DEBERT, G. Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo, Queros, 1977.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1981.
- DRAIBE, Sônia. **Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- DULCI, Otávio. **A UDN e o anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. UFMG/PROED, 1986.

ELSEN, Albert E. et alii. La arquitectura como símbolo de poder. 2 ed. Barcelona, Tusquets Editor, 1975. (Col. Cuadernos Infimos, 64).

FARAH, Marta F. S. Estado, Previdência Social e Habitação. São Paulo, USP, 1983. (mimeo).

FARIA, Maria Auxiliadora. "Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política". *Revista do Departamento de História - UFMG*, Belo Horizonte, (1): 26-43, nov. 1985.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. História da violência nas prisões. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

FRANCO, M. Sylvia de Carvalho. Apresentação. In: **TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias.** São Paulo, Ática, 1982, p. 11-15.

FRANCO, M. Sylvia de Carvalho. "O tempo das ilusões". In: **CHAUÍ, Marilena & FRANCO, M. S. Carvalho. Ideologia e mobilização popular.** São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1985.

FRIEIRO, Eduardo. Novo Diário. Belo Horizonte, Itatiaia, 1986.

GALVÃO, Maria Rita. Burguesia e cinema: o caso Vera Cruz. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

GAOS, Mariéle Christina. O alojamento social sob o fascismo. Porto, Afrontamento, 1982.

LE GOFF, J. "Documento/Monumento". In: **EINAUDI.** Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 95-106.

HABERMAS, Juergen. "Arquitetura moderna e pós-moderna". *Novos Estudos CEBRAP.* São Paulo, 18, 115-24, set. 1987.

HOBBSAWN, Eric. A era do capital. 1848-1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. Cultura e participação nos anos 60. São Paulo, Brasiliense, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. "Trajetória e significado de Belo Horizonte". In: Memória da economia da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Monteiro Correia Promotores Associados, 1987, p. 7-18.

KUBITSCHKE, Juscelino. Por que construí Brasília. Rio de Janeiro, Bloch, 1975.

LEFEBVRE, Henri. Introdução à modernidade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

LEFORT, Claude. As formas da História. São Paulo, Brasiliense, 1979.

LEMONS, Celina Borges. Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1988. (Dissertação, Mestrado).

LENHARO, Alcir. Nazismo. São Paulo, Ática, 1986.

LIMA, Alceu de Amoroso. Voz de Minas. São Paulo. Abril Cultural/FIAT, 1983.

LOPES, Myriam Bahia. Práticas médico-sanitárias e remodelação urbana na cidade do Rio de Janeiro, 1890/1920. Campinas, Dept^o de História-IFCH da UNICAMP, 1988. (Dissertação, Mestrado).

- MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Col. Tudo é História, 14).
- MARTINS, Carlos Estevam. **Capitalismo de estado e modelo político no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- MEMÓRIA da Economia da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Monteiro Correia Promotores Associados, (1987).
- MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo, Alfa-Omega, 1985.
- MOSS, Stanislaus von. "Notas sobre Le Corbusier y Nehru en Chandigarh". In: SUST, Xavier. **La arquitectura como símbolo de poder**. Barcelona, Tusquets Editor, 1975.
- MOTTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933/1974)**. São Paulo, Ática, 1977. (Coleção Ensaios, 30).
- NIEMEYER, Oscar. Entrevista. **Folha de São Paulo**. 22 maio. 1988, p. A-25.
- NIEMEYER, Oscar. "Arquiteto por nascimento". **Módulo**, Rio de Janeiro, (96):18-22, 1987. Especial Le Corbusier.
- NIEMEYER, Oscar. **Quase memórias: viagens, tempos de entusiasmo e revolta. 1961-1966**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- PECHMANS, Sérgio & FRITSH, Lilian. "A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". **Revista Brasileira de História; Cultura e Cidades**. São Paulo, (8/9), 1985.
- PEIXOTO, Fernando, org. **Vianinha. Teatro, televisão e política**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Cenários em ruínas.** São Paulo, Brasileira, 1987.

PERDIGÃO, Paulo. **Anatomia de uma derrota.** São Paulo, L&PM, 1986.

PONTUAL, Roberto. "Le Corbusier: nosso século no seu molde". **Módulo.** Rio de Janeiro, (96):64-67, 1987. Número especial Le Corbusier.

RAMON, Fernando. **La ideología urbanística.** Madrid, Alberto Editor, 1974. ("Comunicacion, Série B").

RIBEIRO, Marília Andrés. "Juscelino Kubitschek e a arte moderna em Belo Horizonte". **Revista do Departamento de História - UFMG,** Belo Horizonte, (5):56-66, dez. 1987.

SANTOS, Laymert Garcia. "O veículo e a máquina de morar". In: **Tempo de ensaio.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989. p. 123-36.

SARLO, Beatriz. **Una modernidad periférica: Buenos Aires - 1926 y 1930.** Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1988.

SCHORSKE, Carl E. **Viena. Fin-de-siècle. Política e cultura.** São Paulo, UNICAMP/Companhia das Letras, 1988.

SENETT, Richard. **O declínio do homem público. As tiranias da intimidade.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira república.** 2 ed. São Paulo, Brasileira, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. "Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe". **Revista Brasileira de História; Cultura e Cidades,** São Paulo, Hucitec, 1977.

- SINGER, Paul. **A crise do "Milagre"**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SKIDMORE, Thomaz. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SORJ, Bernardo & ALMEIDA, Maria Hermínia T. de, org. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SUBIRATS, Eduardo. **A flor e o cristal. Ensaio sobre arte e arquitetura modernas**. São Paulo, Nobel, 1988.
- SUST, Xavier. **La arquitectura como símbolo de poder**. Barcelona, Tusquets, 1978.
- TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia**. Lisboa, Editorial Presença Ltda., s.d. (Col. Dimensões).
- TAFURI, Manfredo. **Teorias e histórias da arquitetura**. Lisboa, Editorial Presença, 1979.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática, 1982. ("Coleção Ensaio, 28").
- TREVISAN, Maria José. **O projeto do empresariado e a estratégia da industrialização - 1956-1960**. São Paulo, USP, 1981. (Dissertação, Mestrado).
- TREVISAN, Maria José. "Anos 51: os empresários e a produção cultural". **Revista Brasileira de História; Sociedade e Cultura**. São Paulo, (15):139-56, 1988. Zero, 1988. p. 139-156.
- VASCONCELLOS, Sylvio. **Mineridade**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968.

VEZENTINI, José William. A capital da geopolítica. São Paulo, Ática, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. "O moderno na política brasileira". ("Política e Cultura") **Presença**; Política e Cultura, São Paulo, (5), fev. 1985.

VIEIRA, Evantina Pereira. Minas Gerais: a dominação burguesa - conflitos políticos e formas de organização (1927-1940). São Paulo, USP, 1984. (mimeo).

WEBER, Eugen. França - Fin-de-Siècle. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

WEFFORT, Francisco. "Democracia e movimento operário; algumas questões para a história do período 1945-1964". **Revista de Cultura Contemporânea** (1). São Paulo, 1978, p. 8-13.

WEFFORT, Francisco. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964, Parte 2". **Revista de Cultura Contemporânea** 1(2). São Paulo, 1979, p. 3-11.

WEFFORT, Francisco. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período. 1945-1964. Parte 3". **Revista de Cultura e Política**, 1(1). São Paulo, 1979, p. 11-18.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

I - LEGISLAÇÃO

MINAS GERAIS. Leis, decretos, etc. Coleção das leis mineiras 1951-1970. Belo Horizonte, Editor, 1951-1970.

II - ANAIS, ATAS, RELATÓRIOS, OFÍCIOS, CARTAS, ETC.

- 1. MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Anais. Belo Horizonte, 1951.**
- 2. Documentação extensa e variada sobre o CJK existente nos arquivos da Secretaria de Obras do Estado de Minas Gerais.**

III - JORNAIS (Coleções)

- Binômio (Belo Horizonte) - 1952 - 1963.**
- Diário de Minas (Belo Horizonte) - 1951 - 1972.**
- Folha de Minas (Belo Horizonte) - 1951 - 1964.**
- Minas Gerais - Órgão Oficial do Estado - 1951.**
- Estado de Minas (Belo Horizonte) - 1951 - 1972.**
- Tribuna de Minas (Belo Horizonte) - 1951 - 1954.**

IV - PERIÓDICOS

- Anuário de Belo Horizonte.**
- O Cruzeiro (Rio de Janeiro) - 1950 - 1960.**
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.**